



CLARICE VIANA AVELAR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FUNÇÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE: PROJETO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DE
UMA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE LAVRAS-MG**

**LAVRAS - MG
2019**

CLARICE VIANA AVELAR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE:
PROJETO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DE UMA FEIRA AGROECOLÓGICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MG**

Projeto Técnico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira

Coorientadora

Dra. Viviane Santos Pereira

**LAVRAS - MG
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Avelar, Clarice Viana.

Extensão universitária e a função social da Universidade:
projeto técnico para criação de uma feira agroecológica na
Universidade Federal de Lavras/MG / Clarice Viana Avelar. -
2019.

109 p.

Orientador(a): Maria de Lourdes Souza Oliveira.

Projeto (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Extensão Universitária. 2. Feira Agroecológica. 3. PPGDE.
I. Oliveira, Maria de Lourdes Souza. II. Título.

CLARICE VIANA AVELAR

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE:
PROJETO TÉCNICO PARA CRIAÇÃO DE UMA FEIRA AGROECOLÓGICA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS/MG**

**UNIVERSITY EXTENSION AND THE UNIVERSITY'S SOCIAL FUNCTION:
TECHNICAL PROJECT TO CREATE AN AGROECOLOGICAL FAIR AT UFLA**

Projeto Técnico apresentado à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 29 de outubro de 2019.

Dra. Viviane Guimarães Pereira UNIFEI

Dr. Benedito Anselmo Martins Oliveira UFSJ

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira
Orientadora

Dra. Viviane Santos Pereira
Coorientadora

**LAVRAS - MG
2019**

Dedico este trabalho a minha filha, Laurinha, que me ajudou a resgatar sonhos, propósitos e utopias por meio do amor e constante entrega ao momento presente.

AGRADECIMENTOS

Como é bonito olhar para trás e perceber quantos laços amizade e costuras de sentimentos existem na construção de um trabalho. Não consegui expressar tudo que gostaria em poucas palavras, mas sou muito grata a cada uma e cada um de vocês! Sem vocês a trajetória não faria sentido.

Agradeço, primeiro à minha mãe e ao meu pai. Minha mãe, sempre cuidadosa, preocupada e firme. Vivi momentos de muitas mudanças ao longo do trabalho e minha mãe sempre esteve ao meu lado, sem julgamentos, sendo palavra que acolhe, olhar que conforta e uma doação de amor incondicional. Eu consegui chegar até aqui, principalmente, graças a você, mãe. Sem você para ficar e cuidar da Laurinha e estar por perto nas minhas crises de ansiedade, eu não teria conseguido. Serei eternamente grata! E você pai, sempre esteve presente, sem julgamentos e me apoiando com tanto amor em todos os momentos. Sou muito grata por acreditar em mim e por todo apoio e todas orações, pai!

Ao meu irmão que mesmo morando distante sempre esteve presente. Uma inspiração diária para mim, muitas das minhas ações, ideias e sonhos tiveram um pouquinho de você. Sou grata por todas as palavras que me disse ao longo do mestrado. Sem você eu também não teria chegado até aqui.

Ao Lucas, meu companheiro, esteve comigo quase todos os dias, principalmente nos dias mais difíceis. A quem eu recorria nos momentos de desespero, medo e angústia. Quando eu achava que não conseguiria, você estava firme ao meu lado, com uma palavra cheia de significado e sentido. Sou muito grata por todo amor e cuidado, expressos das mais diversas formas, que recebi de você, diariamente.

Acho que nem sei como agradecer você, Maroca! Uma das pessoas mais bonitas que já conheci, sua presença é contagiante! Agradeço por ser minha orientadora e amiga! Agradeço por acolher meus choros, minhas mudanças, por acreditar em mim, por trazer sempre as questões certas, por toda sabedoria, pelo sorriso, por ser firme e leve a todo momento. Uma orientadora que consegue ver com o coração! Todas as suas mensagens, todas as nossas conversas foram fundamentais.

À Vivi que me acolheu no mestrado, no Gedim e no sítio (tão acolhedor como você)! Você é uma inspiração para mim, uma mulher forte, serena e que transmite tudo isso nas suas ações e práticas. Sou muito grata por todas as considerações, conselhos, cuidados e ensinamentos!

A todas(os) da minha turma, Bruna, Renata, Letícia, Maíra, Lívia, Bruno G. Bruno, João, Antônio. Todas as discussões em sala de aula e à UFLA, foram momentos de muitas trocas de saberes.

Às professoras e aos professores, vocês ampliaram meus olhares sobre as diversas formas de saberes. Cada disciplina, cada conversa, cada desafio, foram muito importantes para que eu chegasse aqui. Compreendi que podemos ser muito mais do que títulos e números na universidade.

À Flávia e à Cleide, sempre atenciosas e compreensivas. Sou muito grata por todo apoio que recebi de vocês!

À professora Viviane, quem eu já gostaria de ter conhecido. Fiquei muito feliz e grata por aceitar compor a banca.

Ao Bené, um professor e amigo! Que bom continuar caminhando próxima a pessoas que nos inspiram e você é uma delas, Bené! Uma pessoa sensível, presente e sempre rodeado de boas práticas e teorias!

À PROEC por possibilitar momentos de diálogos e trocas de saberes.

À representante da ITCP/UFSJ e à representante da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas/UFSJ, por compartilharem com tanta gentileza, informações e processos tão bonitos!

Às minhas primas, Flávia e Mariana, que estiveram ao meu lado em um momento tão desafiador na minha vida. Vocês me deram força para continuar acreditando em mim e na finalização do mestrado, por meio das nossas conversas, encontros e chás regados de risos e lágrimas.

À Cecé e ao Dr. João, por compor com presença e cuidado nossa rede de apoio com o nascimento da Laurinha, possibilitando que meu sonho de finalizar o mestrado se concretizasse.

À Rhoini, sem sua ajuda o caminho teria sido mais difícil. Você escutou atentamente todas as minhas angústias e alegrias ao longo do trabalho. Em diversos momentos, quando tudo que eu fazia parecia estar horrível, você me mostrava o quanto foi bonita e cheia de significado a trajetória da pesquisa/extensão, com isso meu encantamento voltava.

À minha querida amiga, Alana! Outra inspiração para mim! Com sua ajuda, cuidado e amizade a trajetória ficou mais leve.

Às amigas e aos amigos que a pesquisa e a vida possibilitaram. Pedro, Tati, Cynthia, Oshiro, Ana, Danilo, Luíza, André e André Luíz. Que bom caminhar e sonhar ao lado de vocês!

Por último, agradeço imensamente às camponesas e aos camponeses da ACCAL! Aprendi muito com cada uma (um) de vocês! E sempre vou agradecê-las(os) pela oportunidade de construir um pedacinho desta trajetória com vocês! Uma história que terei enorme prazer e alegria em contar para Laurinha!

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” – Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in ‘Las palabras andantes?’ de Eduardo Galeano. publicado por Siglo XXI, 1994.

RESUMO

A pesquisa e a extensão dialógica permearam a construção do Projeto Técnico para criação de uma feira Agroecologia na UFLA. A partir das demandas de camponesas(es) que estão no início do processo de organização social, surgiu a questão central que possibilitou diálogos com a Extensão Universitária e a Função Social da Universidade. O objetivo principal foi evidenciar os desafios e as potencialidades para criação de uma feira agroecológica na UFLA, por meio da construção de um projeto técnico com camponesas(es) representantes de comunidades rurais de Lavras. Como metodologia de pesquisa utilizamos a pesquisa-ação e os procedimentos metodológicos foram pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e oficinas pedagógicas. No decorrer do processo algumas potencialidades foram evidenciadas: o início de diálogos com uma rede de apoio, a diversidade da produção das(os) atoras(es) do projeto, além de compreensões iniciais de viabilidade técnica e dimensões ecológica, social, financeira e solidária. A partir de um levantamento inicial de mercado realizado na UFLA por um grupo de pesquisa e extensão com apoio das(os) camponesas(es) em questão, também observamos o interesse de parte da comunidade acadêmica na realização de uma feira agroecológica. Compreendemos que os desafios se fizeram presente durante todo o percurso e estavam em (des)construir os espaços; entender tempos e dinâmicas dos sujeitos e da universidade, trabalhar temáticas transversais, iniciar diálogos entre setores dentro e fora da universidade, pautados nas diretrizes da Extensão Universitária. Por fim, aprendemos e apoiamos um processo que envolveu diversas atoras(es) e preconizamos pela interação entre o senso comum e o senso científico, sem sobreposição.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Feira Agroecológica. PPGDE.

ABSTRACT

The research and dialogical extension allowed the construction of the Technical Project to create an Agroecology fair at Lavras Federal University - UFLA. From the peasants demands who are at the beginning of the social organization process, the central question emerged that made possible dialogues with the University Extension and the University's Social Function. The main objective was to highlight the challenges and potentialities for creating an agroecological fair at UFLA through the construction of a technical project with peasants from rural communities in Lavras. As research methodology we used the action research and the methodological procedures were documentary research, bibliographical research and pedagogical workshops. During the process some potentialities were highlighted: the start of dialogues with a support network, the diversity of production of the project's actors, as well as initial understandings of technical viability and ecological, social, financial and solidarity dimensions. From an initial market survey conducted at UFLA by a research and extension group supported by the peasants in question, we also noted the interest of the academic community in holding an agroecological fair. We understand that the challenges were present throughout the course and were (des)construct the spaces; understand the times and dynamics of the subjects and the university, work across themes, initiate dialogues between sectors inside and outside the university based on the University Extension guidelines. Finally, we learned and supported a process that involved several actors(s) and advocated for the interaction between common sense and scientific sense, without overlapping.

Keywords: University Extension. Agroecological Fair. PPGDE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Quadro Metodológico.	47
Imagem 1 - Representação, em imagem do mapa do sistema viário rural de Lavras, das Regiões Rurais e suas comunidades.	51
Quadro 2 - Síntese das oficinas.	55
Quadro 3 - Síntese das reuniões.	56
Quadro 4 - DRPs com as famílias camponesas representantes de 15 comunidades.	62
Quadro 5 - Produção identificada com a Comissão da Feira.	66
Quadro 6 - Identificação da produção para a Feira no Evento UFLA faz Extensão.	67
Imagem 2 - “Feira é oportunidade de serviço e realização de sonho”.....	68
Imagem 3 - “Essa união de todos nós é muito importante.”.....	69
Imagem 4 - “Uma ótima feira Orgânica”.	69
Imagem 5 - “Sol com céu bem azul, esperança de um futuro melhor, tem que ter gente pra comprar”.....	69
Imagem 6 - Desenho e dizeres de um camponês.....	72
Gráfico 1 - Consumo de Produtos Orgânicos.	76
Gráfico 2 - Frequência de consumo de produtos orgânicos.....	76
Gráfico 3 - Produtos orgânicos mais consumidos.	77
Gráfico 4 - Preferências de dia da semana.....	77
Quadro 7 - Responsabilidades para a Feira de Artesanato e Agroecologia no II UFLA faz Extensão.	78
Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Continua).....	80

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	13
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E JUSTIFICATIVA	17
2.1	Histórico e contextualização do trabalho desenvolvido nos últimos anos, junto a 15 comunidades rurais de Lavras	17
2.1.1	Participação em Grupos de Pesquisa/Extensão	17
2.1.2	Participação na Realização de Diagnóstico Rural Participativo - DRP	20
3	OBJETIVOS	24
3.1	Objetivo Geral	24
3.2	Objetivos Específicos.....	24
4	REFERENCIAL TEÓRICO	25
4.1	Extensão Universitária: alguns princípios e desafios em diálogo com Paulo Freire e France Maria Gontijo Coelho	25
4.2	Feiras: breve contexto histórico	29
4.3	Agricultura Familiar e Campesinato: “resgatando a(o) camponesa(ês) adormecida(o) na(o) agricultora(or) familiar”	31
4.4	Agroecologia e Transição Agroecológica: um debate conceitual	36
4.5	Desafios à solidariedade e aprendizagem social.....	41
5	METODOLOGIA.....	46
5.1	Pesquisa documental	49
5.1.1	Diagnóstico Rural Participativo – DRP	49
5.1.2	Levantamento inicial de mercado	52
5.1.3	Projetos, atas e Edital.....	52
5.2	Pesquisa bibliográfica	52
5.3	Oficinas pedagógicas	53
6	PROJETO TÉCNICO DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UFLA.....	57
6.1	Apresentação.....	57
6.2	Justificativa	58
6.3	Beneficiárias(os).....	59
6.4	Construindo Redes de Apoio	59
6.5	Oficinas: (Re)construindo e compreendendo a aprendizagem social, a comunicação/extensão dialógica e a ciência (com)partilhada	61
6.5.1	Descoberta da diversidade da produção: “Feira boa é aquela que tem de tudo”	61
6.5.2	Diálogos com ideais, dimensões e/ou viabilidades.....	68
6.5.3	Viabilidade Técnica	70
6.5.4	Dimensão financeira	71
6.5.5	Dimensão social.....	72
6.5.6	Dimensão ecológica.....	73
6.5.7	Dimensão Solidária.....	74
6.6	Levantamento inicial de mercado	75
6.7	Sugestão de quadro de responsabilidades	78
6.8	Descobertas do Processo até agora.....	79
6.8.1	Planejamento das oficinas.....	79
6.8.2	A fala e o silêncio da estudante/pesquisadora e do grupo: reflexões sobre centralização da fala.....	79
6.8.3	Relatoria e mediação	79
6.8.4	Desafios de um projeto técnico como trabalho de conclusão do mestrado	80
7	INFORMAÇÕES PARCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UFLA: FOCO EM ALGUNS DETALHES.....	87

8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXOS	95

1 APRESENTAÇÃO

A realização deste Projeto Técnico inserido no Programa de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, incorporou dimensões de uma pesquisa acadêmica associadas à extensão universitária. Essas dimensões foram, na maioria das vezes, inseparáveis. O percurso de produzir informações sobre uma realidade social específica foi sistematicamente acompanhado pela busca de informações sobre como modificar essa realidade, em específico a Criação de uma Feira Agroecológica na Universidade Federal de Lavras – UFLA. O contexto era novo, tanto para agricultoras e agricultores envolvidos, quanto para a Universidade. Tratamos, por um lado, de estudar e aprender sobre agricultura familiar em Lavras e, por outro, de ir aguçando curiosidades para comercializar os produtos em uma Feira Agroecológica na UFLA. Buscamos informações também em Universidades que já realizam Feiras em seus *Campus*: UFSJ, UFSCAR, UFMG, UFOP, UFV, UEPB, UFBA e UFRJ. O tempo transcorrido foi entre 2017 e 2019.

O objetivo fundamental deste processo de aprendizagem foi pautar na agenda da UFLA a temática ampliada que envolve a Criação Institucional de uma Feira Agroecológica. Tarefas institucionais individuais e coletivas foram construídas, dentro e fora da Universidade. Uma sistemática rede de diálogos foi sendo criada, à medida que o trabalho avançava.

No âmbito das agricultoras e agricultores que participaram das atividades, foi fundamental a produção dialogada de novas informações sobre seus modos de vida, sua capacidade produtiva, sua disponibilidade para ações coletivas, suas capacidades de argumentação, seus conhecimentos ou a ausência deles sobre o funcionamento da Universidade, sua dedicação de tempo para deslocamentos e participações em reuniões no espaço rural e na Universidade, seus arranjos familiares para garantirem a presença de mulheres nessa tarefa coletiva, entre outras atividades mais visíveis ou não.

No âmbito da Universidade o envolvimento de professoras e professores do PPGDE, de estudantes de graduação e Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa e Extensão, de técnicos de setores específicos vinculados à criação de possibilidades para que a Feira pudesse acontecer, em especial a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Canais de comunicação foram acionados e, muitas vezes, utilizados pela primeira vez para essa finalidade, telefonemas, grupos de *whatsApp*, reuniões agendadas e, às vezes, canceladas, oficinas pedagógicas, documentos e informações sobre como criar um edital em

uma Universidade Pública para que a primeira Feira pudesse acontecer. Foi importante que agricultoras e agricultores conhecessem o trabalho da Universidade e vice-versa.

O principal sentido desses movimentos foi o de aproximar diálogos entre Universidade e Sociedade, aprimorar o processo de escuta de todos os lados, ponderar, argumentar, descobrir, recuar, criar estratégias, enfim a Primeira Feira Agroecológica da UFLA aconteceu no dia 25 de setembro de 2019. É só o começo e outras já estão sendo construídas, evidenciando que é possível. O “caminho das pedras” já foi descoberto por todo mundo que se envolveu na construção.

Como estudante do PPGDE tive a oportunidade de reforçar aprendizados sobre compartilhamento entre Pesquisa e Extensão.

Assim, para compreender uma parte dos anseios que foram ao encontro com o início desta trajetória, quando cursei ciências econômicas encontrei um caminho alternativo que tem me possibilitado acreditar na construção de outra realidade, sem preconceitos, sem machismo, sem cercas, com igualdade e com centralidade nas diversas formas de vida. Porém, ele não era preconizado na grade curricular. Foi por meio dos trabalhos e das trocas de saberes com coletivos, grupos de mulheres e economia solidária, algumas professoras(es) e amigas(os), que senti esse despertar.

Após concluir o curso continuei trabalhando com grupos, associações e cooperativas, porém a vontade de fazer o mestrado numa perspectiva mais crítica ainda se fazia presente. Além disso, as relações desiguais de gênero era o tema que me despertava maior interesse e incômodo, além da possibilidade de trabalhar com mulheres rurais, pois sou neta e filha de mulheres rurais que sofreram e sofrem diversas formas de violências devido às relações desiguais de gênero que permearam e ainda permeiam nossa realidade. Pelo destino ou simplesmente por escolha, minha caminhada me levou até diversas realidades de mulheres rurais que passaram por trajetórias semelhantes. Acredito que a problematização nesse contexto precisa ser feita, entretanto precisamos ter a utopia de construir relações igualitárias de gênero em todos os lugares, tanto no urbano quanto no rural.

A princípio, gostaria de pesquisar acerca de grupos de mulheres da economia solidária presentes no rural de Lavras, mas achei que eles não existissem no rural, apenas no urbano. Isso aconteceu na minha leitura inicial, anterior às discussões das disciplinas do mestrado e antes de conhecer as(os) feirantes, quando descobri a linha tênue entre urbano e rural. Todavia, nessa trajetória eu me aproximei da agroecologia, sem negar a economia solidária, mas observando muitos pontos em comum.

Em 2017, conheci o trabalho com as(os) agricultoras(es) em Lavras, que estavam discutindo e construindo caminhos para a transição agroecológica a partir de reflexões e práticas possibilitadas por meio da pesquisa de Abreu (2018). Com isso, fui convidada para participar do grupo de pesquisa junto a estudantes que desenvolviam diversas atividades com as(os) agricultoras(es). Isso corroborou com o meu processo de desenvolver um trabalho com as mulheres no rural, porém ao observar os anseios e as prioridades de várias(os) agricultoras(es) comecei a compreender melhor que debater as relações de gênero eram fundamentais, mas não nesse momento e no curto espaço de tempo do mestrado. O que era demandado pelas(os) agricultoras(es) percorria outro sentido, o da organização social, da formalização do grupo, construção de feira agroecológica, certificação participativa, entre outras. A partir disso, tentamos buscar um meio pelo qual pudéssemos contribuir com o momento e as prioridades da organização incipiente de um grupo de agricultoras e agricultores, visto que o mestrado profissional possibilita a criação de outros trabalhos de conclusão, além de uma dissertação, regulamentado pela Capes:

A PORTARIA NORMATIVA Nº 17, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009 tem como objetivo regulamentar o mestrado profissional no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Os principais destaques da Portaria referem-se a diferenças na submissão e avaliação de propostas de cursos novos, critérios específicos para a avaliação periódica dos cursos de mestrado profissionais, composição do corpo docente valorizando a produção artística e técnico-científica e a reconhecida experiência profissional e diferentes trabalhos de conclusão, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística; sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela Capes (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Nessa perspectiva, compreendendo a importância de um trabalho dialógico e com a possibilidade de construí-lo em um trabalho de conclusão dentro do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão-PPGDE, construímos a ideia de um projeto técnico para criação de uma feira agroecológica que fosse pensado e elaborado junto às agricultoras e

aos agricultores. Ou seja, este trabalho é um projeto técnico e ao mesmo tempo trouxemos compreensões, bem como, o acompanhamento do processo de aprendizagem construído.

É importante ressaltar que, neste caso específico, o projeto técnico possibilitou a obtenção de informações de pesquisa em interface com a extensão. Como pesquisadora ampliei e aprofundei meu olhar teórico sobre agricultura familiar, campesinato, extensão dialógica, agroecologia, feiras e projetos. Pude fazer, por um lado descobertas que exigiram meu distanciamento do processo social que estava sendo estudado, “implantação de uma feira agroecológica na UFLA”. Ao mesmo tempo e às vezes simultaneamente, trabalhar com metodologias participativas, com o objetivo de aproximar relações entre universidade e sociedade, entre senso comum e senso científico. Construir caminhos institucionais que deram suporte ao aprendizado de como implantar uma feira agroecológica em uma Universidade Federal.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS E JUSTIFICATIVA

2.1 Histórico e contextualização do trabalho desenvolvido nos últimos anos, junto a 15 comunidades rurais de Lavras

2.1.1 Participação em Grupos de Pesquisa/Extensão

Para compreender melhor acerca deste trabalho com as comunidades rurais de Lavras, faremos uma breve contextualização dos últimos trabalhos desenvolvidos com agricultores e agricultoras do rural de Lavras e do processo que possibilitou nossa aproximação com esse contexto. Vale ressaltar que ao longo do texto quando for utilizada a primeira pessoa do plural, estamos nos referindo à Comissão da Feira, já para referir ao Comitê de Orientação, este será descrito.

Foi a partir da dissertação de Abreu (2014) realizada no período de 2013 e 2014, com o título: “O AGRICULTOR FAMILIAR E O USO (IN)SEGURO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS, MG” que houve a construção de vínculos com as(os) agricultoras(es) representantes de comunidades rurais de Lavras. No trabalho realizado houve o mapeamento e primeiro contato com as(os) agricultoras(os) que continuaram articuladas(os), dialogando e refletindo questões referentes à agroecologia. Por um lado, motivados pela pesquisa-ação-participativa de Abreu (2018), mas também pelos anseios e pelas subjetividades de cada um(a). Ao longo do processo houve distanciamento de alguns e maior aproximação de outros, pois passavam por uma fase inicial de organização coletiva.

Antes de conhecer esse trabalho, citado acima, com as(os) agricultoras(es) representantes das comunidades rurais de Lavras, no primeiro semestre, de 2017, busquei observar a realidade dos grupos de extensão da UFLA e “pisar um pouquinho nesse chão” para o qual eu estava retornando e fazer parte de um novo processo acadêmico e possibilitar a construção de novos caminhos. Encontrei uma articulação de vários grupos que trabalhavam com extensão e com temáticas da agroecologia, comecei a participar das reuniões como representante do Gedim. Acreditei que a agroecologia movia alguns estudantes e também a mim, por mais uma vez estar em grupo e debater alternativas para uma universidade que permanece pesquisando e formando, em sua maioria, pautada no difusionismo modernizador

da agricultura como mencionado por Callou et al. (2008)¹ e também Caporal (2011) ao dizer no VII Congresso Brasileiro de Agroecologia que

[...] as escolas agrotécnicas continuam formando profissionais para revolução verde, as universidades a mesma coisa [...] nós estamos formando agrônomos pro século XIX e XX e não agrônomos pro século XXI e isso ocorre na maioria das universidades do Brasil, nós continuamos formando agrônomos pro século passado e isso precisa mudar [...].

Corroborando com essa análise, Callou et al. (2008), a partir da pesquisa do ensino da extensão rural, no Brasil, traz dados e questionamentos que possibilitam maior compreensão e problematização desse cenário presente nas universidades. Tais como:

outro aspecto não menos importante refere-se ao tema, quase um jargão nos meios acadêmicos, da aproximação entre universidade e sociedade. Associadas a essa questão, os professores destacaram: ‘a impossibilidade de se construírem relações mais duradouras com os diversos atores sociais’; ‘a dificuldade de uma inserção mais sistemática do pesquisador nos contextos rurais, em função do descrédito das populações ali envolvidas com as inúmeras promessas e com as poucas realizações’; ‘a origem urbana dos alunos e a sua inexperiência no campo de trabalho com agricultores’ (CALLOU et al., 2008, p. 108-109).

Entretanto, mesmo as(os) estudantes fazendo a crítica ao perfil difusionista do agronegócio na universidade, ainda enfrentam problemas identificados por Callou et al. (2008) presentes em universidades brasileiras, pois não havia, em 2017, muita proximidade

¹ A pesquisa “O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil” se propôs a fazer um levantamento das principais tendências do mundo acadêmico relacionadas à Extensão Rural, na graduação e na pós-graduação, no conjunto das universidades públicas e privadas em todo o território nacional. A análise e interpretação dos dados foram realizadas pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) (CALLOU et al., 2008, p. 88).

Para isso, foram contatados 217 professores dos cursos de graduação e de pós-graduação, de universidades brasileiras, dos quais apenas 63 professores responderam aos questionários, assim distribuídos: região Sul 18, região Sudeste 15, região Centro-oeste 5, região Norte 7 e região Nordeste 18.

Os questionários foram elaborados de acordo com o perfil para o qual se destinavam: professores de Extensão Rural dos Cursos de Graduação; professores de Extensão Rural dos Programas de Pós-Graduação; coordenadores de cursos de Graduação e Pós-Graduação da Área das Ciências Agrárias; e coordenadores da Área de Extensão Rural. Foi comum, ao conjunto dos questionários, uma ficha de identificação que deveria ser preenchida previamente (CALLOU et al., 2008, p. 88).

Os resultados da pesquisa, conforme previsto desde a elaboração do projeto, destinavam-se a subsidiar o debate, por ocasião do Seminário Comemorativo dos 60 Anos da Extensão Rural no Brasil, a ser realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, em parceria com Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no período de 26 a 29 de maio de 2008, na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco (CALLOU et al., 2008, p. 86).

dos(as) estudantes da Articulação de Agroecologia da UFLA com agricultoras e agricultores. Observamos que muitas(os) já faziam essa autocrítica, bem como ressaltavam acerca da trajetória de outros grupos da agroecologia presentes em Universidades e Institutos Federais, que realizaram e continuam realizando um trabalho de pesquisa e extensão relevante com a comunidade, incluindo camponesas(es), agricultoras(es) familiares, assentadas(os) da reforma agrária, ribeirinhas, quilombolas, entre outros.

A princípio, participei de dois grupos de extensão e pesquisa, Grupo de Pesquisa e Extensão Gênero e Diversidade em Movimento - Gedim e Núcleo de Estudo em Agroecologia e Agricultura Familiar - Nemaaf. O primeiro devido a todo o processo de transformação e reflexão acerca da extensão e das relações de gênero, classe, raça/etnia e trabalho que me proporcionou, no período da graduação, um belo e marcante processo que ultrapassou as fronteiras da universidade, pois reforçou minha compreensão da função social da profissional formada em uma Universidade Federal, financiada pela comunidade, e como eu poderia contribuir, minimamente, com a construção de uma sistema político, econômico, cultural, social e ambiental realmente equitativo.

Também participei do Nemaaf e foi possível construir espaços e oficinas com os dois grupos na Escola Família Agrícola em Cruzília (EFAC) e no I Encontro de Agroecologia de Lavras. Segundo Oliveira, Viana e Assis (2018), a EFAC buscou parceria do Nemaaf e Gedim para construir parte da metodologia e programação do II Encontro de Mulheres com o objetivo de promover a integração das mães de estudantes da EFAC e a troca de saberes nas temáticas relativas a gênero e produção agroecológica, “com esse objetivo foram realizados dois espaços: um destinado a refletir sobre Gênero e Valorização da Mulher e outro sobre as Potencialidades para o empoderamento e para a organização social e produtiva das mulheres” (OLIVEIRA; VIANA; ASSIS, 2018, p. 2). Já no I Encontro de Agroecologia havia 170 inscritos, entre estudantes, técnicos, agricultores e agricultoras, com a possibilidade de participar de oficinas com diversas temáticas agroecológicas. Foi construído coletivamente por oito núcleos de agroecologia da UFLA, EMATER e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFLA. Em ambos os eventos, nós trabalhamos com metodologias participativas e buscamos compreender os desafios da extensão dialógica proporcionada por avaliações individuais e coletivas dos diálogos entre a teoria e a prática.

2.1.2 Participação na Realização de Diagnóstico Rural Participativo - DRP

No I Encontro de Agroecologia de Lavras e em conversas com as(os) estudantes foi quando conheci um pouco do trabalho realizado por Abreu (2018), com estudantes da UFLA. Estavam envolvidas 19 comunidades no rural de Lavras. O mesmo autor, no trabalho de mestrado, havia produzido um documentário curta-metragem com as(os) agricultoras(es), intitulado ‘O uso inseguro dos agrotóxicos’ (ABREU, 2014), e no doutorado estava trabalhando na seguinte tese: CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO SOCIAL PARTICIPATIVO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE PARA A SUPERAÇÃO DO MODELO DO AGRONEGÓCIO: A EXPERIÊNCIA CAMPONESA A PARTIR DA SALUTOGÊNESE E DA AGROECOLOGIA EM LAVRAS – MG (ABREU, 2018). Com isso, fui convidada, junto a outras(os) estudantes, a fazer parte do grupo de pesquisa. Assim iniciei um trabalho de pesquisa em interface com a extensão. Com essa equipe de pesquisa realizamos o Diagnóstico Rural Participativo - DRP nas 15 comunidades rurais, pois segundo dados de Abreu (2018) não foi possível realizar com as 19 que estavam envolvidas no trabalho. Os resultados que contribuíram para a construção do projeto técnico serão apresentados posteriormente.

Também tivemos uma atividade denominada por Abreu (2018) de Encontros para reforço geral: as Reuniões Regionais Organizativas. Na região oeste aconteceu no dia 3 de novembro de 2017, com representantes de cinco comunidades (ABREU, 2018). Pude perceber que nem todas as mulheres estavam presentes e foram pouquíssimas as falas em grupo das que estavam, observei que elas conversavam mais nos intervalos e entre elas. Além disso, nas vezes que falei fui interrompida por homens e precisava aumentar o tom da voz para finalizar minha fala. Nas reuniões regionais foi encaminhada a necessidade de ter um momento de trocas de saberes entre todos(as) os(as) representantes de todas as comunidades.

O Encontro de Intercâmbio de Experiências e de Organização Camponesa foi uma das atividades da pesquisa de Abreu (2018). Nesse havia representantes de 11 comunidades, a fala não era tão centralizada em homens, algumas mulheres de outras comunidades já se colocavam nesse espaço em grupo, mas comentários machistas ainda se faziam presente: “fevereiro é o mês que as mulheres falam menos” (fala de um agricultor). Após a troca de saberes entre todos(as) do grupo, foram definidos alguns encaminhamentos, um deles foi acerca da criação de uma comissão para conversar sobre a formalização do grupo, os caminhos, as dificuldades e os benefícios da organização formal por associação ou cooperativa e da informal. Nessa comissão a equipe ressaltou a importância da presença das

mulheres, com isso formamos uma comissão composta por 6 mulheres e 6 homens, entre estudantes e agricultores(as) que demonstraram disponibilidade (ABREU, 2018).

Para a reunião com a comissão sobre a organização realizada dia 26 de janeiro de 2018, a equipe de pesquisa construiu o roteiro de uma oficina que possibilitasse maior participação e valorização de ambos os conhecimentos presentes. Nessa perspectiva separamos um material com as principais diferenças entre uma associação e uma cooperativa e também uma cartilha direcionada para o(a) agricultor(a) familiar, explicando o processo para criação das organizações coletivas. A ideia inicial foi de perguntar para as(os) agricultoras(es) acerca das experiências vivenciadas em associações e cooperativas, e o retorno não foi positivo, pois viveram processos impositivos em outras associações. Após a esse momento assistimos trechos de um vídeo de uma cooperativa agroecológica de Americana - SP denominada Cooperacra e também trechos dos vídeos “As Sementes”² e “Outra Marias”³, de mulheres que estão organizadas coletivamente. Foram elementos para possibilitar ou intensificar reflexões, debates e encaminhamentos, além de tentar garantir representatividade para mulheres/agricultoras.

A partir disso, surgiram duas propostas, a primeira foi no sentido de convidar agricultoras(es) organizadas(os) em associações e cooperativas para conversar com a comissão e esclarecer as dúvidas. A segunda proposta foi de fazer uma visita a uma associação ou cooperativa agroecológica para conhecer e dialogar com os(as) associados(as) ou cooperados(as). Com isso, as duas propostas foram aceitas, todavia ir até uma associação foi pontuado por um agricultor como a mais interessante e chegaram ao consenso da visita. Para a visita seria necessário entrar em contato com os possíveis agricultoras(es), que, a princípio, seriam da região de Itajubá, que fazem parte da Orgânicos Sul de Minas(OSM)⁴ e também com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região(Coopfam), na qual há um grupo denominado Mulheres Organizadas Buscando Independência (MOBI). Ambos estão localizados no Sul de Minas Gerais, região de referência na produção de café do Brasil, a COOPFAM se sobressai por ser uma organização majoritariamente composta por

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CCZcOCcm-9Q>

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3WHzQDIaY44&t=938s>

⁴ A Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, conhecida como “Orgânicos Sul de Minas” foi constituída em 2012 e nasceu da articulação entre as organizações dos agricultores orgânicos existentes, Instituto Federal do Sul de Minas, EMATER-MG e Ministério da Agricultura (MAPA). A Certificação Participativa foi o principal tema agregador, mas não o único. A formação de uma rede agroecológica que proporcionasse a valorização dos saberes locais, a construção coletiva do conhecimento agroecológico e a conquista de mercados mais justos para os alimentos orgânicos também foram objetivos centrais para a formação desta rede que uniu várias organizações de agricultores orgânicos (HIRATA; ROCHA; NERY, 2018, p. 8).

agricultores familiares e por ter uma produção expressiva em café orgânico (MARTINS, 2019). Já o MOBI é composto por 30 mulheres, destas 14 são cooperadas, produtoras de café orgânico (MARTINS, 2019). Para além da visita também foi encaminhado de levantar questionamentos acerca de cooperativas e associações. Decidimos contatar a Coopfam e deixamos a visita ou troca de saberes com esse grupo para o momento de discussão acerca da certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG)⁵ Sul de Minas.

Ao longo desses contatos as(os) agricultoras(es) retornaram com as questões levantadas, tanto referente à forma de organização quanto à feira agroecológica. Nessa perspectiva avaliamos junto às(aos) agricultoras(es) que talvez fosse melhor conhecer e dialogar com a Cooperacra em Americana-SP e com uma feira agroecológica em Campinas-SP. A viagem aconteceu no dia 2 de março de 2018, com a contribuição de cada um(a) com lanches coletivos, muita troca de conhecimento, muitos olhares sobre uma outra realidade possível se for construída coletivamente. Algumas dúvidas talvez permaneçam, mas muitas outras já foram despertando respostas ao longo do processo, o intuito daqui em diante foi o de compartilhar com todo o grupo o que vimos, ouvimos, sentimos e tocamos a partir da formação da comissão. Nossa capacidade de análise sobre esses processos organizativos da agricultura familiar passou a se ampliar.

Além dessa viagem, um agricultor e estudantes conseguiram articular uma visita no dia 16 de março de 2018, à COOPFAM, para a reunião que construiria o Encontro Regional Agroecologia-ERA com vistas a preparar para o Encontro Nacional de Agroecologia-ENA de 2018.

A partir disso, no dia 8 de abril de 2018 realizamos uma reunião geral, para que a comissão responsável por aprofundar o debate referente à formalização do grupo pudesse repassar as experiências vividas para as(os) demais agricultoras(es). Foi um momento de resgate, em síntese, das reuniões e viagem e, posteriormente, os(as) agricultores(as) compartilharam os momentos vividos pela comissão, com assuntos relacionados às dificuldades e às facilidades de criação de uma associação ou cooperativa. Também relataram sobre a feira agroecológica, bem como, o planejamento para diversificarem a produção e a busca por diferentes canais de comercialização. Falaram sobre a certificação participativa de

⁵ Por meio da central e da parceria com o IFSULDEMINAS, EMATERMG e MAPA, foi possível a criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG Sul de Minas), ou seja, um organismo social formado por pessoas interessadas na certificação orgânica e no desenvolvimento de ações de interesse do grupo. O SPG é caracterizado pelo controle social, pela participação e pela responsabilidade de todos os membros pelos cumprimentos dos regulamentos da produção orgânica (HIRATA, 2016 apud HIRATA; ROCHA; NERY, 2018).

orgânicos e as possíveis trocas com a COOPFAM sobre café orgânico. Por fim, os encaminhamentos foram para formar uma comissão para aprofundar sobre questões do café orgânico e a certificação participativa, e também para pensar as possibilidades de criação de uma feira agroecológica, planejamento da produção e da legislação de feiras. O percurso percorrido desde os primeiros acompanhamentos de Grupos de Extensão da UFLA, até esses encaminhamentos citados acima, envolveu reflexões sistemáticas sobre as teorias e práticas envolvidas.

Foi a partir dessas definições e demandas prioritárias pontuadas pelas(os) agricultoras(es) que o desenho de outro trabalho de conclusão do mestrado foi ganhando contornos mais precisos. A partir do dia 8 de abril de 2018, e após diálogos com as(os) agricultoras(es), nós do Comitê de Orientação, chegamos na seguinte questão: Quais as possibilidades de criação de uma feira agroecológica na UFLA?

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Acompanhar e compreender potencialidades e desafios envolvidos na construção de um projeto técnico para criação da Feira Agroecológica da UFLA, na perspectiva de agricultoras e agricultores de Lavras.

3.2 Objetivos Específicos

Identificar e tipificar a produção rural das agricultoras e agricultores.

Identificar práticas solidárias envolvidas na construção coletiva da Feira.

Descrever e compreender o percurso de construção do projeto técnico.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Extensão Universitária: alguns princípios e desafios em diálogo com Paulo Freire e France Maria Gontijo Coelho

A partir da leitura de alguns(as) autores(as) e da prática possibilitada pela extensão no processo vivido com (as)os agricultoras(es) foi possível identificar parte do referencial teórico que contribuiu com a continuidade das reflexões e ações para a construção coletiva do projeto técnico.

Inicialmente, nós do Comitê de Orientação, fizemos uma breve reflexão da Extensão Universitária, visto que é necessário conhecê-la por meio de seu conceito e diretrizes para, então, analisar criticamente os desafios que Programas de Mestrado em Extensão, professoras(es) de extensão, além dos grupos de pesquisa e extensão enfrentam quando tentam praticá-la numa conjuntura política, econômica e social presente nas universidades que não a vê com o mesmo peso do ensino e, principalmente, da pesquisa. Tais referenciais possibilitam problematizar, minimamente, a extensão que estamos construindo e fortalecendo nos espaços onde ela acontece, especificamente no Mestrado Profissional, que se propõe a debater Desenvolvimento Sustentável e Extensão.

Segundo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX e a partir do debate realizado nos Encontros Nacionais do Fórum em questão, em 2009 e 2010,

a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX, 2012, p. 28).

Além disso, o Plano Nacional de Extensão Universitária define Diretrizes para a Extensão Universitária que devem estar presentes em todas as ações de extensão. As diretrizes foram divididas em cinco eixos. Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social (FORPROEX, 2012).

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes,

superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo (FORPROEX, 2012, p. 30).

Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade. É um truísmo dizer que a realidade social é complexa, mas talvez não o seja argumentar que qualquer intervenção ou ação destinada a alterá-la deve levar em conta essa complexidade sob pena de se tornar estéril ou ineficiente. Por muitas décadas, as tecnologias de intervenção social têm oscilado entre visões holísticas, destinadas a apreender a complexidade do todo, mas condenadas a ser generalistas, e visões especializadas, destinadas a tratar especificidades, mas caracterizadas pelo parcelamento do todo. A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações (FORPROEX, 2012, p. 31).

A diretriz Indissociabilidade Ensino - Pesquisa - Extensão reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) (FORPROEX, 2012, p. 32).

Impacto na Formação do Estudante. As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira (FORPROEX, 2012, p. 34).

Impacto e Transformação Social. A diretriz Impacto e Transformação Social reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 2012, p. 35).

Entretanto, mesmo com as diretrizes estabelecidas para a extensão universitária, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX ressalta que vários pontos dentro delas ainda são ideais a serem alcançados.

Com isso, para contribuir com as reflexões referentes à qual extensão existe dentro das universidades e assim tecer caminhos para a construção de uma extensão universitária que seja dialógica, utilizaremos o debate crítico de Paulo Freire concernente à ‘Extensão ou

Comunicação?’⁶ (FREIRE, 1983) e da France Maria Gontijo Coelho (2005) referente à ‘A arte das orientações técnicas no campo: concepções e métodos’. Pois compreendemos (Comitê de Orientação) que este projeto técnico e demais ações de extensão do PPGDE podem buscar o fortalecimento e a ampliação do debate dentro da universidade acerca de uma extensão dialógica.

Freire (1983) argumenta sobre o conceito de extensão e pontua que o equívoco gnosiológico da extensão ocorre quando o objetivo do extensionista é tentar fazer com que as(os) agricultoras(es) substituam seus conhecimentos, associados a sua ação sobre a realidade, pelos conhecimentos do extensionista. Já Coelho (2005) recorreu à construção do conceito da técnica. Assim, ressalta que a técnica na modernidade, num contexto de desigualdades capitalistas, autoriza poder a quem se apropria dela, visto que se transformou na dominação de um homem pelo outro. Além disso, a autora pontua sobre a assistência técnica, como aquela que se limita a indicação de insumos a serem consumidos sem preocupar com a sustentabilidade da unidade de produção, pois seu foco é difusão/transferência de produtos para consumo.

As mudanças pretendidas dentro desse contexto não são neutras, elas são pautadas pelo mercado, pela imposição e persuasão. Freire (1983) reitera sobre o equívoco do extensionista não ver a realidade como totalidade, nesse sentido discorre sobre a visão ingênua do problema da técnica, dado que a mesma não aparece por causalidade, pois, assim como a ciência, encontra-se condicionada histórica e socialmente. Nesse sentido, conclui que não há técnica neutra.

Coelho (2005) também apresenta a definição do tecnicismo, no qual o profissional apenas quer implementar uma técnica ou tecnologia sem levar em consideração as relações sociais e a história de vida das(os) agricultoras(es) inseridos nesse contexto, ou como define Freire(1983), sofrem uma invasão cultural, caracterizada como um processo antidialógico, reduzindo aos que são invadidos a meros objetos da ação do invasor (técnica(o), extensionista). Segundo Freire (1983), nos processos de invasão cultural e antialógicos, há uma absolutização da ignorância, a partir disso o diálogo seria perda de tempo para os tecnicistas. Corroborando com isso, Coelho (2005) reitera que muitos técnicos de campo pensam que a conversa é perda de tempo e que as(os) camponesas(os) não teriam capacidade

⁶ France Maria Gontijo Coelho (2005) e Freire (1983), apresentam argumentos pautados pela ação reflexão muito próximos, o primeiro traz esta problemática em 1983, já a autora está discorrendo sobre o assunto em 2014. Ou seja, questões levantadas pelo autor em 1983 continuam contemporâneas e extremamente pertinentes e necessárias.

de entender e não entenderiam o porquê das coisas, então só caberia a eles(as) fazerem o que o técnico manda. Nesse sentido, esses profissionais não se interessam em saber as aspirações, desejos daqueles que são mais afetados por suas orientações (desorientações), reforçando, assim, as desigualdades ao tratar os diferentes como iguais. Freire (1983) menciona que a dificuldade em dialogar dos camponeses está relacionada à estrutura social fechada.

[...] relações estruturais, rígidas e verticais, não há lugar realmente para o diálogo. E é nestas relações rígidas e verticais que se vem constituindo historicamente a consciência camponesa, como consciência oprimida. Nenhuma experiência dialógica. Nenhuma experiência de participação. Em grande parte inseguros de si mesmos. Sem o direito de dizer sua palavra e apenas com o dever de escutar e obedecer (FREIRE, 1983, p. 31).

Contrapondo ao tecnicismo e à extensão, ambas entendidas, inicialmente, como transferência ou invasão cultural. Tanto Coelho (2005) quanto Freire (1983) argumentam acerca de processos que podem proporcionar a emancipação humana ou práticas de liberdade. Coelho (2005) pontua que experiências de extensão universitária em assentamentos rurais mostraram a importância do trabalho técnico socialmente orientado, ou seja, orientações técnicas como ato pedagógico comprometido com a emancipação humana. Freire (1983) também ressalta da importância do diálogo e de uma comunicação dialógica que problematiza, critica, insira o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito de transformação. Referente aos processos de orientações técnica, ele evidencia que o diálogo permite problematizar tanto o conhecimento científico em sua intrínseca relação com a realidade quanto a técnica, com vistas a melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la.

Ainda nessa perspectiva, Freire (1983) afirma que a transformação da percepção não acontece no intelecto, mas na práxis verdadeira, ou seja, uma ação constante na realidade e reflexão sobre a ação, implicando num pensar e atuar corretamente. Nesse sentido, discute acerca da comunicação eficiente, aquela que exige que os sujeitos interlocutores incidam sua “ad-miração” sobre o mesmo objeto, e a expressão a partir de outras linguagens que são comuns a ambos os universos. Não rompendo a relação pensamento, linguagem e contexto ou realidade.

Por fim, Coelho (2005) e Freire (1983) problematizam a respeito de outra educação. Nos signos linguísticos do primeiro é uma educação como prática da liberdade, ou seja, proporciona a interação com a realidade, possibilitando senti-la, percebê-la e sobre a qual exerce uma prática de transformação. Discorre que ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade, sem invasão, manipulação ou conquista.

Já France problematiza a respeito da ciência (com)partilhada que exige novas posturas, tanto dos técnicos quanto dos agricultores(as), para construção e trocas de novos saberes para uma maior autonomia local. Os discursos dos dois autores em muitos pontos são complementares e em outros coincidem. O que vale ressaltar, mais uma vez, é a urgência que os problemas e desafios socioambientais, culturais e econômicos já se colocavam para extensão no período de Paulo Freire e são extremamente pertinentes e urgentes na atualidade como ponderado por France.

Nessa perspectiva dialógica, participativa e da Ciência Compartilhada, expressa por Coelho (2005) e Freire (1983), tecemos os caminhos coletivos que possibilitaram a construção do projeto técnico para a feira agroecológica.

Uma problematização inicial sobre Feiras será realizada no próximo item, para dar sustentação às escolhas teóricas e empíricas do trabalho.

4.2 Feiras: breve contexto histórico

Torna-se necessário fazer um breve resgate histórico do surgimento das feiras no Brasil e o que elas são, em síntese, para, posteriormente, debater alguns desafios das feiras orgânicas ou agroecológicas.

Referente ao histórico para Santos (2013), a referência da primeira feira no Brasil foi em 1548, quando no Regimento enviado ao Governador Geral, o rei Dom João III, ordenava “que nas ditas vilas e povoados se faça em um dia de cada semana, ou mais, se vos parecerem necessários, feira [...]” (MOTT, 1975 apud SANTOS, 2013, p. 39). Entretanto, Santos (2013) ressalta que os portugueses já tinham experiência com feiras e para eles não interessava abastecer a população local, mas explorá-la por meio dos produtos que os nativos expunham.

Na perspectiva de Mascarenhas e Dolzani (2008), a feira livre, no Brasil, constitui modalidade de mercado, que acontece semanalmente, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para venda de gêneros alimentícios e produtos básicos, uma herança relacionada com a tradição ibérica e também mesclada com práticas africanas e está presente na maioria das cidades brasileiras.

Todavia, observa-se maior expressão das feiras agroecológicas no início do século XXI. Com efeito, Schmitt (2010) traz algumas questões e análises referentes aos tensionamentos existentes entre os princípios da agroecologia e o mercado.

Segundo Schmitt (2010, p. 62) apesar da agroecologia incorporar como princípio fundador a questão da sustentabilidade ambiental, na maioria dos casos, existe uma

permanente tensão “entre a incorporação de princípios ecológicos ao manejo dos sistemas produtivos e as pressões diretas e indiretas exercidas pelo mercado e por diferentes agentes sociais sobre suas formas diferenciadas de organização”.

Com isso, Schmitt (2010) pontua que os desafios de inserção no mercado das(os) agricultoras(es) que trabalham tanto com enfoque agroecológico quanto da economia solidária trazem muitas vulnerabilidades. São referentes à construção das relações de mercado capazes de ampliar a gestão sobre o processo de comercialização que poderiam gerar resultados econômicos mais efetivos. Seguem algumas vulnerabilidades pontuados por Schmitt (2010, p. 62).

[...] falta de mecanismos adaptados de financiamento à produção; dificuldade em manter produtividade, qualidade e regularidade na oferta de produtos e serviços; conflitos que emergem na gestão dos empreendimentos; limites na manutenção, ao longo do tempo, de vínculos com os consumidores; tensões entre a lógica de operação de determinados circuitos de comercialização e os valores e princípios que dão identidade ao empreendimento; baixa capacidade de atuação ‘em rede’.

Vale salientar que as feiras com enfoque agroecológico vão enfrentar desafios na sociedade que vivemos que está intensamente colonizada pelas relações capitalistas de mercado. Como pontua Schmitt (2010), ao falar da construção de ‘uma nova agricultura’, dando ênfase aos tensionamentos entre a lógica de determinados circuitos de comercialização e os princípios que dão identidade ao empreendimento ou à feira com enfoque agroecológico.

Com isso, não basta apenas construir mercados diferenciados para produtos orgânicos e agroecológicos, bem como para empreendimentos da economia solidária. Visto que existem algumas questões mencionadas como cruciais a partir da pesquisa de Schmitt (2010, p. 63):

i) normas e critérios de enquadramento e certificação que definem quem pode atuar neste circuito de comercialização diferenciado e sua capacidade de incluir ou de excluir do processo determinados agricultores e empreendimentos; ii) as relações entre o Estado e a sociedade civil na gestão compartilhada desses mercados; iii) a construção desses nichos ou segmentos de mercado e sua relação com questões mais abrangentes relacionadas à gestão dos meios de trabalho e dos bens e serviços ambientais no conjunto da sociedade; iv) a sustentabilidade ou insustentabilidade dos atuais padrões de consumo, para além dos limites de segmentos diferenciados; e v) a apropriação dos valores imateriais agregados a estes produtos pelos grandes negócios.

Todos esses pontos elencados por Schmitt (2010) podem ser problematizados com os agricultores e as agricultoras, bem como nos espaços com o poder público e a Universidade, ou parte dela, que já contribuem ou podem vir a contribuir na continuidade da construção desse processo da feira agroecológica. Como ações coletivas que possibilitem caminhos para maior conscientização dos demais e que incluem desde agricultoras(es) até consumidoras(es).

Schmitt (2010) analisa a partir do seu estudo referente a mercados institucionais, incluindo as feiras agroecológicas, que os grupos e as organizações de agricultoras(es) não estão se limitando apenas ao nicho de mercado. Ressalta acerca da busca por ações de políticas públicas: “que buscam reforçar novas formas de regulação dos mercados existentes, incorporando, de forma bastante avançada, critérios de natureza social e preocupações relacionadas à sustentabilidade ambiental” (SCHMITT, 2010, p. 63).

Para maior compreensão das atoras e atores deste projeto, faremos (Comitê de Orientação) um breve debate acerca dos conceitos agricultura familiar e campesinato.

4.3 Agricultura Familiar e Campesinato: “resgatando a(o) camponesa(ês) adormecida(o) na(o) agricultora(or) familiar”

Há um debate extenso referente à Agricultura Familiar e ao Campesinato. Faremos (Comitê de Orientação) um breve e sucinto resgate conceitual com base na perspectiva de algumas(uns) autoras(es), visto que há um amplo debate na literatura.

Antes do resgate conceitual, vale ressaltar a importância do Campesinato e da Agricultura Familiar no Brasil, em vários aspectos, desde culturais, sociais, políticos e econômicos. Nesse sentido Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2015, p. 32) pontua que “a agricultura familiar permanece significativamente responsável pela produção de alimentos no Brasil” e menciona os dados do Censo Agropecuário de 2006 que comprovam tal afirmação.

Com efeito, provém deste setor, entre outros bens: 87% da produção de mandioca; 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, bem como, 59% do rebanho de suínos, 50% dos efetivos avícolas e 30% do gado bovino. Para realizar essa intensa e diversificada atividade, os estabelecimentos familiares ocupam um grande contingente de trabalhadores: 12,3 milhões de pessoas, correspondentes a 74,4% do total do pessoal ocupado na agricultura brasileira. Destes, 90% constituíam a força de trabalho familiar (IBGE, 2006 apud WANDERLEY, 2015, p. 33).

Observa-se que existe uma produção expressiva e variada, além de a maioria das pessoas ocupadas na agricultura brasileira pertencer à Agricultura Familiar. Além desses dados, também é evidenciada a perpetuação da concentração fundiária existente no meio rural

brasileiro. No Censo Agropecuário de 2006 foram considerados estabelecimentos familiares de acordo com a Lei da Agricultura Familiar (⁷Lei n. 11.326/2006, Art. 3º).

Segundo esses dados, havia naquela data, em todo o País, um total de 4.367.902 estabelecimentos familiares, definidos, segundo os critérios legalmente fixados, nos termos acima indicados, o que correspondia a 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários. Essas unidades de produção familiares possuíam 80,25 milhões de hectares, equivalentes a 24,3% da área total (WANDERLEY, 2015, p. 33).

Wanderley (1996) afirma, anterior a esses dados, que há espaços historicamente construídos para a grande propriedade, de um lado, e para Agricultura Familiar de outro.

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1996, p. 8).

Mazalla Neto e Bergamasco (2017) também discorrem na mesma perspectiva ao afirmarem que a condição camponesa brasileira foi construída numa relação subalterna com as elites dominantes, tanto na busca por território, quanto na relação com a terra e na produção com base no trabalho familiar. Pontuam que houve resistência e a criação de alternativas à opressão, violência e miséria.

Seguiram-se muitos outros episódios de resistência e luta camponesa pela permanência na terra, Canudos, Contestado, o Cangaco e muitos outros movimentos camponeses. Esses momentos históricos fomentaram o desenvolvimento de inúmeras formas de organização política camponesa no século XX: as ligas camponesas, associações e sindicatos de trabalhadores rurais. Lutas de pequenos proprietários, arrendatários e posseiros se multiplicavam no período, com o objetivo de permanecer na terra em que trabalhavam (MAZALLA NETO; BERGAMASCO, 2017, p. 204).

⁷ Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (*Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011*)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

O que concerne aos conceitos de Agricultura Familiar e Campesinato, Wanderley (2015) pontua que, no Brasil, o campesinato assume dupla conotação. Segundo ela, por um lado, está em concordância com formas mais tradicionais da agricultura, com característica como: pequena escala, poucos recursos produtivos, pouco integrada ao mercado e à vida no meio urbano, e recorrente identificação com atraso econômico e social. Wanderley (2015) faz uma ressalva quanto à diferenciação que a agricultura familiar assume por ter maior integração aos mercados e às cidades, mesmo com condições de produção restritas. Por outro lado, estaria uma associação do camponês com um conteúdo político, observou-se que o movimento camponês era visto como “subversivo” pelos militares que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985.

A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo (WANDERLEY, 2015, p. 30).

O conceito de camponeses é pontuado por Mazalla Neto e Bergamasco (2017, p. 205), como sujeitos trabalhadores e trabalhadoras da terra “tendo como elementos constitutivos o trabalho familiar, o projeto de patrimônio, as tradições locais de saber-fazer e de solidariedade”. Também mencionam a valorização dos recursos internos e buscam pela sobrevivência da família, tanto no presente quanto no futuro, trabalhando com flexibilidade e diversidade produtiva (MAZALLA NETO; BERGAMASCO, 2017).

Ainda na perspectiva de Mazalla Neto e Bergamasco (2017) esses agricultores têm uma forma de produção alternativa à empresa capitalista patronal no campo. Exemplificam ao dizer que o camponês constrói seu próprio trabalho de forma afetiva e quase que individualmente na gestão de animais e plantas. Além de não medir seu tempo de trabalho, sua dedicação é conduzida pela necessidade da realização de cada atividade, diferenciando-se do regime de salários da empresa capitalista, dando origem a autodisciplina e transmissão de saberes articulados na comunidade local. Por fim, ressaltam que “seu grande poder de ressignificação na produção de conhecimentos e processos de trabalho se coloca como alternativa à separação entre a concepção e a execução do ato de produzir e o trabalhador” (MAZALLA NETO; BERGAMASCO, 2017, p. 206).

Schneider e Niederle (2009) pontuam que em 1990, a referência à Agricultura Familiar, no Brasil, era quase inexistente, visto que eram utilizados termos depreciativos para esses atores sociais, como: pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. Tais autores também mencionam que foi a partir de lutas do movimento sindical que essas denominações foram cedendo espaço para Agricultura Familiar.

Atualmente, na perspectiva de Schneider e Niederle (2009), com a legitimidade social, política e acadêmica alcançada pela Agricultura Familiar, há um debate na defesa da necessidade de caracterizar os agricultores familiares como camponeses, o que culmina em termos como agricultura familiar camponesa. Em oposição está a discussão da relação da agricultura familiar com o agronegócio, culminando em terminologias como agronegócio familiar, contrapondo-se ao agronegócio patronal ou empresarial.

Assim, como pontuado por Wanderley (1996), para Schneider e Niederle (2009) é difícil distinguir camponeses de agricultores familiares em termos históricos e analíticos. Esses autores pontuam que existem vários elementos comuns e na literatura especializada há posições que sustentam que não há diferenças substantivas. Porém, mesmo que não sejam categorias contrárias, à medida que a polarização política implícita se amplia, as diferenças de significado se afirmam.

Os autores em questão pontuam que para fugir das polarizações, busca-se compreender as formas sociais que os camponeses e agricultores familiares se organizam quanto às relações de trabalho e de produção familiar. Ressaltam que o que confere aos agricultores essa identidade social é o acesso precário, parcial ou insuficiente aos meios de produção, tais como terra e capital produtivo. Já a força de trabalho familiar é seu principal e abundante fator produtivo (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009).

Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto-provisionamento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009, p. 40).

Um traço relevante que distingue agricultores familiares de camponeses está relacionado ao caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que se estabelecem quando torna mais complexa e intensifica a sua inserção na divisão social do trabalho (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009).

Não obstante, ainda que pertençam a um mesmo grupo social e possuam entre si elementos de identificação, as condições sociais e econômicas que caracterizam o modo pelo qual se dá sua inserção e interação com a sociedade mais ampla fazem com que os agricultores familiares possam ser distinguidos dos camponeses. Nesse sentido, a variável fundamental a ser observada e analisada é o processo de mercantilização, que faz com que o maior envolvimento do agricultor familiar com o mercado o torne, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009, p. 56-57).

Porém, ao contrário do que é pontuado em outras perspectivas teóricas analisadas pelos autores em questão, a mercantilização não é vista como um processo homogêneo e linear. A partir das contribuições teóricas dos neomarxistas e da abordagem dos atores, a mercantilização pode ser compreendida como um processo que cria diversidade produtiva e econômica. Segundo os autores isso é possível, pois os agricultores podem interferir e alterar a trajetória a seu favor, tanto por meio da diversificação dos canais mercantis, quanto ao expandirem o portfólio de produtos e serviços que são vendidos ou trocados. Também por meio de estratégias que possibilitam o fortalecimento de sua autonomia referente aos fatores de produção, terra e trabalho, que podem ser usados de formas cautelosa e inteligente (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009).

Por fim, Schneider e Niederle (2009) mencionam que as pesquisas mais recentes mostram que não existe uma regra universal referente à permanência e reprodução dos agricultores familiares em sociedades capitalistas.

Nesse sentido, a perspectiva dos estilos de agricultura proposta pela abordagem orientada ao ator aporta uma contribuição inovadora ao chamar a atenção para o fato de que é preciso observar as condições locais tanto quanto a trajetória histórica e social para compreender como os agricultores fazem para interagir e integrar-se aos mercados sem deixar que estes definam e comandem integralmente o modo pelo qual agem e decidem trabalhar e viver no meio rural (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009, p. 57).

Na perspectiva de Wanderley (2015), que não se difere em todos os pontos dos autores citados anteriormente, todavia traz mais elementos para a discussão acerca dos significados do “Campeinato” e da “Agricultura Familiar”. Há nos dias atuais uma revalorização das categorias camponês e campeinato, ocorrendo principalmente no interior dos movimentos sociais, associando à crítica aos processos da modernização conservadora e ao aumento da valorização das práticas da agroecologia (WANDERLEY, 2015).

Wanderley (2015) ressalta que uma quantidade, cada vez maior, de camponeses está se organizando, tendo como objetivo afirmar a autonomia dos agricultores familiares, que possuem uma experiência camponesa. Isso os torna capazes de assumir, em outros moldes, o progresso do meio rural e da agricultura no Brasil (WANDERLEY, 2015).

Nesse sentido Wanderley (2015) ressalta que é preciso atentar mais para a constituição de um amplo campo de agricultores que não são latifundiários nem patronais com formas próprias de trabalhar e viver no rural, do que recortar campos distintos, características excludentes e antagônicas.

Assim sendo, mais importante é perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes (WANDERLEY, 2015, p. 31).

A partir dessas concepções e de uma maior compreensão dos conceitos campesinato e agricultura familiar, e para, além disso, prezando pela importância da construção histórica dos conceitos e apropriação dos sujeitos desse processo histórico para além do meio acadêmico. Com vistas a construir/fortalecer alternativas práticas ao sistema que exclui, marginaliza, criminaliza “as minorias” (maiorias representativas visto os dados do IBGE do Censo Agropecuário de 2006) do rural brasileiro. Por fim, foi no intuito de resgatar essa(e) camponesa(ês) adormecida na(o) agricultora(or) familiar ou uma camponesa(ês) bem acordada(o), como argumentou Wanderley (2015), que este trabalho foi ganhando seus contornos.

Esse resgate ou revalorização dos termos camponês e campesinato está associado, atualmente, à valorização das práticas da agroecologia, por grupos organizados e/ou movimentos sociais, como alternativa à modernização conservadora no campo (WANDERLEY, 2015). Com isso faremos um debate conceitual acerca da agroecologia e da transição agroecológica, dado que este também é o atual contexto do grupo de camponesas e camponeses, atores e atoradas deste trabalho.

4.4 Agroecologia e Transição Agroecológica: um debate conceitual

Para aprofundar a compreensão referente à agroecologia com vistas a contribuir com a construção da identidade de uma feira agroecológica, faremos (Comitê de Orientação) uma breve discussão teórica sobre a agroecologia e a transição agroecológica.

Guzmán faz a seguinte discussão referente à agroecologia e à crítica a ciência convencional:

ao contrário da ciência convencional, que utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista, a Agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento

holístico, sistêmico, contextualizador, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (GUZMÁN, 2001, p. 36).

Além disso, Guzmán (2001) discorre que a agroecologia propõe metodologias de desenvolvimento endógeno para o manejo dos recursos naturais na perspectiva ecológica, bem como necessita utilizar os elementos de resistência de cada identidade local. Sugere assim, que sejam potencializadas as formas de ação social coletiva, dado que estas possuem um potencial endógeno transformador. Ele pontua acerca de um ponto-chave para a extensão que acreditamos e que pode acontecer, tanto no enfoque agroecológico quanto nas demais áreas: “não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e "acompanhar" e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa” (GUZMÁN, 2001, p. 36).

Para trazer mais discussões sobre a temática em questão, buscou-se em Altieri (2004) e Gliessman (2002) definições teóricas referentes à agroecologia e em Caporal (2009) algumas definições, em síntese, além de elementos para refletir sobre como possibilitar a transição agroecológica.

Gliessman (2002) discorre que a agroecologia está ligada ao conhecimento e inclui no conceito as relações sociais, culturais, ambientais e econômicas.

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção do conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2002, p. 56).

Altieri (1987) apud Altieri (2004), também pontua a agroecologia como uma nova e dinâmica ciência com princípios ecológicos que inclui questões culturais, sociais e econômicas.

Só uma compreensão mais profunda da ecologia humana dos sistemas agrícolas pode levar a medidas coerentes com uma agricultura realmente sustentável. Assim, a emergência da agroecologia como uma nova e dinâmica ciência representa um enorme salto na direção certa. A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p. 21).

Vale ressaltar algumas questões simples, entretanto dentro de realidades complexas pontuadas por Altieri (2004) no contexto para a construção de agriculturas sustentáveis, são elas: o que é produzido? Como é produzido? Para quem é produzido? Segundo o autor é fundamental questionar isso para o surgimento de uma agricultura socialmente justa e também para possibilitar a discussão de temas como a posse da terra, mão de obra, tecnologia adequada, saúde pública, dentre outras. Nesse sentido, Altieri (2004) ainda menciona sobre questões fundamentais para conseguir avanços e mudanças para caminhar no sentido de agriculturas sustentáveis, sendo elas: reformas políticas ou iniciativas comunitárias bem organizadas, além de pesquisadores que se envolvam na busca de contextos políticos com essa finalidade.

Nessa perspectiva, Caporal (2009) faz uma síntese do conceito de agroecologia e também discorre, brevemente, sobre como possibilitar a transição agroecológica.

Para sintetizar, podíamos dizer que a Agroecologia é um enfoque científico que oferece os princípios e metodologias para apoiar a transição do atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis, buscando, num horizonte temporal, a construção de novos saberes socioambientais que alimentem um processo de transição agroecológica (CAPORAL, 2009, p. 220).

Outro ponto que contribui numa análise crítica da agroecologia foi analisado por Caporal e Costabeber (2004) e trata-se de alguns equívocos conceituais que podem prejudicar o avanço da transição agroecológica. Esses estão relacionados ao reducionismo conceitual, bem como tático e estratégico, inseridos em alguns enfoques alternativos à agricultura convencional enquanto modelo.

Não raro, tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, com a adoção de determinadas práticas ou tecnologias agrícolas e até com a oferta de produtos “limpos” ou ecológicos, em oposição àqueles característicos dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Exemplificando, é cada vez mais comum ouvirmos frases equivocadas do tipo: “existe mercado para a Agroecologia”; “a Agroecologia produz tanto quanto a agricultura convencional”; “a Agroecologia é menos rentável que a agricultura convencional”; “a Agroecologia é um novo modelo tecnológico”. Em algumas situações, chega-se a ouvir que, “agora, a Agroecologia é uma política pública” ou “vamos fazer uma feira de Agroecologia”. Apesar da provável boa intenção do seu emprego, todas essas frases estão equivocadas, se entendermos a Agroecologia como um enfoque científico. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme reducionismo do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 7).

Os autores, Caporal e Costabeber (2004), ainda alertam para o risco de apenas haver uma substituição mal manejada de insumos convencionais por alternativos, ecológicos ou orgânicos, dado que isso pode até causar outro tipo de contaminação e esse processo não caracterizaria uma agricultura ecológica no sentido mais amplo. Com isso, os autores trazem a importância da transição agroecológica junto a sua definição no enfoque da agroecologia.

Portanto, na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12).

Além disso, Caporal e Costabeber (2004) ressaltam que a agroecologia se consolida como ciência, quando esse campo do conhecimento inclui outras disciplinas científicas, saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores e das agricultoras. Assim, permite o estabelecimento de marcos conceitual e metodológico, não ficando restrito ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas caminhando para processos de desenvolvimento rural sustentável. Também mencionam o que a agroecologia não traz no âmbito da teoria do Desenvolvimento Rural e das Metodologias Participativas, com o objetivo de não colocar fórmulas prontas que estariam caminhando no sentido contrário da base epistemológica da agroecologia.

É preciso deixar claro, porém, que a Agroecologia não oferece, por exemplo, uma teoria sobre Desenvolvimento Rural, sobre Metodologias Participativas e, tampouco, sobre métodos para a construção e validação do conhecimento técnico. Mas busca nos conhecimentos e experiências já acumuladas, ou através da Investigação-Ação Participativa ou do Diagnóstico Rural Participativo, por exemplo, um método de intervenção que, além de manter coerência com suas bases epistemológicas, contribua na promoção das transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13-14).

Caporal e Costabeber (2004) ainda reiteram o quanto os diferentes enfoques conceituais, ultimamente adotados por “outras correntes” da sustentabilidade referentes à agroecologia, estão afastando da perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

De um lado, a corrente agroecológica sugere a massificação dos processos de manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis, numa perspectiva de análise sistêmica e multidimensional. Outras correntes, por sua vez, se orientam, principalmente, pela busca de mercados de nicho, centrando sua atenção na substituição de insumos químicos de síntese por insumos orgânicos ou ecológicos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 17).

Por fim, Caporal e Costabeber (2004) pontuam que esse cenário de simplificações, mudanças puramente técnicas, ou seja, trocar um pacote tecnológico por outro com objetivo de gerar apenas produtos diferenciados e de nicho de mercado podem gerar novas contradições e outros tipos de diferenciação social na agricultura.

A partir desse cenário com inúmeros desafios para a transição agroecológica e compreendendo a complexidade das relações e das discussões que devem permear diferentes públicos e espaços. Siliprandi (2002) traz algumas reflexões concernentes a Extensão Rural Agroecológica e ao maior desafio para a construção desse outro desenvolvimento com enfoque agroecológico.

[...] são ainda muitos os desafios para a realização de uma Extensão Rural Agroecológica, que contemple as várias dimensões da sustentabilidade e tenha a população rural como real protagonista das mudanças [...] Talvez o desafio maior seja a desconstrução de um “jeito” de olhar para o rural, e reaprender na relação com os diferentes públicos, a construir um tecido social mais democrático e equitativo: que contemple as diferenças de gênero, de geração, de inserção social, de interesses, de pontos de vista, e que parta das experiências já acumuladas por todos. Os homens e mulheres profissionais da extensão rural tem muito a contribuir, com seus conhecimentos, sensibilidades, dedicação, na construção desse outro desenvolvimento, desde que, estrategicamente, sejam capazes de perceber que esse caminho é muito mais complexo do que a simples mudança de um modelo tecnológico (SILIPRANDI, 2002, p. 46).

Levantamos (Comitê de Orientação) questões até aqui por autoras e autores que nos indicam a complexidade e o cuidado necessários para a delimitação do que entendemos por agroecologia. Não se trata de um “novo pacote alternativo” que irá substituir o “pacote convencional”. São envolvidas questões vinculadas ao desenvolvimento sustentável, o que implica, por exemplo, em novos desafios para a formação de profissionais em ciências agrárias. Significa repensarmos os desafios para a Extensão Rural Agroecológica também pensada nas Universidades Agrárias.

Em especial às relações conflituosas com o mercado, alguns apontamentos sobre solidariedade serão apresentados a seguir, compondo a delimitação teórica deste trabalho.

4.5 Desafios à solidariedade e aprendizagem social

A partir da breve teorização da agroecologia e no intuito de possibilitar que as agricultoras e os agricultores sejam protagonistas no processo de mudanças, bem como nas reflexões e práticas com enfoque agroecológico que incluem as dimensões social, cultural, econômica e política.

Assim, vimos a necessidade de compreender os desafios à solidariedade, pontuados por Neves (2011), que perpassam a construção de formas de organização coletiva e relações para tecer com grupos sociais as mudanças transformadoras na perspectiva agroecológica. Trata-se de um documento clássico e que por isso, levanta questões atuais. Esse estudo foi realizado em associação de assentamentos de reforma agrária. Não se trata de agricultores familiares individualizados, mas ajuda na compreensão de seus processos organizativos.

No processo de reflexão e discussão sobre a formalização do grupo de agricultores(as), observa-se a relevância de analisar criticamente os processos constituídos de cima para baixo. Visto que o associativismo ou a organização coletiva não vêm acompanhados de sujeitos solidários. Torna-se necessário refletir sobre como possibilitá-la, independente da forma de organização coletiva para não incorrer no erro de sacralizar nem os agricultoras(es), nem técnicas(os) ou pesquisadoras(es). Nessa perspectiva, Neves (2011) pontua alguns elementos, a partir de um estudo realizado no Rio de Janeiro na década de 90, com associações de Reforma Agrária definidas pelo Incra, que problematizam a solidariedade forçada. Neves (2011, p. 119-120) apresenta a expectativa que existe ao integrar a cultura da associação.

O fundamento dessa ação coletiva tem sido a adesão a uma certa visão de mudança do lugar que determinados atores devem alcançar na sociedade. Este alcance está condicionado à capacidade de agregação dos agentes voltados à mobilização necessária à mudança da posição em que se encontrem. Por isso, o princípio de pertencimento, fundamental ao jargão (instituído em crença inquestionável) unidos venceremos, passa a ser fundamental para o funcionamento das organizações associativas. A legitimidade dos agricultores para realizar tais mudanças se baseia em sua integração à cultura da associação. Em consequência, espera-se que os associados se submetam a uma conversão de sentido sócio-cultural e a ritos de integração e de participação, em momentos chaves da vida associativa.

Outro ponto analisado por Neves (2011), refere-se ao contexto no qual se cria uma associação e como se dá a participação do(a) agricultor(a) em alguns momentos, bem como a ausência de envolvimento em outros.

Na condição de assentados, passaram a se aglutinar de forma mais veemente nos contextos de reivindicação de crédito proceca, momento em que, reconhecendo o papel da associação, investiam na participação institucional e de seus dirigentes solicitavam prestação de serviços. A associação era assim concebida pela restrição ao cumprimento de meios para constituição do assentado, nos termos definidos pelo Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Contudo, esta condição não se refletia em mais dinamismo ao processo de organização política, porque as associações são criadas para facilitar o processo de assentamento, mas o assentado não tem que ser obrigatoriamente associado. Entretanto, a inexistência de substrato social para a reafirmação do agricultor solidário, faz recair sobre o assentado o descrédito como ator político (NEVES, 2011, p. 132-133).

Além de não existir um substrato social para a reafirmação do(a) agricultor(a) solidário(a), há também a sacralização da natureza humana direcionada pela doação desinteressada.

[...] pode-se também esclarecer que a ideologia do associativismo, a solidariedade enobrecida pelo estar junto, enaltece de imediato uma sacralizada natureza humana orientada pela doação desinteressada, mas enquanto princípio ético de controle do comportamento de quem, delegadamente, pode assim se diferenciar e desconsiderar o cumprimento do papel para o qual foi condecorado (NEVES, 2011, p. 133).

Neves (2011) ainda relata que a partir da fala de alguns assentados e da leitura das atas, percebe-se que nem todos participam dos mutirões, alguns assentados só participam da vida institucional até receber o título definitivo da terra, ou seja, aquilo que o faz participar a princípio. Isso pode condicionar a associação a ter uma vida curta ou descontínua e voltar sua atuação apenas quando houver novas demandas ou ofertas de recursos institucionais para redistribuição. O que exigiria novamente a articulação dos assentados.

Neves (2011) ainda menciona questões referentes à ausência de condições de elaboração de um projeto coletivo pelos associados, a partir das falas ou dos registros da associação, problematizando o ponto da solidariedade aparecer apenas no discurso, e afirma que ela deveria aparecer na prática.

Por isso, não se pode esquivar de compreender, mesmo que não claramente verbalizado, mas dedutíveis dos registros sintéticos deixados à construção da memória do processo de assentamento pelas atas, as condições de

emergência ou de elaboração de um projeto coletivo, princípio fundamental ao funcionamento das associações. Na ausência das condições de elaboração de um projeto coletivo, como os associados podem se referenciar a valores e a sentidos da ação, princípios fundamentais à mobilização e ao engajamento? A concepção de solidariedade, que toma como palavra de ordem o unidos venceremos, não pode ser apenas figura de retórica, a despeito de existir como crença. Ela deve dar sinal de existência, explicitando algum efeito prático (NEVES, 2011, p. 142).

Por fim, Neves (2011), faz uma análise pertinente para as reflexões referentes aos objetivos que geralmente envolvem a criação de associações e pondera que o associativismo não pode ser um instrumento universalizável para ações coletivas e políticas.

Ora, se as associações são comumente pensadas como resultantes de projetos coletivos e do militantismo frente a uma questão a ser enfrentada, importa entender como este ideário se objetiva e se reafirma. Entendê-las pelas especificidades das situações que as fazem emergir, é não só tomar como objeto de estudo as proposições intervencionistas, tanto as emanadas de instituições estatais como de organizações não-governamentais, mas também que o associativismo não pode ser apresentado como instrumento universalizável de agregação ao engajamento político e à ação coletiva (NEVES, 2011, p. 143).

Com isso, acreditamos (Comitê de Orientação) que seja preciso refletir, problematizar e construir alternativas para o engajamento político e para a ação coletiva, especificamente, com os agricultores e agricultoras em questão, que estão em processo de transição agroecológica e construindo uma feira agroecológica.

O conceito de aprendizagem social pode nos auxiliar nessas reflexões. A aprendizagem social debatida por Jacobi, Franco e Granja (2006) já contribui em trabalhos de ação coletiva e corroborou com o caminho trilhado coletivamente para a construção do projeto técnico da feira agroecológica. Visto que

[...] o elemento central para a aprendizagem social é investir efetivamente no trabalho cooperativo, promovendo a participação coletiva e o diálogo entre os atores envolvidos na gestão. Isso envolve não somente o aprendizado dos atores mas também a maneira como eles lidam uns com os outros e suas interdependências, reconhecendo as estratégias uns dos outros e buscando um campo sinérgico de negociação (JACOBI; FRANCO; GRANJA, 2006, p. 7).

Com isso, Jacobi, Franco e Granja (2006) reforçam que a aprendizagem social é uma construção coletiva e possibilita que as posições do indivíduo e do coletivo sejam colocadas em mesas de negociações, tendo como preferência ganhos mútuos e processos de aprendizagem colaborativa. Jacobi, Franco e Granja (2006, p. 7) ressaltam ainda que “o

mundo cultural, compartilhado e constantemente transformado, influencia direta e reciprocamente os sujeitos, também culturalmente constituídos, em relações complexas que ampliam suas conquistas cognitivas”.

Assim, Jacobi, Franco e Granja (2006) discorrem sobre Vygotsky (2000), para apresentar que na construção do conhecimento o sujeito não é apenas ativo, mas interativo, pois constrói conhecimentos e se constrói a partir das relações intra e interpessoais. Exemplificam, ao discorrer, que nas diversas situações de troca consigo e com outros sujeitos são internalizados conhecimentos, além de papéis e funções sociais, “fenômeno que permite a constituição de conhecimentos e da própria consciência, num importante processo que caminha do plano social – relações interpessoais – para o plano individual interno – relações intrapessoais” (JACOBI; FRANCO; GRANJA, 2006, p. 8).

Outra questão analisada por Jacobi, Franco e Granja (2006, p. 9), na perspectiva da aprendizagem social, refere-se: “a intervenção conjunta só é possível se remetida a um contexto que apresenta uma situação-problema”.

Com isso, Jacobi, Franco e Granja (2006) trazem o exemplo da gestão de uma bacia hidrográfica em que os atores partícipes são aqueles que intervêm numa situação-problema e enxergam a questão por meio de sua perspectiva e das ferramentas que dominam, quais sejam: linguagem, visão de mundo, recursos que dispõem, experiência, entre outros.

Observa-se que esse ponto não se limita à gestão de uma bacia e compreender que cada ator e atora tem sua perspectiva e seus meios de ação nos ajuda a contribuir para os processos de participação coletiva.

Segundo Jacobi, Franco e Granja (2006), ainda nessa perspectiva, a realidade é controlada por diversos atores que utilizam dos recursos que dispõem para atingir seus objetivos e isso é permeado por estratégias de cooperação ou de conflito.

Por fim, Jacobi, Franco e Granja (2006) mencionam que o arcabouço teórico da aprendizagem social demonstra que o aprendizado conjunto é fundamental para realização de tarefas comuns e construção de um acordo. Essa análise foi fundamentada na questão da gestão da bacia, mas não exclui outros processos. Com isso, traz um elemento relevante para reflexão e auxílio nas possíveis práticas que considerem a aprendizagem social: “a aprendizagem social não pode ser ensinada por alguém de fora do contexto, mas é na co-reflexão-prática entre todos os atores envolvidos que permitem o aprendizado e a intervenção conjunta, por meio de um processo negociado” (HARMONICOP, 2003 apud JACOBI; FRANCO; GRANJA, 2006, p. 9).

Na situação específica deste projeto técnico, uma série de tarefas comuns foram sendo identificadas e/ou reformuladas, tanto no âmbito da Universidade quanto junto às agricultoras e agricultores. Serão descritas no decorrer do texto.

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na construção coletiva do projeto técnico para a criação da feira agroecológica foi a pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1985, p. 14) pode ser definida como

[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Utilizamos (Comitê de Orientação) os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, oficinas pedagógicas e pesquisa documental. Eles foram pensados para possibilitar o processo de participação e aprendizagem social. Todos os procedimentos metodológicos em algum momento foram realizados junto às camponesas e aos camponeses, exceto a pesquisa bibliográfica. Todavia, em alguns momentos a discussão, estudo e esboço do projeto técnico foi realizado, inicialmente, com a comissão já delegada para uma reflexão e síntese inicial e, posteriormente, com representantes das 15 comunidades rurais. Vale ressaltar que foi uma metodologia aberta para validação e reconstrução junto às(aos) agricultoras(es), visto que foi um projeto técnico construído com elas(es).

Para compreender melhor como foi trabalhado cada procedimento metodológico, sintetizamos (Comitê de Orientação) o processo no Quadro 1 – Quadro Metodológico abaixo.

Quadro 1 - Quadro Metodológico. (Continua)

Metodologia utilizada	Como foi trabalhada?	Objetivo	Período	Observações teóricas e práticas
● Pesquisa documental	O DRP foi realizado por estudantes da UFLA em 5 regiões rurais do município de Lavras para a pesquisa de Abreu(2018). Para a realização do DRP seguimos um roteiro construído pelo grupo de pesquisa.	Identificação e tipificação da produção rural dos representantes das comunidades rurais envolvidas.	Segundo semestre de 2017	Evidenciamos e observamos a diversidade e potencialidade presentes na agricultura familiar dos representantes das comunidades.
	O GEDIM elaborou um questionário, contemplando questões da comissão da feira, para levantamento inicial de mercado para Feira Agroecológica na UFLA.	Contribuir com informações quantitativas para construção do Projeto.	Novembro de 2018.	Foi possível realizar um levantamento contemplando questões evidenciadas pela comissão da feira e, posteriormente, compartilhar estas informações.
	Projeto Dia de Feira (UFSJ), Atas da ACCAL e Edital.	Contribuir com a construção do Projeto;	Segundo Semestre 2018 e 2019	Possibilitaram reflexões acerca da estrutura de um projeto técnico dentro de uma Universidade; Evidenciou alguns diálogos, avaliações e percepções das camponesas e camponeses sobre a construção da feira na UFLA. Pesquisar outros projetos contribuíram com os questionamentos dos sujeitos da pesquisa e corroboraram com as reflexões para a construção do Projeto.

Quadro 1 - Quadro Metodológico. (Conclusão)

Metodologia utilizada	Como foi trabalhada?	Objetivo	Período	Observações teóricas e práticas
● Pesquisa bibliográfica	Leituras dos trabalhos acadêmicos que já foram realizados com o grupo em questão.	Contribuir com informações para construção do projeto da Feira Agroecológica na UFLA.	Segundo semestre de 2018 e 2019.	As informações do da dissertação de Abreu(2014) e da tese de Abreu(2018) possibilitaram aprofundar o conhecimento do contexto e das atoras e atores envolvidos no projeto. Isto contribuiu tanto com o conteúdo do Projeto, por meio de dados qualitativos, quanto com a prática.
● Oficinas /reuniões pedagógicas com a comissão da feira	As oficinas/reuniões tinham a seguinte estrutura: -Apresentação; -Dinâmica inicial de sensibilização; -Questões problematizadoras; -Encaminhamentos; -Avaliação	Foram realizadas seis oficinas com o objetivo de construir coletivamente o Projeto Técnico da Feira Agroecológica na UFLA. Nas oficinas foi possível fazer as seguintes identificações: -Identificação de práticas solidárias. -Identificação, e tipificação da produção rural da Comissão da Feira.	Segundo semestre de 2018.	A partir da realização das oficinas, as reflexões sobre a extensão dialógica, ciência compartilhada e diálogos entre o senso comum e o senso científico foram problematizadas e ao mesmo tempo ganhando sentido nas relações construídas entre a teoria e a prática.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Nos próximos itens os procedimentos metodológicos sintetizados acima serão ampliados.

5.1 Pesquisa documental

Segundo Laville e Dionne (1999), um documento pode ser algo mais que um pergaminho poeirento, o termo pode designar toda fonte de informações existente. Não se restringe só a documentos impressos, mas também podem ser pesquisados recursos audiovisuais e todo vestígio deixado pelo homem (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Nesse sentido, foram utilizados na pesquisa os seguintes documentos: Dados brutos do DRP realizado na pesquisa de Abreu (2018); dados do levantamento inicial de mercado realizado por Pereira, V. S. et al.(2019); Projetos, atas e edital.

5.1.1 Diagnóstico Rural Participativo – DRP

Os dados possibilitados por meio do DRP corroboraram com a identificação e tipificação da diversidade de produção rural de representantes das 15 comunidades rurais, prezando por um processo dialógico e participativo.

É relevante mencionar que o DRP foi um dos instrumentos utilizados na pesquisa de Abreu (2018), realizado de forma participativa. Houve uma etapa anterior na qual foi possível considerar o contexto histórico de invisibilização dos modos e recursos camponeses e de dependência técnica e tecnológica externa. Com isso não houve o risco de realizar esse diagnóstico de forma pouco participativa e receituária (ABREU, 2018). A forma como foi desenvolvido o DRP seguiu a definição e utilização prática do Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACaC) da Asociación Nacional de Agricultores Pequeños (ANAP) (ABREU, 2018).

[...] a atividade que permite revelar os problemas presentes na roça que afetam ou limitam a produção. Com esta atividade pretende-se determinar o problema principal, descobrir as causas que o provocam e os recursos de que se dispõe ou que podem ser gerados na própria roça para resolvê-los. A partir da explicitação dos problemas, determina-se a ação a realizar, começando pelas de mais amplo e rápido impacto e de menor custo e risco, o que se conhece como “técnica chave”.

O DRP é um princípio e uma atividade estratégica na metodologia, porque desperta o espírito crítico e construtivo da realidade, estimula a experimentação camponesa e – em última instância – acaba com as receitas e pacotes tecnológicos (ANAP apud ABREU, 2018, p. 114).

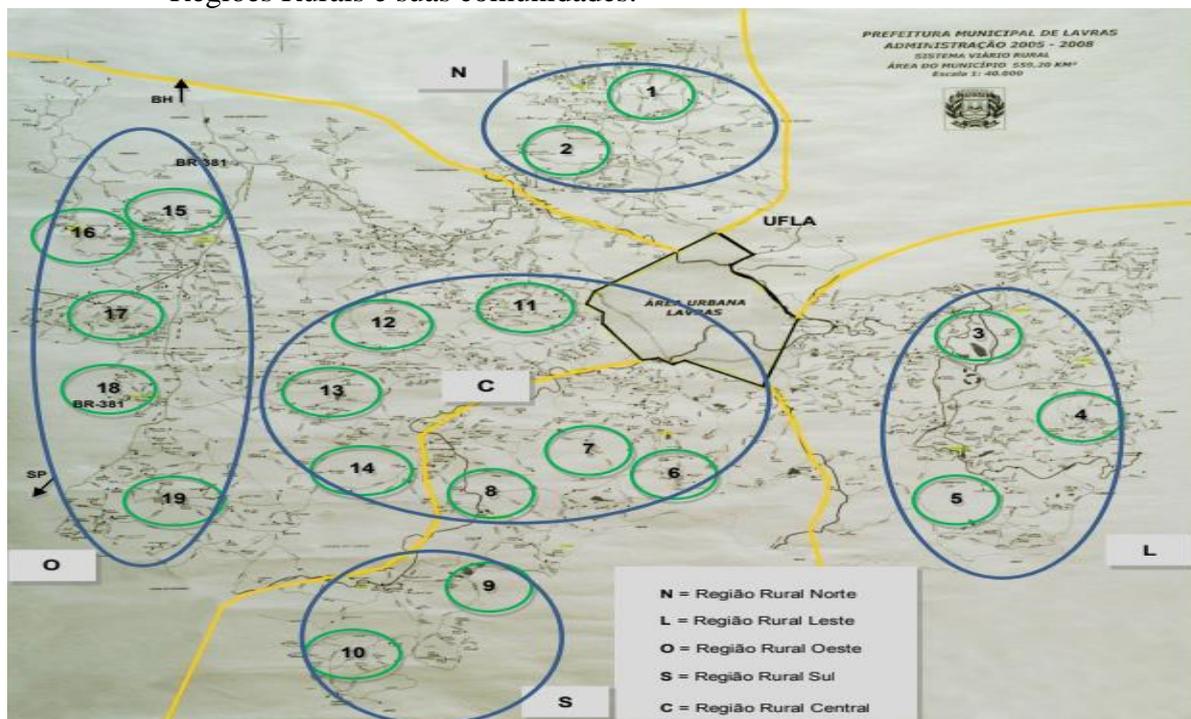
O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi realizado em 15 Comunidades Rurais do município de Lavras, totalizando 24 propriedades segundo Abreu (2018). Vale mencionar que eu participei da realização do DRP junto a outros estudantes da UFLA, compondo uma equipe de pesquisa interdisciplinar. Primeiro participamos de uma capacitação articulada com dois professoras(es) do PPGDE que possibilitou construir o roteiro, além de problematizar e alinhar a postura da equipe na realização do DRP.

As(os) estudantes foram divididas(os) em cinco duplas e as comunidades foram divididas em cinco regiões: Região Central, Região Leste, Região Norte, Região Oeste e Região Sul, segue o mapa das Regiões abaixo. Realizamos o DRP com as(os) camponesas(es) prezando pela horizontalidade, sem imposições ou transferência de conhecimento. Cada dupla, pré-estabelecida, passou um dia com a família ou representantes camponesas(camponeses) caminhando na propriedade e dialogando sobre itens do roteiro, com intuito de identificar as potencialidades e os desafios considerados importantes na perspectiva das(os) camponesas(es) no momento (ABREU, 2018).

No escopo do roteiro do DRP, acordamos os seguintes pontos: *“Visita (anotar quilometragem de Lavras até a casa): Tentar reunir o máximo de pessoas possíveis da família. Fazer a apresentação formal do projeto e da equipe, enfatizando o foco dessa etapa do projeto que é o diagnóstico de potencialidades e fatores limitantes para a transição agroecológica. Trata-se de uma troca de ideias e um mapeamento que inclui a percepção da(o) mapeadora(or), aliado à vivência da(o) produtora(or), exposta durante essa conversa. Falar com participantes sobre possibilidade de gravarmos as conversas e tirar fotos. Explicar que nossa intenção não é fiscalizar, e sim mapear recursos e características das famílias. Um roteiro pré-elaborado poderá auxiliar as questões de maior relevância durante o diagnóstico”*.

O roteiro contava com os seguintes itens: Histórico; Estrutura da Propriedade; Solos, Água, Produção de Alimentos; Pós-Colheita e Processamento Mínimo, Práticas Conservacionistas; Pragas e Doenças. Percorremos um total de 391 quilômetros entre os dias 25 de outubro e 29 de novembro de 2017 (ABREU, 2018).

Imagem 1 - Representação, em imagem do mapa do sistema viário rural de Lavras, das Regiões Rurais e suas comunidades.



Legenda: Região Norte: 1 = Funil e 2 = Paiol; Região Leste: 3 = Tabuões, 4 = Fonseca e 5 = Itirapuan; Região Central: 6 = Serrinha, 7 = Ponte Alta, 8 = Cachoeirinha, 11 = Jaboticabeiras, 12 = Pimentas, 13 = Maranhão e 14 = Rosas; Região Sul: 9 = Tomba e 10 = Faria; Região Oeste: 15 = Três Barras, 16 = Boa Vista, 17 = Salto das Três Barras, 18 = Cajuru do Cervo e 19 = Engenho de Serra. Imagem 2. Representação, em imagem do mapa do sistema viário rural de Lavras, das Regiões Rurais e suas comunidades (ABREU, 2018, p. 117).

Após a realização do DRP, nós (estudantes) ficamos responsáveis pela sistematização dos Relatórios, em formato de tabela simples de duas colunas, contendo os recursos agroecológicos e os problemas produtivos identificados. Vale mencionar que cada dupla sistematizou separadamente, não havendo uma padronização dos dados referente à produção das(os) camponesas(es). Esses Relatórios foram entregues às camponesas e aos camponeses num encontro posterior (ABREU, 2018). Porém, como a pesquisa de Abreu (2018) não entrou em detalhes quanto à identificação e tipificação da produção rural, nós avaliamos que seria necessário o acesso aos dados brutos do DRP para construir o quadro do Projeto Técnico, nele contém a diversidade de produção, para comercialização e autoconsumo, dos representantes das 15 Comunidades Rurais de Lavras.

5.1.2 Levantamento inicial de mercado

O questionário semiestruturado (Anexo A) foi construído e aplicado em parceria com um grupo de pesquisa e extensão da UFLA, o GEDIM. Antes dos grupos elaborarem o questionário, perguntamos (Comitê de Orientação) para a comissão da feira, quais questões elas(es) gostariam que estivessem presente. A partir disso, repassei essas informações para o grupo em questão. O questionário aplicado para iniciar o levantamento de mercado de uma feira agroecológica na UFLA foi composto por 11 questões. Membros do GEDIM aplicaram os questionários por meio de entrevistas dentro da UFLA. Todos os departamentos foram visitados e tentaram entrevistar pelo menos um docente, um técnico e um estudante de pós-graduação em cada departamento, além de técnicos nas Pró-Reitorias e dos estudantes da graduação entrevistados. As entrevistas aconteceram principalmente nos departamentos, mas também de forma aleatória no Centro de Convivência, durante a semana que antecedeu o II UFLA faz Extensão e no dia do Evento durante a feira, contemplando também algumas pessoas da comunidade local.

5.1.3 Projetos, atas e Edital

Foi realizada uma pesquisa para conhecer projetos de feiras agroecológicas em outras Universidades como UFSJ e UFMG.

Também participamos das assembleias ou das reuniões gerais da ACCAL e, posteriormente, tivemos acesso às atas referentes ao período de construção do Projeto Técnico da Feira Agroecológica na UFLA.

Outro documento estudado com a comissão da Feira foi o Edital da “Feira de Artesão e Agricultura em transição Agroecológica” (Anexo C) do II UFLA faz Extensão que aconteceu dia 28 de novembro em 2018.

5.2 Pesquisa bibliográfica

Segundo Gil (2010, p. 29)a

a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de

informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes bem como material disponibilizado pela internet.

A partir do conceito da pesquisa bibliográfica realizamos (Comitê de Orientação) uma pesquisa na tese de Abreu (2018) realizada com camponesas e camponeses representantes de 19 comunidades rurais de Lavras - MG, que contribui com dados para a construção deste trabalho. Vale mencionar que o trabalho foi apresentado e publicado no dia 5 de dezembro de 2018, mas por fazer parte do grupo de pesquisa tive acesso aos dados antes dessa data.

O intuito da pesquisa bibliográfica para construção coletiva do projeto técnico não se restringiu à escrita, pois foi necessário um embasamento para a prática e para a construção compartilhada do conhecimento ou “ciência com-partilhada” na perspectiva de Coelho (2005), na qual não sacralizamos nem o conhecimento da(o) camponesa(ês) nem o acadêmico.

5.3 Oficinas pedagógicas

As oficinas pedagógicas contribuíram para criar espaços de diálogos que possibilitaram um ambiente de maior participação. Assim, a construção do projeto técnico com as(os) camponesas(es) foi um ponto-chave para a realização deste trabalho. Optar por trabalhar com oficinas pedagógicas compreendendo as possibilidades e ferramentas participativas que ela pode trazer no processo de extensão universitária não foi ao acaso.

Vamos utilizar, desse modo, de intervenções na concepção participativa que segundo Coelho (2005, p. 113)

nessa concepção, a participação do grupo atingido pela pesquisa está presente desde os atos de problematização até os de decisão, incluindo, ainda, os momentos de consentimento explícito para a atuação externa no local. Esses atos de participação ocorrem entre cidadãos e entre homens que pensam, decidem e atuam, em comum, em determinado tempo e espaço social.

Coelho (2005) propõe algumas técnicas para trabalhos com grupos e faz várias ressalvas referentes aos cuidados necessários para não gerar frustrações e para um caminhar mais seguro. Alguns deles são: trabalhos com equipe interdisciplinar, buscar orientação daqueles(as) que já viveram esse processo participativo, orientar-se pela sinceridade e pela dialogicidade num trabalho constante de crítica e autocrítica. Vale ressaltar que as técnicas

precisam ser adaptadas para cada contexto e localidade, considerando os saberes e a cultura local.

A partir da leitura das teorias, dos cuidados necessários e de reflexões para que as oficinas fossem realmente espaços mais dialógicos e participativos, iniciamos as oficinas com um exercício constante de reflexão e prática.

As oficinas/reuniões foram agendadas, inicialmente, nas reuniões mensais da ACCAL, porém só os membros da comissão da feira participavam e, posteriormente, faziam repasses para o grupo na reunião mensal. Em setembro de 2018, decidimos criar um grupo no *Whatsapp* da comissão para facilitar a comunicação e o agendamento das oficinas/reuniões.

Como apresentado no quadro metodológico, as oficinas tinham a seguinte estrutura: Apresentação; Dinâmica inicial de sensibilização; Questões problematizadoras; Encaminhamentos; Avaliação. Porém, nem todas as seis oficinas realizadas seguiram essa estrutura com rigor. Fomos construindo e reconstruindo o processo com flexibilidade, preconizando a participação de todas(os), a partir das possibilidades e demandas criadas por meio das avaliações e das observações do grupo. Por exemplo: a primeira oficina/reunião foi realizada em uma sala do Departamento de Administração e Economia - DAE na UFLA, porém trouxe várias questões, visto que a sala foi agendada por um determinado período e tivemos que sair sem conseguir finalizar e realizar a avaliação da oficina. A segunda reunião também foi realizada no DAE. Já na reunião mensal da ACCAL as(os) camponesas(es) sugeriram de tentar outro espaço para as oficinas/reuniões, como na sede do grupo de pesquisa e extensão Yebá Ervas e Matos da UFLA.

Para todos os momentos de trabalho em grupo e oficinas realizamos uma programação anterior, respeitando a disponibilidade de datas e horário das(os) camponesas(es), além de sugestões de locais para garantir a participação de todas(os) ou da maioria. As oficinas contaram com as ferramentas participativas e também com o apoio de manuais de sistematização de práticas agroecológicas e alguns manuais governamentais e/ou de ONGs que trabalham com construção de feiras agroecológicas e da economia solidária. As oficinas tiveram os seguintes pontos:

Quadro 2 - Síntese das oficinas.

Oficina	Data	Local	tema-chave	nº de participantes
1ª	03/06/2018	DAE	Diálogos iniciais sobre a pesquisa e a construção coletiva do Projeto Técnico da Feira.	Cinco camponesas (es) e três estudantes.
2ª	21/08/2018	DAE	Estrutura de uma Feira na UFLA - levantando questões sobre viabilidades técnica, econômica, financeira, gerencial, social e ecológica.	Cinco camponesas (es) e dois estudantes.
3ª	11/09/2018	Yebá	Quantos somos e qual produção temos?	Sete camponesas (es).
4ª	09/10/2018	Yebá	Repasse das reuniões institucionais e do Edital da Feira no evento II UFLA faz Extensão.	Sete camponesas (es), dois professores e dois estudantes
5ª	05/11/2018	Yebá	Planejamento para a feira no UFLA faz Extensão.	Três camponesas (es) e um estudante.
6ª	14/11/18	DAE	Reunião sobre o Edital da feira - UFLA FAZ EXTENSÃO	Sete camponesas (es) e uma estudante.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Também realizamos (Comitê de Orientação) uma síntese das reuniões e os diálogos e trocas de informações que elas possibilitaram estão presentes no projeto.

Quadro 3 - Síntese das reuniões.

Reunião	Data	Local	Tema-chave	Participantes
Reunião com presidente Adufla	27/09/2018	DAE	Possibilidade de criar uma rede de apoio dentro da UFLA.	Representante Adufla.
Troca de informações com representante da ITCP-UFSJ e participante da Comissão do Projeto Dia de Feira da UFSJ	01/10/2018	Telefone	Conhecendo os procedimentos institucionais e esclarecendo questões levantadas com a comissão da feira.	Uma representante da UFSJ e uma representante da UFLA.
Início de diálogo com a PROEC	04/10/2018	PROEC	Apresentar a proposta em desenvolvimento referente ao Projeto Técnico da Feira Agroecológica.	Dois representantes da PROEC e duas representantes do PPGDE.
Reunião com a PROEC	21/11/2018	PROEC	Análise das inscrições na Feira de Artesão e Agricultura em Transição Agroecológica do II UFLA faz Extensão.	Um representante da PROEC e duas representantes do PPGDE.
Assembleias ACCAL	08/04/2018 14/06/2018 26/08/2018 04/09/2018 16/09/2018 21/10/2018 25/11/2018	Instituto de Recuperação Eterna Misericórdia/Yebá	Repasses e encaminhamentos da comissão da feira.	ACCAL e estudantes.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Foi por meio dos procedimentos metodológicos citados acima que o conteúdo do Projeto Técnico foi problematizado, discutido e organizado.

6 PROJETO TÉCNICO DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UFLA

6.1 Apresentação

Para Tenório et al. (2002), um projeto caracteriza-se pela interação de interesses comuns na resolução de problemas percebidos por um coletivo de pessoas, num espaço geográfico delimitado e/ou num espaço social formalizado. Pontua que falar de interesses comuns está diretamente ligado às decisões compartilhadas. Dessa forma implica na participação que só existe em comunidade, que é compreendida como espaço em que os contatos sociais desenvolvem-se por meio de relações de vizinhança, parentesco e de relações de trabalho.

Nessa perspectiva, construímos o Projeto Técnico da Feira Agroecológica na UFLA que teve como ponto de partida a demanda de camponeses e camponesas de Lavras que estavam em processo inicial de organização. No segundo semestre de 2017, realizamos os DRPs para a pesquisa de Abreu (2018) e foi a partir desse momento que a demanda de uma feira agroecológica foi colocada em discussão dentre outras demandas, como criação de uma associação, certificação participativa e planejamento da produção. Nesse sentido, iniciamos (Comitê de Orientação) a construção coletiva do projeto técnico de uma feira agroecológica em Lavras, em 2018, buscando aproximar os diálogos entre a UFLA e a comunidade rural lavrense.

Compreendemos a importância do campesinato para a sociedade como um todo. Tanto os(as) camponeses(as) trouxeram em suas falas ao longo da construção do projeto o quanto a UFLA precisa delas(es) e vice-versa, quanto o PPGDE que estimulou trabalhos de conclusão que trabalhem na perspectiva crítica da extensão.

Para compreender um pouco do contexto, vale mencionar alguns dados referentes ao município, às (aos) camponesas (es) e à UFLA. O município de Lavras está localizado no Sul de Minas Gerais, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010) apresentava população residente de 92.200 pessoas, dessas 87.856 residem no perímetro urbano e 4.344 no rural, além de contar com 725 propriedades categorizadas como agricultura familiar de um total de 959 estabelecimentos agropecuários particulares. Além disso, segundo Abreu (2018, p. 83),

quanto à agricultura no município, dados do levantamento interno da unidade estadual da Emater – MG de 2016 revelam a importante participação dos camponeses na produção dos alimentos consumidos e

comercializados no município. Conforme indicam estes dados, os camponeses são responsáveis por 67,0% do café arábica, 67,0% da banana prata, 69,0% da cana de açúcar, 62,0% do milho, 88,0% do milho para silagem, 70,0% da goiaba, 38,0% do feijão, 70% da uva de mesa, 90,0% da mandioquinha-salsa e 100,0% do abacate, da manga, do pêssego, da abobrinha, da alface, da batata doce, da cebolinha, da cenoura, da couve, do inhame, do pimentão, do repolho, da salsa e do tomate de mesa produzidos no município.

Já a UFLA está localizada no município de Lavras. Segundo dados de 2008, do *site* institucional, possui um *campus* universitário que ocupa 600 hectares. Em 2019, conta com 11.100 estudantes da graduação, 1.850 da pós-graduação, 766 docentes e 581 técnico administrativos.

Mencionamos (Comitê de Orientação) dados da UFLA, pois a questão inicial pontuada pelas camponesas e camponeses era: quais as possibilidades da criação de uma feira agroecológica em Lavras? Porém, ao longo das oficinas e reuniões realizadas para a construção do projeto, o grupo repensou a questão que passou a ser: quais as possibilidades de criação de uma Feira Agroecológica na UFLA?

Para isso, iniciamos no dia 3 de julho de 2018, a construção coletiva do projeto técnico da feira agroecológica na UFLA. Os encontros foram pensados a partir de metodologias participativas e buscamos questionar e trilhar caminhos junto às(aos) camponesas(es) para compreender sobre pesquisa e extensão.

Na construção do Projeto Técnico recorreremos (Comitê de Orientação) também às definições de Tenório et al. (2002), referente ao conceito e à estrutura de projetos comunitários e aos projetos Dia de Feira: Feira de Agroecologia e da Economia Popular e Solidária da UFSJ e Feira Agroecológica de Lagoa Santa, em parceria com a UFMG.

6.2 Justificativa

Este projeto traz a importância do Camponato/Agricultura Familiar em Lavras e no Brasil. Tais grupos continuam buscando alternativas para permanecer no campo, além de ser um modo de vida, geram trabalho e renda, garantindo assim o alimento na mesa do campo e da cidade.

A Feira Agroecológica, dentro da universidade, ainda busca pela reflexão de qual alimento estamos consumindo. Pensando na saúde de quem planta e quem consome ao se pautar na Agroecologia, bem como busca construir e fortalecer diálogos entre a Universidade e a comunidade da qual faz parte.

Reflexões e práticas a partir da extensão dialógica, da construção compartilhada do conhecimento e da aprendizagem social de Coelho (2005), Freire (1983) e Jacob, Franco e Granja (2006), respectivamente, estão presentes na construção do projeto técnico com as(os) camponeses(as) e também no início da aproximação com representantes da comunidade acadêmica. O diálogo entre as diversas formas de saberes permeou as reflexões e a construção coletiva do Projeto Técnico da Feira Agroecológica na UFLA.

6.3 Beneficiárias(os)

O Projeto Técnico da Feira da Agroecológica na UFLA teve como beneficiárias(os) as(os) camponesas representantes de 15 comunidades rurais de Lavras que constituíram a Associação das Camponesas e Camponeses Agroecológicos de Lavras - ACCAL. A Secretaria Municipal de Assuntos Rurais(SMAR) e a Secretaria Municipal de Saúde(SMS) consideram que as comunidades maiores no meio rural, ou seja, com maior número de moradores, englobam as menores, agrupando-se 71 comunidades em 19 (ABREU, 2018). Porém, na realização do DRP não foi possível contemplar representantes de todas, com isso participaram do DRP membros das seguintes comunidades do município de Lavras: Jaboticabeiras, Rosas, Cachoeirinha, Fonseca, Itirapuã, Tabuões, Paiol, Funil, Salto das Três Barras; Três Barras; Cajuru; Boa Vista; Engenho; Tomba e Faria (ABREU, 2018). Vale pontuar que o projeto foi construído, principalmente, com a comissão da feira, representando a ACCAL.

6.4 Construindo Redes de Apoio

Buscamos iniciar a construção de uma rede de apoio pensando tanto na elaboração do projeto quanto em possibilitar a continuidade. Os apoios foram internos, ou seja, no âmbito da Ufla e externos a ela.

Buscamos apoio de algumas universidades, mas os que se concretizaram foram com a Unicamp e com a UFSJ. Na Unicamp houve uma conversa com organizadores da feira e logo após uma visita à Feira Pé na Roça, para troca de conhecimentos, ambos no dia 2 de março de 2018. Foram diálogos e visualizações iniciais de uma feira agroecológica que possibilitaram reflexões referentes à certificação, aos preços, à diversidade de alimentos, ao planejamento, à organização social e legislação para o início da construção da feira.

Na UFSJ dialogamos com alguns membros da comissão do Projeto Dia de Feira, sendo uma representante da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP e outra representante da Pró-Reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Elas contribuíram com informações sobre os procedimentos burocráticos dentro da UFSJ e relataram toda experiência da construção e posterior acompanhamento do projeto, que envolveram organização de uma comissão, divisão de responsabilidades, estrutura da feira e relações construídas entre setores da UFSJ e com representantes da comunidade. Além disso, também responderam aos questionamentos levantados pelo grupo quanto à regulamentação da comercialização de alimentos no âmbito de uma Instituição Federal, com vistas a possibilitar embasamento e referência nos diálogos que construímos dentro da UFLA.

Na Ufla tivemos apoios de diferentes formas com alguns setores. Com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura iniciamos um diálogo, no qual levamos a demanda das camponesas e camponeses interessados em construir uma feira agroecológica dentro da Universidade e foram pensadas possibilidades de participação na feira no evento Ufla faz Extensão e, posteriormente, a feira permanente. A PROEC contando com o apoio do PPGDE viabilizou o acontecimento da feira.

O PPGDE apoiou nos diálogos e na aproximação com a Proec. Auxiliou com informações, tanto pela proximidade do Programa com as temáticas: extensão universitária dialógica, agroecologia e agricultura familiar, quanto referente à pesquisa de diversos editais, o que contribuiu com o edital elaborado pela PROEC. Também participaram de uma oficina da comissão da feira, quando debatemos quais eram os procedimentos legais para realização da feira na Ufla. Nesse sentido apoiaram a comissão por meio de ideias, propostas, questões, sugestões e escuta.

O Gedim apoiou ao construir as primeiras oficinas no I Encontro de Agroecologia de Lavras, em 2017, e, posteriormente, na realização da pesquisa e na tabulação dos dados para levantamento inicial de mercado para a feira agroecológica.

O grupo Yebá - Ervas e Matos emprestou o espaço, que possibilitou maior identificação das(os) camponesas(es), para realização das oficinas e também participaram de algumas oficinas.

Por último, o NEMAAF apoiou ao construir oficinas no I Encontro de Agroecologia de Lavras, em 2017, e também ao apoiar a ideia da construção da feira agroecológica na Ufla.

6.5 Oficinas: (Re)construindo e compreendendo a aprendizagem social, a comunicação/extensão dialógica e a ciência (com)partilhada

Para construção coletiva e participativa do Projeto Técnico, os procedimentos metodológicos utilizados foram as oficinas e reuniões com base no referencial de Coelho (2005), Freire (1983), Jacob, Franco e Granja (2006) e Tenório et al. (2002). A partir das observações e questões levantadas pelo grupo da comissão da feira e pela ACCAL, fomos estruturando as oficinas e reuniões que, por fim, tiveram os seguintes elementos em comum: Apresentação; Dinâmica inicial de sensibilização; Questões problematizadoras; Encaminhamentos e Avaliação.

Construímos o projeto técnico, preconizando os seguintes pontos elencados por Tenório et al. (2002, p. 18): “[...] um bom plano tem que ser participativo, isto é, o próprio grupo que vai fazer o trabalho tem de fazer o plano. É o grupo que decide ‘o que fazer’, ‘como fazer’, ‘onde fazer’ e ‘com quem fazer’”. Vale mencionar que os diálogos da comissão da feira com a PROEC são incipientes e no período da elaboração do projeto a comissão foi composta por camponesas e camponeses de Lavras e por mim, estudante do PPGDE/UFLA.

Nas oficinas/reuniões e a partir dos documentos pesquisados nós iniciamos a construção das descobertas, dimensões, ideais e viabilidades abaixo.

6.5.1 Descoberta da diversidade da produção: “Feira boa é aquela que tem de tudo”

Como mencionado anteriormente, primeiro foram realizados os DRPs com camponesas (es) representantes de 15 comunidades rurais de Lavras, nos quais Abreu (2018) as dividiu por regiões Central, Leste, Norte, Oeste e Sul. Os dados coletados para a pesquisa de Abreu (2018) possibilitaram identificar e tipificar a produção rural da família de cada representante da comunidade. Observamos (Comitê de Orientação) que seria interessante manter a organização inicial, pensadas e organizadas na pesquisa de Abreu (2018), para evidenciar que as famílias camponesas estão presentes em diversas comunidades rurais de Lavras, porém os dados não representam a produção da comunidade, mas de cada família.

Quadro 4 - DRPs com as famílias camponesas representantes de 15 comunidades. (Continua)

Camponesa(ês)/Comunidade/ Região	Produção
Família Camponesa 1* (Jaboticabeiras) (Região Central)	Comercialização: Café Autoconsumo: Plantas medicinais (potencial)
Família Camponesa 2 (Rosas) (Região Central)	Comercialização: Grande variedade de frutas, mudas de frutíferas
Família Camponesa 3 *** (Cachoeirinha) (Região Central)	Comercialização: Diversidade de frutas e hortaliças. Autoconsumo: Plantas medicinais (potencial)
Família Camponesa 4 (Jaboticabeiras) (Região Central)	Pomar com algumas frutíferas Filho pretende começar horticultura Criação de gado e galinhas.
Família Camponesa 5** (Fonseca) (Região Leste)	Comercialização: Hortaliças (Rúcula, almeirão, alfaces-crespa, lisa e americana, couve-manteiga, roxa, gigante, verde, repicada, brócolis, cenoura, tomate cereja, jiló, berinjela, espinafre, inhame, alho poró, abóbora madura, abóbora menina (abobrinha), mandioca amarela (produtividade mais rápida), azedinha, acelga lisa, pepino japonês, pimentão, milho(para fubá), feijão, jiló gigante, quiabo, queijo, doces(Figo, goiaba, cidra e doce de leite), ovos. Medicinais e Condimentares: Salsinha, cebolinha, manjeriço, alecrim, coentro, hortelã PANCS vistas mas não tão utilizadas: beldroega, taioba, almeirão roxo, caruru Autoconsumo: Porco, galinha, arroz e feijão.
Família Camponesa 6 (Região Leste) (Fonseca)	Criação de galinha e gado de leite Horta (autoconsumo) Frutíferas: limão, laranja, mamão goiaba, ameixa, jaboticaba, mexerica, bananeiras (marmelo, prata, caturra) Olerícolas: Couve, alface, cebolinha, salsinha, abóbora, quiabo, cebola, chuchu PANCS: ora pro nobis, taioba, taboa
Família Camponesa 7** (Região Leste) (Itirapuã)	Comercialização: Maracujás, morangos, citrus Olerícolas: Alface lisa, crespa, americana, repolho, brócolis, agrião, pepino, abobrinha, jiló, quiabo, almeirão, hortelã, salsinha, cebolinha, mandioca, feijão, chuchu Criação de galinhas e porcos, Grande quantidade de caruru, beldroega e “brinquinho de ouro” (PANCS) Produz as próprias mudas

Quadro 4 - DRPs com as famílias camponesas representantes de 15 comunidades. (Continua)

Camponesa(ês)/Comunidade/ Região	Produção
Família Camponesa 8*** (Região Leste) (Tabuões)	Autoconsumo: galinhas, perus e patos (comercializa seus ovos e utiliza também para consumo próprio) Comercialização: Quitandas e ovos.
Família Camponesa 9*** (Região Leste) (Tabuões)	Não moram na área Apenas coletam o que já está plantada na propriedade. Autoconsumo: Hortaliças e temperos. Frutíferas: acerola, goiaba, limão, mexerica, caju, manga, atemoia, abacate. Diversas nativas - Pequi, guariroba, marmelada, pitanga do campo, maminha de cadela, gravatá, marolo, carnaúba, jatobá, perinha do campo, murici Plantas medicinais: agoniada, copaíba, maminha de cadela, congonha de bugre, capeva.
Família Camponesa 10 (Região Norte) (Paiol)	Banana, milho, maracujá, mexerica, ponkan, laranja, pêssego, goiaba.
Família Camponesa 11 (Região Norte) (Paiol)	Banana e mamão
Família Camponesa 12* (Região Norte) (Funil)	Produção (autoconsumo): Goiaba, caqui, abacate, mamão, acerola, jabuticaba, banana, mudas de frutíferas, repolho, couve, beterraba, tomate, jiló, cenoura, geleias, polpas congeladas, mandioca, mexerica, goiaba, uva, maracujá e pitaya. Comercialização: leite e queijo.
Família Camponesa 13* (Região Norte) (Funil)	Criação de gado e galinha,, alface, banana, graviola, acerola, maracujá, eucalipto, milho(gado), limão, couve, abóbora,
Família Camponesa 14* (Região Oeste) (Salto das Três Barras)	Comercialização: café e gado Autoconsumo: Citrus, figo, amora, feijão, milho, porco e galinha. Artesanato: Crochê e tricô.
Família Camponesa 15 (Região Oeste) (Três Barras)	Autoconsumo: Galinha, ovos, mandioca, banana, milho, abóbora, feijão, banana, pitanga, limão, jabuticaba, couve, alface, almerão, cebolinha, plantas medicinais. Comercialização: Café

Quadro 4 - DRPs com as famílias camponesas representantes de 15 comunidades. (Continua)

Camponesa(ês)/Comunidade/ Região	Produção
Família Camponesa 16 (Região Oeste) (Cajuru)	Comercialização: Leite de vaca Autoconsumo: hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, milho, feijão, galinha e porco.
Família Camponesa 17 (Região Oeste) (Três Barras)	Comercialização: hortaliças (alface, cebolinha, jiló, pimentão, couve) Autoconsumo: Manga, citrus, mamão, galinha e ovos
Família Camponesa 18** (Região Oeste) (Boa Vista)	Comercialização: Café Autoconsumo: Mandioca, cana, feijão abóbora, banana, galinha, ovos, manga pitanga, jatobá, abacate, limão, laranja Plantas medicinais: Bálsamo, funcho Artesanato: Cestas, balaios, artesanato em cabaça, desenhos, desenho em quadrinho, arco e flecha.
Família Camponesa 19 (Região Oeste) (Engenho)	Autoconsumo: Frutíferas, plantas medicinais, hortaliças, quitandas.
Família Camponesa 20 (Região Oeste) (Engenho)	Comercialização: Ovos de codorna, codornas, café, maracujá. Autoconsumo: hortaliças, mandioca, frutíferas. Artesanato: Cabaça
Família Camponesa 21 (Região Sul) (Tombo)	Comercialização: Café, leite. Autoconsumo: laranja, feijão, banana (prata, maçã e nanica), mamão, jaca, manga, abacate, limão, laranja, mandioca, batata fiuza, alface, couve, repolho, cebolinha, porcos, galinhas, patos, jatobá e barbatimão.
Família Camponesa 22* (Região Sul) (Faria)	Comercialização: Café, quiabo Autoconsumo: Laranja, maçã, banana, coco, mexerica, abacaxi, limão, jabuticaba, manga, lichia, abacate, goiaba, feijão, abóbora, galinhas, porcos, perus, fubá, pamonha, cural.
Família Camponesa 23* (Região Sul) (Faria)	Comercialização: Leite, queijos e ovos. Autoconsumo: Galinhas, porcos, feijão, salsa, cebolinha, couve, chuchu, uva, quiabo, alho, mostarda, alface, abóbora, abacaxi, algodão, pêssego, goiaba, manga, laranja, limão, milho, pamonha, cural, mel, plantas medicinais

Quadro 4 - DRPs com as famílias camponesas representantes de 15 comunidades.
(Conclusão)

Camponesa(ês)/Comunidade/ Região	Produção
Família Camponesa 24 (Região Sul) (Faria)	Comercialização: Café Autoconsumo: Alface (roxa, lisa, verde e repicada), couve, cenoura, beterraba, cebolinha, funcho, almeirão, tomate cereja, jiló, salsinha, maracujá, feijão, serralha, ora-pro-nóbis, galinhas, goiaba, banana, manga, mamão, amora, acerola, mexerica, laranja, limão, mandioca, abóbora, milho, pamonha, cural

Fonte: Dados do DRP realizado para pesquisa de Abreu (2018)

*Participam da ACCAL

**Participam da ACCAL e da Comissão da Feira

***Participaram da Comissão da Feira

Observamos (Comitê de Orientação) a partir da produção identificada nas 24 famílias camponesas uma enorme diversidade de alimentos para autoconsumo, para comercialização e aqueles com potencialidades para ambas finalidades, como as plantas medicinais e plantas alimentícias não convencionais.

O quadro 5 foi construído a partir da oficina realizada no dia 11 de setembro de 2018, no espaço do Yebá. Primeiramente, houve o convite dos representantes da comissão às demais camponesas e camponeses da ACCAL, para que a identificação da produção contemplasse todas(os) os interessadas(os) na feira agroecológica na UFLA, com o objetivo de iniciar o planejamento da produção.

Quadro 5 - Produção identificada com a Comissão da Feira.

Camponesa(ês)	Produção para comercialização
Família Camponesa 1	Laranja, limão, banana, milho, queijo, alface, cebola, couve, taioba
Família Camponesa 2	Feijão, abóbora, mandioca, café, ovo caipira, queijo, quitanda, artesanato e banana.
Família Camponesa 3	Milho de pipoca, alface, couve, beterraba, cenoura, jiló, azedinha, brócolis, couve flor, tomate, queijo nozinho, ovo, frango, leite, ameixa amarelinha (nêspera), banana, mandioca, mexerica, laranja, limão, serralha, rabanete, repolho, melancia, arroz, feijão, doce de leite, hortelã, manjericão, salsinha, coentro, goiabada.
Família Camponesa 4	Queijo, manteiga, abacate, manga, amora, bananada, goiabada, doce de leite, banana, couve, rúcula, cebolinha, serralha, chuchu, quiabo, abobrinha, alface, rabanete, ora pro nobis, brócolis, e café (agroflorestal).
Família Camponesa 5	Rúcula, couve, cenoura, cebola, rabanete, espinafre, couve flor, banana, mandioca, milho, queijo, melado, ovo, geleia, doce de leite, tempero com pimenta e sem pimenta, limão, laranja, cajú, manga, limão rosa, limão galego, pequi, plantas medicinais, broto de bambú, pastel, licor, cachaça, café, suco, mexerica, graviola, feijão, quitanda, vinhoto.
Família Camponesa 6	Milho, couve, rúcula, cebola, salsinha, mandioca, limão, graviola.
Família Camponesa 7	Biscoito de polvilho, rosquinha de nata, bolo de banana, mandioca, fubá, angú de macaco, pão de cebola, plantas medicinais, queijo, ovo, torresmo, temperos de ervas/alho, pão recheado, doce de leite, feijão e café.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

O Quadro 6 foi construído a partir da Oficina para pensar a possível participação na Feira no II UFLA faz Extensão. Nesse dia, apenas com a possibilidade da inscrição das camponesas e camponeses, dado que ainda seria publicado o edital. A comissão dialogou sobre as (os) interessadas(os) em participar, os horários, a produção disponível no momento, e questões estruturais como: barraca, balança, transporte, divulgação, e construção do questionário para levantamento inicial de mercado com o GEDIM. Devido à proximidade do evento em questão, a comissão contou com o apoio de membros feirantes para emprestar barracas, bancas e balança, além da troca de informações referente à precificação e planejamento estratégico dos produtos que, possivelmente, teriam mais saída no dia do evento, por ser uma feira pontual. Questões mais estratégicas seriam pensadas após a experiência da primeira feira, uma vez que a data foi definida com prazo bem curto para execução.

Quadro 6 - Identificação da produção para a Feira no Evento UFLA faz Extensão.

Família Camponesa	Produção para comercialização
Família Camponesa 1	Banana, café, ovo, pano de prato, artesanato dos meninos, quitandas (bolos, doces)
Família Camponesa 2	Tomate cereja, hortelã, abobrinha, serralha
Família Camponesa 3	Doces (pêssego, figo, banana, arroz doce), quitandas, tomate, quiabo, pimenta, couve, couve flor, brócolis, banana marmelo.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Com a publicação do “Edital Feira de Artesão e Agricultura em Transição Agroecológica” (ANEXO C), a comissão da feira agendou outra reunião para fazer uma leitura coletiva do edital e organizar a documentação necessária, com o objetivo de dialogar sobre as dúvidas. Nesse momento, conversamos também sobre as retificações do edital, após a compreensão da PROEC acerca da dificuldade de deslocamento das(os) camponesas(es) e feirantes para entrega da documentação exigida, bem como às exigências da vigilância sanitária para comercialização de determinados produtos. Assim, o prazo foi alterado e aumentaram os itens comercializáveis no edital.

Observamos (Comitê de Orientação) que o campesinato/agricultura familiar de Lavras tem uma diversidade de alimentos significativa, porém ainda não existe o planejamento da produção, como evidenciado e demandado pela comissão da feira. Além disso, vivenciaram um histórico de uma legislação rígida para comercializar alguns produtos. Nos debates que aconteceram com essa temática, uma camponesa afirmou que: *“Feira boa é aquela que tem de tudo”*.

Compreendemos que a diversidade existe, porém há que problematizar o início e/ou fortalecimento dos diálogos intersetoriais e interinstitucionais para consolidação de espaços participativos que possibilitem às(aos) camponesas(es) argumentarem e/ou decidirem assuntos referentes às suas histórias. Observamos (Comitê de Orientação) que na construção do projeto técnico da feira agroecológica iniciamos espaços de aprendizagem social, nos quais as atoras(es) podiam intervir na situação e enxergar a questão por meio das perspectivas e ferramentas que dominam (JACOBI; FRANCO; GRANJA, 2006). Um exemplo foi observado a partir da linguagem, visão de mundo e experiências das(os) camponesas(es) quando disseram que não são contra as regras, mas a forma como elas são criadas e impostas, sem a compreensão da existência das diferenças substanciais entre uma empresa convencional de laticínios e uma(um)

camponesa(ês), como podemos observar no comentário feito em uma oficina da comissão da feira: *“Fugir da legislação pesada. Não vamos fazer de qualquer jeito, mas não temos que fazer igual a empresa de laticínios X”*

6.5.2 Diálogos com ideais, dimensões e/ou viabilidades

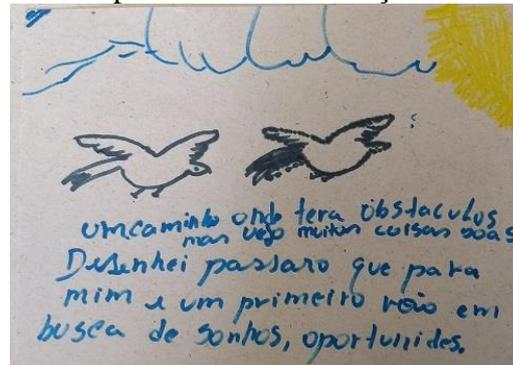
Os diálogos iniciais com questões ecológica, solidária, social, técnica e financeira foram compreendidos a partir dos dados do DRP, das oficinas realizadas com a comissão da feira e da tese de Abreu (2018). O objetivo não foi debater, mas considerar a importância dos ideais, dimensões e/ou viabilidades na elaboração de um projeto técnico. Vale ressaltar, que as dimensões e viabilidades estão integradas, o objetivo de separá-las foi uma escolha didática.

Entretanto, outra reflexão se faz necessária, anterior ao projeto ou às viabilidades existiam os ideais de uma feira na perspectiva das camponesas(es) da comissão. Elas(es) foram expressando ao longo da construção do projeto e sintetizaram algumas por meio de falas e/ou desenhos em uma oficina, são eles:

Camponês 1: Muitas coisas boas, amizades, não só o dinheiro.

Camponês 2: Pássaro, liberdade, cheia de gente feliz, tranquilo.

Imagem 2 - “Feira é oportunidade de serviço e realização de sonho”.



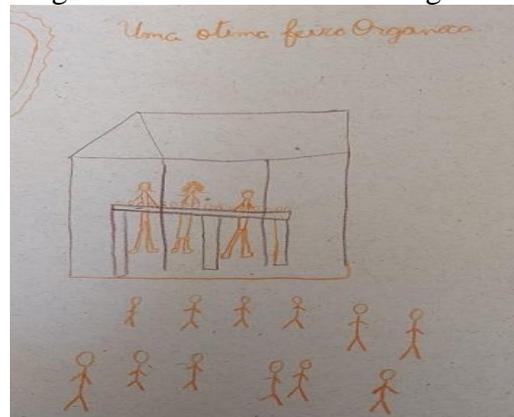
Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Imagem 3 - “Essa união de todos nós é muito importante.”



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Imagem 4 - “Uma ótima feira Orgânica”.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Imagem 5 - “Sol com céu bem azul, esperança de um futuro melhor, tem que ter gente pra comprar”.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

(Falas das(os) e/ou desenhos das(os) camponesas(es) na oficina do dia 14 de novembro de 2018)

6.5.3 Viabilidade Técnica

Na perspectiva de Tenório et al. (2002, p. 21), a viabilidade técnica inclui as seguintes questões:

tratando-se de um projeto comunitário cujos objetivos são comprometidos com a participação efetiva da comunidade, a viabilidade técnica significa o modo como a tecnologia educacional envolve o processo total da educação, desde a identificação das necessidades à avaliação dos resultados obtidos. Este procedimento, que ocorrerá durante e após o processo, tornando os meios, técnicas e estratégias cada vez mais efetivos.

Inicialmente, resgatamos e compactuamos (Comitê de Orientação) com o argumento de Freire (1983), referente à técnica, não acreditamos que exista técnica neutra. Nessa perspectiva, observamos (Comitê de Orientação) que o DRP e as oficinas/reuniões, bem como as ferramentas pensadas para cada espaço foram técnicas utilizadas na identificação das necessidades, a começar pelas demandas das(os) camponesas(es), que incluíam uma feira agroecológica, e a organização coletiva para alcançar tal objetivo. Bem como nas avaliações dos resultados, avanços e experiências obtidos ao longo da construção do projeto técnico, realizadas a cada oficina e/ou nas assembleias da ACCAL.

Para a feira que aconteceu no evento II UFLA faz Extensão, inicialmente, dialogamos sobre recursos e condições técnicas necessários a curto prazo. Foram levantados equipamentos e estrutura como balança, bancas e barracas. Também estudamos o edital do evento e a comissão opinou quanto ao lugar ideal para realização da feira, evidenciando a partir das experiências dos feirantes que o local fosse sombreado, dando preferência para a sombra das árvores e com uma estrutura mínima de banheiro e bebedouro. Além de ser um local de fácil acesso para as(os) consumidoras(es) da UFLA e comunidade lavrense.

Ao longo da trajetória para construção do projeto também buscamos compreender melhor a legislação de instituições federais por meio dos diálogos com a UFSJ. Essa busca foi fruto de questionamentos que foram consolidados nas oficinas e referem-se a quais produtos podem ser vendidos e quais são as regras para vender dentro de uma Universidade Federal.

Também foi possível construir algumas sugestões técnicas para o período de implementação do projeto, tais como: *“Fazer compra coletiva e busca coletiva.”* (Fala de um camponês na oficina do dia 3 de julho de 2018); *“Construir barracas de bambú com o Yebá”* (Fala de um camponês na oficina do dia 21 de agosto de 2018) *“A UFLA tem vegano e vegetariano, fazer cursos desses tipos de coisas, cursos com o DCA e estudantes.”* (Fala de uma camponesa na assembleia do dia 16 de dezembro de 2018). Observamos nessas falas

algumas possibilidades de diálogos e técnicas que podem ser construídas com universidade a partir de demandas das(os) camponesas(es). Ou seja, é possível construir outras técnicas e trabalhos prezando pela extensão dialógica e pela ciência (com)partilhada.

6.5.4 Dimensão financeira

É relevante mencionar que aspectos foram considerados como dimensão financeira neste projeto técnico. As problematizações apresentadas têm o propósito de contribuir para a continuidade da Feira Agroecológica na UFLA.

Referente à dimensão financeira, na definição de Tenório et al. (2002, p. 22)

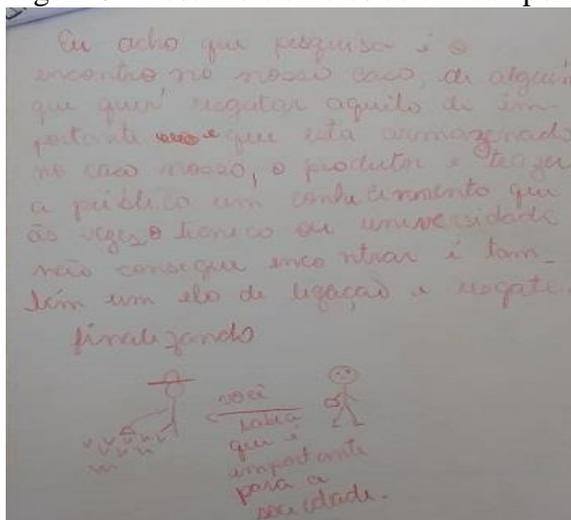
essa análise deverá ser centrada nas despesas que existirão durante a execução do projeto. Os resultados dessa análise devem assegurar que os recursos financeiros sejam suficientes para cobrir os custos de implementação do projeto, conforme a programação prevista. Outro aspecto desse estudo é o de verificar a possibilidade de recuperação das despesas realizadas, bem como dos investimentos porventura feitos pelos beneficiários do projeto.

A partir desse conceito, alguns custos para implementação da feira, relativos à estrutura como barracas e logística, a Universidade pontuou como responsabilidade das camponesas(es) para Feira que aconteceu no evento II UFLA faz Extensão. Já itens também estruturais, como água, ponto de energia, banheiros estão no âmbito de uma Universidade Pública. Entretanto, os diálogos referentes aos custos ainda são incipientes. Na avaliação realizada posterior ao evento citado acima, as(os) camponesas(es) disseram que não criaram tantas expectativas por ser um dia sem ministração de aulas. Nesse sentido, consideram que a primeira experiência de uma feira na UFLA foi positiva em relação às vendas.

Já a realização do planejamento da produção com as(os) camponesas(es) foi uma demanda ressaltada diversas vezes pela comissão da feira, dado que elas(es) produzem separadamente em suas propriedades e vão comercializar coletivamente na feira, porém não conseguimos construir para o projeto. Todavia a dimensão financeira pode ser pensada e construída em futuras pesquisas e/ou por uma comissão da Feira Agroecológica da UFLA, contando com parcerias da comunidade, movimentos sociais, grupos de pesquisa e extensão entre outros, a exemplo do Projeto Dia de Feira da UFSJ. O que possibilita que a feira não seja apenas um espaço de comercialização, mas que a ciência compartilhada e extensão dialogada se façam presente. Como dito na primeira oficina por camponesas e camponeses quando problematizamos sobre “o que é pesquisa?”: *“Buscar o saber pra entender o que*

estamos fazendo.”(Fala de uma camponesa na oficina realizada no dia 3 de julho de 2018). Eu acho que pesquisa é o encontro no nosso caso de alguém que quer resgatar aquilo de importante que está armazenado no caso nosso o produtor e trazer a público um conhecimento que as vezes o técnico ou universidade não consegue encontrar é também um elo de ligação e resgate, finalizando. Você sabia que é importante para a sociedade.

Imagem 6 - Desenho e dizeres de um camponês.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

(Oficina realizada no dia 3 de julho de 2018)

6.5.5 Dimensão social

Compreendemos que a feira agroecológica tem potencial para se consolidar como espaço de ciência compartilhada envolvendo a participação de camponesas(es), estudantes, técnicas(os) e professoras(es), além de se transformar num espaço de manifestações culturais e relações sociais.

Nesse sentido, para Tenório et al. (2002, p. 26),

[...] é quando se faz o estudo de viabilidade social que serão verificadas as consequências sociais que surgirão em decorrência dos investimentos realizados pelo projeto. Dependendo dos objetivos do projeto, as consequências podem ser, entre outras: criação de oportunidade de emprego, melhoria da distribuição da renda, capacitação participativa e qualidade de vida por meio de melhores serviços de saúde, transporte, habitação, saneamento básico, lazer.

Na fase de elaboração do projeto já podemos observar o início de consequências na perspectiva da viabilidade social. Visto que a construção do projeto foi participativa, bem como foi possível aproximar e construir diálogos de representantes das comunidades com a universidade. Em algumas falas nas oficinas as(os) camponesas(os) sugerem aproximar estudantes e a feira em espaços de troca de conhecimento, ou seja, possibilitando diálogos entre o senso comum e saber científico: *“Trazer a UFLA pra dentro da feira, convidar estudantes da nutrição.”* (Fala de um camponês na oficina realizada no dia 21 de agosto de 2018). *“O agricultor aqui dentro tem maior aproximação e diálogos com a UFLA para atender nossas demandas”* (Fala de um camponês na oficina realizada no dia 9 de outubro de 2018)

Posteriormente, com a “execução” do projeto da Feira Agroecológica haverá a possibilidade de geração de trabalho e renda para as famílias camponesas e acesso a alimentos sem agrotóxicos, produzidos localmente, tanto para a comunidade acadêmica quanto para a lavrense.

6.5.6 Dimensão ecológica

A construção de um Projeto Técnico de uma Feira Agroecológica possibilita a produção e comercialização de alimentos sem veneno e a continuidade e o fortalecimento de todas as dimensões e viabilidade construídas, inicialmente, durante a construção do projeto. Assim, com o mesmo grau importância de todas das outras dimensões, pontua-se o seguinte referente à ecológica:

essa análise procura verificar quais as consequências do projeto para a proteção do meio ambiente. Assim, no estudo de viabilidade ecológica verificar-se-á se existem atividades programadas junto à população rural ou urbana sobre a importância da preservação do meio ambiente; se há preocupação com os efeitos negativos pelo uso de agrotóxicos; se estão bem dimensionadas as instalações sanitárias, a fim de que não se poluam os reservatórios de água potável. Por exemplo, o uso indiscriminado de herbicidas ou fertilizantes na lavoura poderá produzir efeitos colaterais maléficis não só para a população diretamente envolvida no cultivo, como o produtor rural, como também para os consumidores dos produtos. (TENÓRIO et al., 2002, p. 27).

A viabilidade ecológica dialoga com a feira agroecológica, visto que camponesas e camponeses já trazem uma reflexão anterior sobre problemas causados pelos agrotóxicos. Tanto para a saúde de quem produz e de quem consome, quanto para os recursos naturais, como o solo, a água e ar. O grupo busca alternativas para produzir sem veneno, como

podemos observar nesta fala: *“Tem muitos que querem produzir sem veneno, mas não consegue. Trabalhar com micronutrientes, caldas, com o que temos. A quem recorrer? Não criar dependência externa. Fazer troca de conhecimento e na parte técnica fazer livro do nosso conhecimento. (Fala de um camponês na oficina realizada no dia 3 de julho de 2018).* O processo de discussão e transformação referente à transição agroecológica foi fortalecida por meio da pesquisa de Abreu (2018). Nessa perspectiva foram construídas várias pontes de diálogos com núcleos da OSM e com algumas(uns) estudantes da UFLA vinculados a grupos com aproximação à temática da agroecologia.

A Feira Agroecológica além de gerar trabalho e renda, também pode proporcionar uma alimentação mais saudável para a comunidade acadêmica e para todas(os) possíveis consumidoras(es) do município de Lavras.

Por se preocuparem com os efeitos negativos da utilização de agrotóxicos, as(os) camponesas(es) também trazem uma reflexão referente à participação na ACCAL como garantia para uma feira agroecológica: *“Na associação tem a garantia de ser agroecológico pelo processo que está sendo construído e assim passamos maior confiança.” (Fala de um camponês na oficina realizada no dia 21 de agosto de 2018).* Para possibilitar que outras(os) camponesas(es) produzam sem agrotóxicos, um camponês ressalta que *“Precisamos ensinar com a prática da produção, começar produzindo diferente, sem veneno.” (Fala de um camponês na oficina realizada no dia 21 de agosto de 2018).* Assim, observamos (Comitê de Orientação) a partir da pesquisa de Abreu (2018) e de algumas falas nas oficinas e assembleias que existe um processo de transição agroecológica em pauta e em curso possibilitado e/ou potencializado pelo início da organização social.

6.5.7 Dimensão Solidária

Observamos (Comitê de Orientação) que as práticas solidárias das(os) camponesas(es) na construção do projeto foram demonstradas em alguns momentos por meio de falas e ações. Compreendemos a potencialidade das relações sociais que permeiam os espaços de aprendizagem social e organizações coletivas para nossa (re)construção enquanto sujeitos solidários. Porém, não é instantaneamente que as pessoas se transformam ou se constituem solidárias apenas considerando o fato de participarem de associações, cooperativas, movimentos sociais ou outras formas de organizações sociais.

Não temos o objetivo de analisar ou concluir, mas identificar alguns momentos nos quais a solidariedade foi evidenciada como figura retórica ou com algum efeito prático, como

argumentado por Neves (2011). Nesse sentido, observamos um camponês preconizando, por meio da fala, a importância do companheirismo: *“precisamos construir companheirismo de palavra”* (oficina realizada no 21 de agosto de 2018) e em outra reunião da ACCAL uma camponesa disse: *“Nós acreditamos na ideia um do outro. Nós precisamos o máximo ficar unidos, independente do presidente do prefeito, nós temos que continuar unidos”* (reunião realizada no dia 21 de outubro de 2018)

Já na prática, para a participação na Feira de Artesanato e Agroecologia as(os) camponesas(es) que já eram feirantes emprestaram bancas e balanças para as(os) demais camponesas(es), além de compartilharem informações referentes aos preços. Também doaram alimentos produzidos por elas(es) para o almoço de inauguração do Centro de Experiências e Integrações Agroecológicas (CEIA) no Yebá. A cultura das relações solidárias, pode-se fortalecer e estimular outras práticas solidárias, dentro e fora da universidade.

6.6 Levantamento inicial de mercado

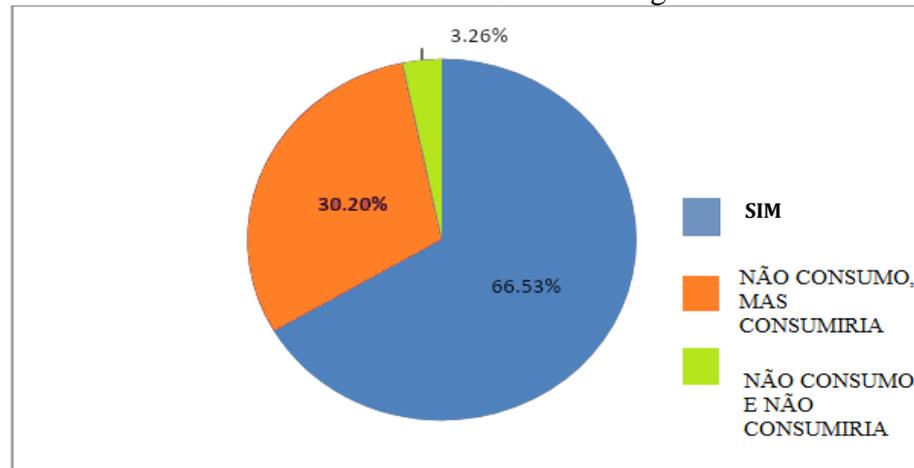
O levantamento inicial de mercado foi realizado pelo GEDIM, por meio de um questionário semiestruturado, na semana que antecedeu o II UFLA faz Extensão e no dia 28 de novembro de 2018, quando aconteceu a Feira de Artesão e Agricultura em Transição Agroecológica. Para a elaboração do questionário, perguntamos (Comitê de Orientação) para os membros da comissão, na oficina que aconteceu no dia 14 de novembro de 2018, o que gostariam de saber por meio da pesquisa de mercado e eles sugeriram que perguntassem “o melhor dia, horário, local da feira dentro da UFLA e o que gostariam que tivesse na feira.”

Foram entrevistadas 245 pessoas dentro da UFLA, sendo que 5 não possuíam vínculo, 91 estudantes da graduação, 55 estudantes da pós-graduação, 33 técnico administrativos, 40 docentes, 20 terceirizados/outro e 1 em branco.

Ao questionar se já conhecem ou ouviram falar de produtos orgânicos, 238 deram resposta afirmativa, apenas 5 foram negativas e também tiveram duas respostas em branco.

Na pergunta referente ao consumo de produtos orgânicos, 63,53% das pessoas entrevistadas disseram que consomem, 30,20% disseram que não consomem, mas consumiriam e 3,26% não consomem e não consumiriam, como demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Consumo de Produtos Orgânicos.

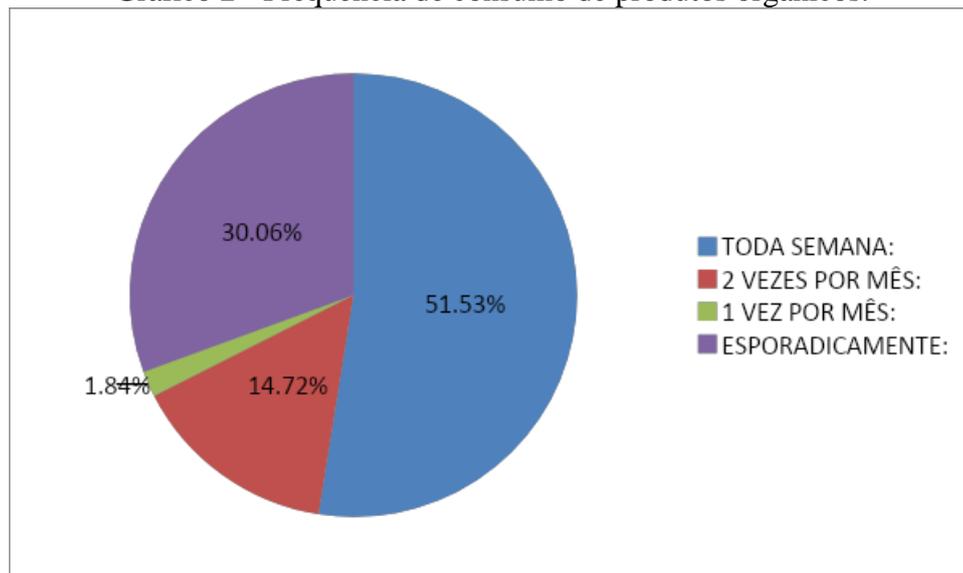


Fonte: Dados de Pereira, V. S. et al.(2019)

Quando foi questionado o motivo de não consumir, as respostas mais frequentes foram: a disponibilidade de oferta é pouca (19,51%); local (24,39%) e preço elevado (30,48%).

Para as 163 pessoas que disseram que já consomem produtos orgânicos foi questionado quanto à frequência do consumo e 51,53% disseram que consomem toda semana, 30,06% consomem esporadicamente, 14,72% consomem duas vezes por mês e 1,84% consomem uma vez por mês, como podemos observar no gráfico 2.

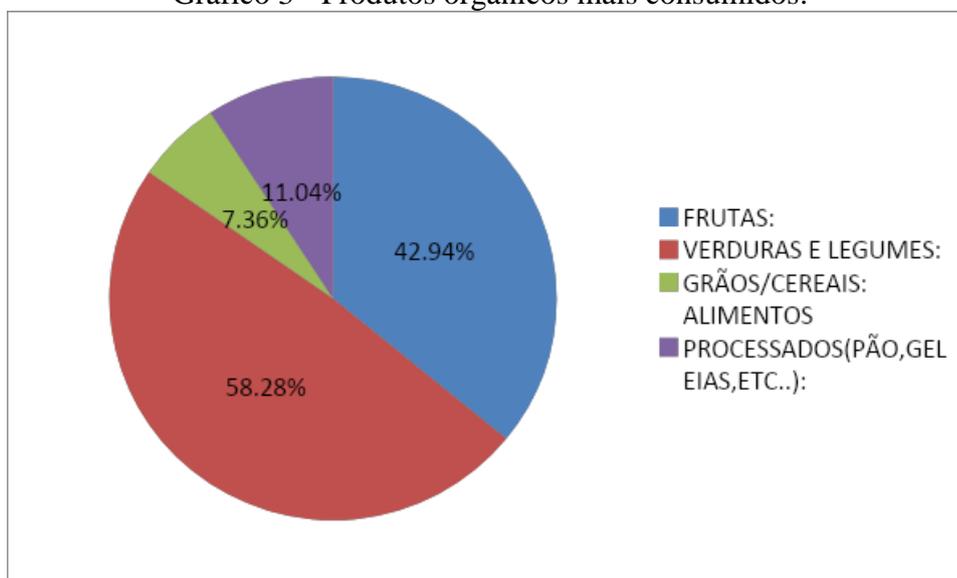
Gráfico 2 - Frequência de consumo de produtos orgânicos.



Fonte: Dados de Pereira, V. S. et al.(2019)

Os alimentos orgânicos mais consumidos pelos entrevistados, foram frutas (42,94%) e verduras e legumes (58,28%), eles foram numerados a partir do primeiro, conforme maior consumo, seguem os demais percentuais no gráfico 3.

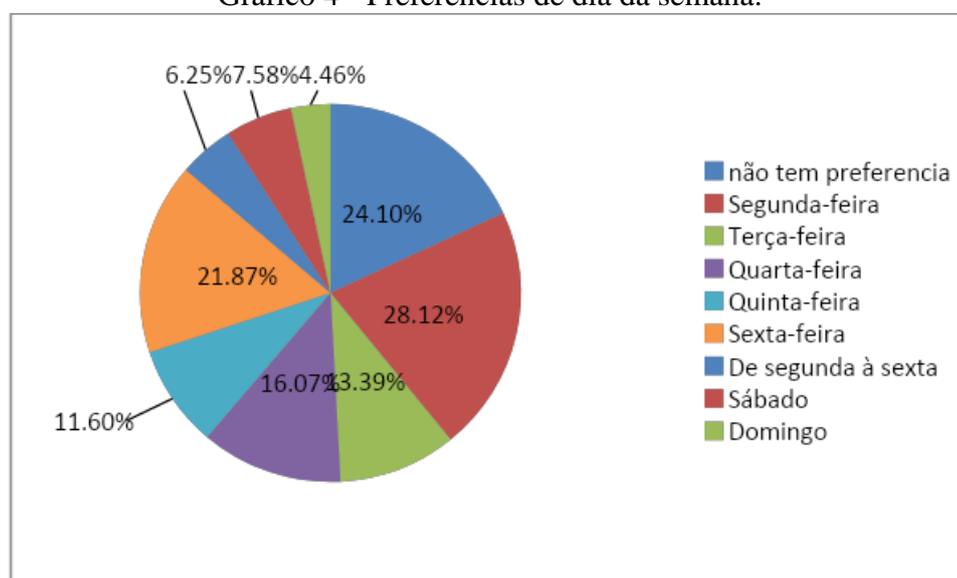
Gráfico 3 - Produtos orgânicos mais consumidos.



Fonte: Dados de Pereira, V. S. et al.(2019)

Quanto à preferência de dia da semana para realização da feira, 24,10% das pessoas entrevistadas não têm preferência, 28,12% disseram segunda e 21,87% disseram sexta. Essas foram as opções com maior percentual, como podemos observar no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Preferências de dia da semana.



Fonte: Dados de Pereira, V. S. et al.(2019)

O levantamento inicial de mercado foi disponibilizado para a ACCAL e contemplou as questões que a comissão da feira sugeriu. Não houve uma discussão com profundidade referente aos dados, mas já possibilitou um direcionamento mínimo para a Feira Agroecológica na UFLA.

6.7 Sugestão de quadro de responsabilidades

O Quadro 7 foi construído a exemplo do Projeto da Feira Agroecológica de Lagoa Santa elaborado em parceria com a UFMG. Com isso, preenchemos com informações do Edital da Feira de Artesanato e Agroecologia do II UFLA faz Extensão, das reuniões com a PROEC e das oficinas com a comissão da feira, ambas realizados durante a construção do Projeto. O intuito de trazê-lo como sugestão possibilita futuras problematizações a partir da visualização das divisões de responsabilidades e atividades, além de trazer algumas informações, em síntese.

Quadro 7 - Responsabilidades para a Feira de Artesanato e Agroecologia no II UFLA faz Extensão.

Responsável/ Atividade	PROEC	Feirantes	PPGDE	GEDIM
Elaboração do edital	X			
Reserva do local	X			
Armazenamento, montagem e desmontagem das bancas		X		
Limpeza do local		X		
Preços		X		
Logística da produção		X		
Confecção e Impressão do material de Divulgação	X			
Divulgação	X	X	X	X
Levantamento inicial de mercado				X

Fonte: Dados do Edital de Chamamento Público para a Feira de Artesanato e Agroecologia no II UFLA faz Extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA, 2018) ou dados da pesquisa (2018)

6.8 Descobertas do Processo até agora

6.8.1 Planejamento das oficinas

Não seguimos (Comitê de Orientação) um modelo para construção do projeto, os planejamentos das oficinas pedagógicas e dos demais procedimentos metodológicos foram ganhando contornos ao longo do processo, com flexibilidade e adequações a partir das compreensões e reflexões constantes das relações entre a teoria e a prática, permeadas pela extensão dialógica.

6.8.2 A fala e o silêncio da estudante/pesquisadora e do grupo: reflexões sobre centralização da fala

Como já argumentado por Freire (1983), a consciência camponesa vem se constituindo em relações rígidas e verticais, sem espaços de participação, apenas com o papel de escuta e obediência. Mais uma vez observamos (Comitê de Orientação) o quanto as questões levantadas por Freire (1983) são contemporâneas. Vivenciamos (Comitê de Orientação) um processo semelhante durante a oficina da identificação dialogada da produção, quando um camponês disse que os diálogos não poderiam acontecer que era para seguir a ordem, pois eu acharia ruim. Com isso eu disse que o diálogo entre todas(os) era importante, principalmente por estar relacionado ao cultivo, à produção e à feira. Nesse momento, observei quão difícil é desconstruir essas relações verticais.

Além disso, as metodologias participativas possibilitaram a compreensão inicial da relevância da fala e do silêncio da estudantes/pesquisadoras(es) e do grupo. Observamos (Comitê de Orientação) isso ao avaliar que a fala estava centralizada nos estudantes e pesquisadoras(es) presentes, mas ao surgir uma questão de conflito, nós silenciámos e o grupo falou.

6.8.3 Relatoria e mediação

Buscamos atribuir o mesmo grau de importância à extensão e à pesquisa na construção do trabalho. A partir disso, observamos (Comitê de Orientação) a relevância de uma equipe de pesquisa e extensão e o quanto fez falta para contribuir com a diversidade de olhares e papéis necessários (mediação, relatoria escrita e fotográfica, avaliação conjuntas, entre outros) para este que foi um constante florescer de saberes.

6.8.4 Desafios de um projeto técnico como trabalho de conclusão do mestrado

A escolha por um trabalho de conclusão diferente de uma dissertação trouxe alguns desafios. Primeiro, nós do Comitê de Orientação realizamos o Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE (Tabela 1) com informações disponíveis no Repositório Institucional da UFLA, em fevereiro de 2018. Posteriormente, pesquisamos (Comitê de Orientação) trabalhos em outros Mestrados Profissionais - MP. Não existia no PPGDE um trabalho nessa perspectiva para possibilitar inspirações como podemos observar na Tabela 1 e não encontramos muitos trabalhos de conclusão diferentes de dissertações no âmbito dos MPs.

Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Continua)

Mestrando(a)	Orientador(a)	Data da defesa	Título	Trabalho de conclusão	Questão de pesquisa
Ada Celi Rezende Souza	Viviane Santos Pereira	29-Mar-2017	Função social da propriedade: os instrumentos legais para sua execução no meio urbano	Dissertação	Nota-se, no decorrer da história, uma tendência à concepção individualista e absoluta da propriedade. Entretanto, recentemente, esta concepção tem dado lugar a uma noção com conteúdo mais coletivo, voltado para o bem estar da sociedade, com forte influência das teorias marxistas. A partir daí são levantadas questões sobre a função social da propriedade, e se esta não deveria antes atender às demandas da sociedade como um todo, a satisfazer a vontade individual do titular em detrimento do coletivo.
Ademar Moreira Pires	Thiago Rodrigo de Paula Assis	A interface entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, os serviços de assistência técnica e extensão rural e a agricultura familiar, como processo educativo de acesso ao mercado no Estado de Minas Gerais	27-Jun-2017	Dissertação	analisar se a interface entre o PNAE, os serviços de ATER e a agricultura familiar, tem promovido a construção de processos educativos de acesso ao mercado pela agricultura familiar, na extensão rural e executores do programa.
Adriano de Paula Fernandes Vianna	Marcelo Márcio Romaniello	15-Mar-2017	Avaliação tridimensional da sustentabilidade do terreiro de "Lama Asfáltica": a percepção dos cafeicultores e extensionistas da região Sul de Minas Gerais	Dissertação	Visando a melhoria da qualidade da bebida do café na região Sul de Minas, a EMATER em conjunto com a UFLA, e EPAMIG, e contando com o apoio financeiro do CP&D-Café, geraram e difundiram a tecnologia do terreiro de "Lama Asfáltica", que tem como vantagens o baixo custo e elevada elasticidade, pois o piso não sofre rachaduras com a dilatação, o que auxilia na melhoria da qualidade do café. Esse estudo foi realizado a partir de uma avaliação baseando-se no conceito da sustentabilidade e nas suas dimensões econômicas, sociais e ambientais.
Aline Aparecida Valente	Luciana Braga Silveira	19-Mai-2017	A moda brasileira pode muito mais: sociedade e sustentabilidade cultural em Ronaldo Fraga	Dissertação	Esta pesquisa propõe identificar elemento-s sobre a relação entre a moda e a sustentabilidade, através da análise do trabalho desenvolvido pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga, focando a perspectiva cultural de sustentabilidade.

Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Continua)

Mestrando(a)	Orientador(a)	Data da defesa	Título	Trabalho de conclusão	Questão de pesquisa
Aloísia Rodrigues Hirata	Thiago Rodrigo de Paula Assis	25/02/2016	A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região	Dissertação	os agricultores compreendem o sentido dos mecanismos de controle social? Eles praticam os princípios da certificação participativa? De que forma esse processo tem influenciado no manejo da sua unidade de produção? Eles percebem algum benefício além da certificação e do que ela representa enquanto nicho de mercado?
Anderson de Oliveira Selvati	Viviane Santos Pereira	08/09/2016	Mapeamento quantitativo da evolução das atividades de extensão universitária, do ensino e da pesquisa realizadas pela Universidade Federal de Lavras no período de 2011 a 2015	Dissertação	Porém, mesmo com a existência de algumas ações como, por exemplo, a criação do FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão, no ano de 1998, que tem como objetivo analisar e dar suporte às atividades de extensão universitária, realizadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, assim como também da criação do Programa de Extensão Universitária (PROEXT, 2008) pelo Ministério da Educação com o objetivo de apoiar as IES públicas, no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, ainda assim, é possível identificar IES públicas com baixos percentuais de atividades práticas de extensão, quando comparadas com as atividades de ensino e pesquisa praticadas por elas.
André Wagner Barata Silva	Luís Cláudio	26/02/2016	Construção de uma experiência compartilhada de controle biológico conservativo em cultivo biodinâmico de sementes de hortaliças em assentamento da reforma agrária	Dissertação	Como proposta de estudo do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, foi conduzida uma experiência que teve por objetivo central construir conhecimento científico em diálogo cotidiano com o conhecimento popular. Pois no atual contexto rural brasileiro, a ciência deve ter um papel fundamental na construção de tecnologias sustentáveis apropriadas que fortaleçam a agricultura tradicional, criando desta forma, um ambiente rural que transcenda a dimensão agrícola e seja capaz de garantir a reprodução social dos camponeses. Neste sentido, a questão de pesquisa que norteou este trabalho foi: quais relações podem existir entre ciência experimento e ciência compartilhada?
Bruno Rogério Silva Cavalcante	Sabrina Soares da Silva	27-Abr-2017	Parceria empresa-comunidade: desafios e perspectivas para o manejo florestal	Dissertação	Diante do exposto cabe o questionamento orientador deste trabalho de pesquisa: Quais os desafios e perspectivas dos moradores das comunidades de um município do Estado do Pará em relação a parceria existente com uma empresa madeireira que atua realizando manejo florestal empresarial nas áreas destas comunidades?

Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Continua)

Mestrando(a)	Orientador(a)	Data da defesa	Título	Trabalho de conclusão	Questão de pesquisa
Cláudio Viana França		Não estava disponível em fevereiro de 2018			
Edina Neves Teixeira Fialho Gomes	Maria de Lourdes Souza Oliveira	5-Abr-2017	Análise do processo de comercialização pelo programa de aquisição de alimentos, por meio do Termo de Adesão municipal - 2015 e 2016: o caso dos restaurantes populares de Belo Horizonte - MG	Dissertação	No sentido de compreender algumas relações sociais que os agricultores familiares precisam estabelecer com a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) governamental e órgão comprador, para comercializar sua produção para o programa dos restaurantes populares de Belo Horizonte, pelo PAA, por meio de Termo de Adesão municipal, foi que surgiu a ideia de desenvolver esta pesquisa, tendo como abrangência o programa dos restaurantes populares do município de Belo Horizonte, contratos pactuados no ano de 2014 e entregas realizadas nos anos de 2015 e 2016.
Filipe Egídio Dias do Prado	Sabrina Soares da Silva	29-Jun-2017	Gestão Ambiental e sua estrutura administrativa na UFLA: um estudo documental sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	.Dissertação	Pretendeu-se nesse trabalho, descrever algumas ações de gestão ambiental desenvolvidas na UFLA, sob a ótica da A3P, e analisar a estrutura administrativa da UFLA para a articulação da gestão ambiental
Flora Aparecida Teixeira Castro Castro	Maria das Graças Paula	26/02/2016	Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no Sul de Minas (2006-2013)	Dissertação	De acordo com o referencial teórico, observa-se que os jovens rurais que ingressam na idade ativa enfrentam dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e, cada vez mais, buscam melhores condições de vida nos centros urbanos, não permanecendo no meio rural.
Geiziana Das Dolores Nunes da Silva	Wânia Rezende Silva	23-Mai-2017	Política pública de regionalização do turismo em Minas Gerais: o caso do Circuito Vale Verde e Quedas D'água	Dissertação	No intuito de compreender como surgiu a Associação Turística do Circuito Vale Verde e Quedas D'Água, o estudo norteou-se pelas seguintes questões: Como se deu sua trajetória no período de 2001 a 2016? Quais as interações com as diferentes instituições públicas, privadas e sociedade civil?
Geraldo Magela Freire Silva	Luiz Antônio Augusto Gomes	16/09/2016	Impacto das barraginhas para a Comunidade Inácio Félix, no município de Minas Novas-MG	Dissertação	Mediante esse contexto formulam-se algumas indagações: Como surgiram as Barraginhas na Comunidade Inácio Félix? Como é o processo de construção das Barraginhas e como os atores da comunidade atuam nesse processo? De que forma essa tecnologia social beneficia o ambiente e os atores da comunidade Inácio Félix? Visando a responder a essas questões, observando a escassez de estudos sobre a temática, bem como a importância da Comunidade escolhida no cenário de implementação das Barraginhas, desenvolveu-se esta pesquisa.

Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Continua)

Mestrando(a)	Orientador(a)	Data da defesa	Título	Trabalho de conclusão	Questão de pesquisa
Gleysson Roberto da Silva	Luís Cláudio	02/05/2016	Himenópteros parasitóides em áreas de café em transição agroecológica no sul de Minas Gerais e a construção conjunta do conhecimento	Dissertação	Para adoção de novas tecnologias na cafeicultura em processo de transição, é importante a construção do conhecimento entre o pesquisador e o cafeicultor, transpassando múltiplas informações diagnosticadas, na área de estudo por ambas as partes, onde a ciência e o conhecimento empírico do produtor tornam-se as principais técnicas responsáveis em reduzir ou até mesmo excluir a utilização dos agrotóxicos na lavoura, por exemplo, o controle biológico destacando a importância de preservar os inimigos naturais no campo.
Hebert Medeiros Gontijo	Renato Elias Fontes	25/02/2016	Sustentabilidade econômica no sistema de água e esgoto na comunidade rural de Amadeu Lacerda em Divinópolis/MG	Dissertação	A comunidade rural de Amadeu Lacerda, umas das localidades rurais pertencentes ao município de Divinópolis, não possui satisfatoriamente os serviços de abastecimento de água nem de esgotamento sanitário, o que tem provocado impactos ambientais e sociais, pela ausência de saneamento. A partir desse quadro, buscou-se neste estudo analisar a comunidade sob a ótica da sustentabilidade econômica, a fim de avaliar os investimentos para implantação e operação de um sistema apropriado, visando à organização de um modelo eficiente; e enquadrado dentro da perspectiva de um desenvolvimento sustentável para o setor.
Janaina Aparecida Saraiva	Marcelo Márcio Romaniello	21-Mar-2017	O Programa Nacional de Alimentação Escolar, um estudo com os agricultores familiares no município de Minduri Sul de Minas Gerais	Dissertação	Pretendeu-se neste trabalho demonstrar a percepção dos agricultores familiares do município de Minduri- MG, sobre as compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar para as escolas municipal e estadual.
Mauro Lúcio Resende	Wânia Rezende Silva	15-Ago-2016	Análise de uma unidade de pesquisa agropecuária, sob a perspectiva da sustentabilidade	Dissertação	Para fins de estudo de caso será usado o modelo de Unidades de Pesquisa da EPAMIG, hoje denominados Campos Experimentais, que também podem ser chamadas, em algumas regiões de Estações Experimentais, Estações de Pesquisas, Fazendas Experimentais ou Unidade Agrícola de Pesquisa. Diante disto, a indagação que se procura responder é se existem características sustentáveis do ponto de vista econômico, social e ambiental da cultura da oliveira no Campo Experimental de Maria da Fé, e se estas características são importantes para a política de pesquisa da EPAMIG?

Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Continua)

Mestrando(a)	Orientador(a)	Data da defesa	Título	Trabalho de conclusão	Questão de pesquisa
Michael Ferreira	Vera Simone Schaefer Kalsing	29-Fev-2016	Construção de valores em uma escola agroecológica no sul de Minas Gerais: desafios do desenvolvimento sustentável	Dissertação	Sugerimos, portanto, uma investigação para verificar se essa proposta de transversalidade da Agroecologia no Projeto Político Pedagógico de uma escola tem contribuições positivas no caminho de transição associado ao Desenvolvimento Sustentável e se podemos contrapor tal modelo em oposição ao modelo tradicional de deseducação ambiental que vem anestesiando nossa sociedade e nos afastando de um contato direto com a Natureza.
Natércia Ventura Bambirra	Maria de Lourdes Souza Oliveira	1-Mar-2016	Significado da posse da terra entre mulheres assentadas de reforma agrária: questões de gênero, classe, raça/etnia	Dissertação	...Reflexão sobre as implicações da posse da terra para as mulheres titulares e não titulares de lotes, em especial mulheres negras, que integram o grupo Olhos D'água: Produzindo e Preservando, do Assentamento Santo Dias. Nosso intuito consistiu na tentativa de compreender se existe, e existindo, quais as relações entre a posse da terra e a igualdade de gênero, classe e raça/etnia.
Raphaella da Silva Mendes	Sabrina Soares da Silva	29-Fev-2016	Iniciativas de agricultura urbana em município de médio porte: um estudo exploratório em Lavras, MG	Dissertação e cartilha	objetivou identificar as iniciativas de agricultura que são desenvolvidas em áreas urbanas no município de Lavras, Minas Gerais, e os impactos para as pessoas que as praticam.
Rogério Robs Fanti Raimundo	Mauricéia Silva de Paula Vieira,	17-Mai-2017	A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais: desenvolvimento sustentável por meio das aquisições da agricultura familiar	Dissertação	Considerando que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das maiores e mais abrangentes políticas públicas mundiais de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, beneficiando em 2015 mais de 41 milhões de estudantes com liberações financeiras para aquisição de gêneros alimentícios na ordem de 3,75 bilhões de Reais e que tem como diretriz o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos pela agricultura familiar (AF), esta pesquisa busca evidenciar as intercorrências encontradas na implementação dessa política, tendo em vista os diversos fatores que as entidades executoras encontram, quando buscam alcançar e atender as diretrizes e objetivos do programa, em especial no Instituto Federal de Educação alvo deste estudo.

Tabela 1 - Mapeamento dos trabalhos de conclusão do PPGDE*. (Conclusão)

Mestrando(a)	Orientador(a)	Data da defesa	Título	Trabalho de conclusão	Questão de pesquisa
Sebastião Lima Junior	Viviane Santos Pereira	27-Abr-2017	Sustentabilidade em propriedades familiares produtoras de café especial da região nordeste paulista por meio do método ISA	Dissertação	Na região nordeste paulista, a cafeicultura tem um papel importante na geração de renda e emprego em muitos municípios. Nos últimos anos vem sendo desenvolvido um novo sistema de produção, isso vem ocorrendo devido às ações que as associações de produtores da região vêm realizando, principalmente no que se refere a produção sustentável de cafés especiais e a certificação da produção, uma das dificuldades enfrentadas pelos produtores, sempre mencionadas em reuniões das associações, sindicatos e cooperativas, dias de campo e em visitas nas unidades de produção, está relacionada em como avaliar a sustentabilidade nas propriedade e também na forma de certificar a produção.
Suely Ferreira da Cruz	Thiago Rodrigo de Paula Assis	27-Mar-2017	Desafios e contribuições do PNAE em três organizações da agricultura familiar no Território Sul Litorâneo do Espírito Santo	Dissertação	O objetivo do trabalho é identificar as ações de comercialização do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE como política pública de fortalecimento da agricultura familiar e as contribuições de três organizações para sua consolidação no território Sul Litorâneo do Estado do Espírito Santo
Thiago Magalhães Meireles	Marcelo Márcio Romaniello	29-Fev-2016	Jardim Campestre II e III: um estudo sobre a percepção ambiental de seus moradores e os impactos causados pela mineração urbana	Dissertação	A questão colocada se refere ao cenário político que na época permitiu que o poder público municipal autorizasse a implantação de um loteamento numa zona potencialmente de risco. Para tanto, buscou-se entender qual é a percepção ambiental dos moradores, ou seja, o que eles entendem por poluição, bem como a maneira que essa poluição pode ser observada dentro de suas casas e de que forma os impactos causados pela mineradora são percebidos por eles
Vladimir Ricardo da Rosa Moreira	Luiz Antônio Augusto Gomes	21-Mar-2017	Desafios da produção de sementes de hortaliças em associações de agricultores orgânicos e biodinâmicos no sul de Minas Gerais	Dissertação e cartilha (a informação da cartilha não constava no repositório quando foi realizado o estudo)	Diante desse contexto é necessário refletir sobre quais seriam os principais desafios para a produção de sementes de hortaliças orgânicas e biodinâmicas dentro das unidades de produção das associações pesquisadas? Também devem ser analisadas quais são as principais dificuldades de associações certificadas no sistema orgânico de produção regulamentado pelo MAPA com relação às legislações e instruções normativas vigentes no País?

*Dados coletados em fevereiro de 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufla.br/>>

Após a observação das informações sintetizadas no mapeamento e dos trabalhos de conclusão de outros MPs, nós do Comitê de Orientação observamos que idealizar, problematizar e desenvolver o outro formato foi em si desafiador. Tínhamos em mente que não seria um modelo a ser seguido, nem assumiria um grau de importância diferente de uma dissertação. Nesse sentido, aprender a escrever um projeto técnico com camponesas e camponeses trouxe os seguintes desafios referente à descoberta inicial da dinâmica necessária para construir, por meio da extensão dialógica, uma feira agroecológica em uma universidade tradicional em ciências agrárias: pensar e (re)organizar o local para nossas oficinas preconizando pela dialógica; compreender os tempos e dinâmicas da diversidade de sujeitos; descobrir que muitas questões têm a possibilidade de ter continuidade em futuros trabalhos; trabalhar temáticas transversais extremamente pertinentes e que são evidenciadas ao longo da construção do Projeto; iniciar diálogos entre setores dentro e fora da universidade preconizando pelo papel social da Universidade a partir das diretrizes da Extensão Universitária. Desafios decorrentes de um contexto histórico de relações distanciadas entre Universidade e Sociedade.

7 INFORMAÇÕES PARCIAIS DO DESENVOLVIMENTO DA FEIRA AGROECOLÓGICA NA UFLA: FOCO EM ALGUNS DETALHES

- O Edital de Chamamento Público para a Feira de Agricultura com Agroecologia na UFLA (ANEXO B) foi elaborado pela PROEC com apoio do PPGDE e publicado no dia 27 de junho de 2019.
- Compartilhei com as(os) camponesas(es) pelo grupo do *whatsapp* da ACCAL a informação da publicação do edital no mesmo dia.
- As(os) camponesas(es) tinham até dia 19 de julho para realizarem as inscrições e tiveram apoio dos estudantes do Yebá para esclarecerem dúvidas junto à PROEC.
- Dia 23 de julho de 2019 foi publicado o resultado das inscrições com aprovação de pelo menos um membro da família de todas(os) as (os) camponesas(es) da comissão da feira, além de outros grupos da região.
- Indicativo de data pela UFLA para início da feira, porém não foi cumprida e as(os) camponesas(es) ligaram na PROEC para buscar informações e demonstrar interesse no início da feira, pois algumas(uns) já estavam correndo risco de perda da produção de hortaliças que seriam destinadas para feira.
- No dia 19 de setembro de 2019 a PROEC convocou uma reunião.
- A inauguração da Feira Agroecológica da UFLA aconteceu no dia 25 de setembro de 2019. Um dia chuvoso, mas superou as expectativas das camponesas(es) da ACCAL.
- A Feira Agroecológica da UFLA acontece toda quarta-feira das 9 horas às 14 horas no canteiro central da UFLA em frente ao Centro de Convivência. É uma realização da PROEC com apoio do PPGDE.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições que o trabalho de conclusão trouxe para as(os) camponesas(es) na perspectiva do Comitê de Orientação contemplaram, minimamente, os âmbitos social, ambiental e educacional. Nesse sentido observamos que houve construção participativa do projeto com as(os) camponesas(es) com metodologias e técnicas pensadas e elaboradas a partir da realidade local. Também houve aproximação e construção de diálogos entre a comunidade e setores da universidade. Já com a execução do projeto haverá a possibilidade de geração de trabalho e renda para as famílias camponesas envolvidas. Além de acesso a alimentos produzidos localmente e sem agrotóxicos para comunidade acadêmica e lavrense.

Construir o projeto técnico da feira agroecológica com camponesas e camponeses de Lavras, com base na extensão dialogada foi muito além de uma questão técnica ou modelo a ser seguido. Observamos (Comitê de Orientação) o tecnicismo como processo impositivo e antidiálogos, ou seja, seria incoerente simplificar o trabalho a algo puramente técnico e engessado. Compactuamos (Comitê de Orientação) com a ideia de Freire (1983) que a técnica se encontra condicionada histórico-socialmente. No que diz respeito ao objetivo central do trabalho: “acompanhar e compreender desafios e potencialidades envolvidos na construção de um projeto técnico para criação da Feira Agroecológica da UFLA na perspectiva de agricultoras e agricultores de Lavras”, nós do Comitê de Orientação entendemos que foi alcançado.

Com isso, ao desenvolver um trabalho de conclusão preconizando pela extensão dialogada e ciência compartilhada trouxemos significados de compreensões anteriores, os quais, se dá importância ao diálogo, à participação e à construção coletiva das diversas expressões de saberes.

Consideramos (Comitê de Orientação) que foi uma trajetória de muitos aprendizados e desafios, alguns ainda incipientes. A fala e o silêncio do grupo e da pesquisadora foram um dos aprendizados deste processo, o quanto o silêncio da pesquisadora e dos estudantes foi importante para ouvir e possibilitar o espaço de fala do grupo. Para mediar é preciso saber escutar os significados de um silêncio e atentar a todo momento para garantir que todas(os) tenham a possibilidade de se expressarem, seja por meio da fala, da poesia, de um desenho, da palavra, frase ou gesto.

Pensar/repensar e (des)construir a pesquisa em interface com extensão trouxe avanços e desafios em relação à escolha de um trabalho de conclusão diferente de uma dissertação e ao lugar subalterno que a extensão ocupa em relação às pesquisas. Todavia, compreendemos

(Comitê de Orientação) que alcançamos os objetivos propostos, inicialmente com o rigor que uma pesquisa em interface com a extensão requer.

Se fosse possível reiniciar a construção do trabalho, não sei se conseguiríamos (Comitê de Orientação) mudar os caminhos trilhados no mesmo contexto e mesma conjuntura política, social e econômica. Observamos (Comitê de Orientação) que conseguimos preconizar pela extensão dialogada e pela construção do projeto, pautado pela pesquisa e extensão com as camponesas(es) em diversos momentos.

Não é uma trajetória simples, ela trouxe, no âmbito da pesquisa e extensão, parte da complexidade e diversidade inerentes à sociedade. Nesse sentido, encontramos (Comitê de Orientação) o desafio de ampliar as ações ao longo do processo, tanto referente à quantidade quanto à profundidade.

Priorizar, como mencionado nas diretrizes do FORPROEX (2012), o trabalho com equipe interdisciplinar, com diversidade de sujeitos, com fontes de financiamento e com a continuidade de ações pontuadas como prioritárias pela comunidade é fundamental para garantir a abrangência e efetividade das questões construídas no diálogo entre o saber popular e o saber acadêmico.

É importante ter clareza de que não é apenas sobre a sociedade que se almeja produzir impacto e transformação com a Extensão Universitária. A própria Universidade Pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada (FORPROEX, 2012, p. 36).

Assim, compreendemos (Comitê de Orientação) que para possibilitar transformações, as ações iniciadas não devem parar por aqui. Observamos (Comitê de Orientação) que existem questões que estão em processo de amadurecimento e podem se tornar agenda de pesquisas futuras, como: conhecimento e adequação da produção: diversidade, quantidade, perfil de consumidores e certificação; aprofundamento sobre que experiências de comercialização estão sendo apreendidas pelas(os) camponesas(es), com a participação na feira; mudanças nos cotidianos familiares; relações entre a organização social e a transição agroecológica.

Além das agendas de pesquisa, também sugerimos (Comitê de Orientação) que seja criada uma comissão para debater o caráter permanente da Feira Agroecológica. Outra sugestão vai ao encontro com os desafios e avanços encontrados na elaboração de um trabalho de conclusão diferente de uma dissertação, na qual observamos (Comitê de Orientação) que seja relevante a criação de um espaço formal permanente para discutir trabalhos diferentes de

dissertações. Isso pode corroborar com a continuidade desse processo incipiente e proporcionar apoio e debate no âmbito dos MPs.

Para dialogar com outras(os) atoras(es) sobre esse trabalho e as sugestões mencionadas, nós (Comitê de Orientação) faremos uma roda no espaço da Feira Agroecológica como devolutiva. Faremos (Comitê de Orientação) o convite para a PROEC, para as(os) professoras(es) do PPGDE, para as camponesas e camponeses, atoras e atores do trabalho e para a comunidade acadêmica.

Por fim, uma observação importante a se destacar nessas considerações finais me reporta a Rubem Alves (1981, 2002), quando trata das relações entre senso comum e senso científico e nos alerta para o cuidado de que a ciência não tente “corrigir” o senso comum, como usualmente faz. Olhar o senso comum com curiosidade pode nos dar oportunidades de nos surpreender, aprender e criar outro tipo de conhecimento que apoie o desenvolvimento de ambos. Sem aguçar nossas curiosidades sobre o mundo, não conseguimos nos distanciar para modificar este mundo, segundo nos propôs Paulo Freire (1996).

Não dava para pensar que nós da Universidade iríamos ensinar as camponesas e os camponeses sobre como criar a Feira. Apoiar e aprender sobre a criação da Feira Agroecológica da UFLA me permitiu fazer esses movimentos, sem linearidades, de formas complexas e muitas vezes contraditórias e com diálogos conflituosos e com vontade sempre de continuar e apostar que a gente tinha condições de chegar onde imaginávamos: deu certo.

REFERÊNCIAS

ABREU, P. H. B. de. **Construção de um processo social participativo de promoção da saúde para a superação do modelo do agronegócio:** a experiência camponesa a partir da salutogênese e da agroecologia em Lavras - MG. 2018. 413 p. Tese (Doutorado em Ciências Médicas) Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

_____. **O agricultor familiar e o uso (in)seguro de agrotóxicos no município de Lavras, MG.** 2014. 206 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social.** Lavras: Ed. UFLA. 1999. 125 p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. 110 p. (Síntese Universitária, 54).

_____. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. 117 p.

ALVES, R. **Entre a ciência e a sapiência:** o dilema da educação. São Paulo: Loyola, 2002. 148 p.

_____. **Filosofia da ciência:** introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981. 176 p.

AS SEMENTES. Amazonas: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2016. 1 vídeo (31 min). Publicado pelo canal Sead. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CCZcOCcm-9Q>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BACCI, D. de la C.; JACOBI, P. R.; SANTOS, V. M. N. dos. Aprendizagem Social nas Práticas Colaborativas: exemplos de ferramentas participativas envolvendo diferentes atores sociais. **Alexandria:** revista de educação em ciência e tecnologia, Florianópolis, v. 6, n. 3, p. 227-243, nov. 2013.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

_____. Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 20, 29 dez. 2009.

CALLOU, A. B. F. et al. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 15, n. 16, p. 84-115, jul./dez. 2008.

CAPORAL, F. R. (Coord.). **Extensão rural e agroecologia:** temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Brasília: [s.n.], 2009. 398 p.

_____. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 7., 2011, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: CBA, 2011. 1 vídeo (15 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ir1xpM3j22I>. Acesso em: 15 mar. 2019.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF, 2004. v. 1, 24 p.

COELHO, F. M. G. **A arte das orientações técnicas no campo**: concepções e métodos. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2005. 139 p.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Extensão universitária**: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112 p.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Imprensa Universitária, 2012. 66 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 166 p.

FUNDAÇÃO CAPES. **Mestrado e doutorado profissional**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7419-mestrado-profissional>>. Acesso em: 11 set. 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002. 653 p.

GUZMÁN, E. S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005. p. 101-131.

_____. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, jan./mar. 2001.

HIRATA, A. R. **A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região**. 2016. 196 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2016.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da; NERY, J. A. **O Sistema participativo de garantia do Sul de Minas**. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2018. 80 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Tabela**. Lavras: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/pesquisa/23/25124>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

JACOBI, P. R.; FRANCO, M. I.; GRANJA, S. I. Aprendizagem social: práticas educativas e participação da sociedade civil como estratégias de aprimoramento para a gestão compartilhada em bacias hidrográficas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-18, abr./jun. 2006.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999. 344 p.

MARTINS, M. J. **Os modos de (re)existir e de se organizar: do “Grupo de Mulheres” às “Mulheres Organizadas Buscando Independência”**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72–87, ago. 2008.

MAZALLA NETO, W.; BERGAMASCO, S. M. P. P. A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na Relação com a natureza. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 195-220.

NEVES, D. P. O associativismo e imposição do agricultor solidário. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. de S. (Org.). **Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP, 2011. p. 115-144.

OLIVEIRA, B. E. de; VIANA, C.; Assis; ASSIS, T. R. de P. Encontro de mulheres na escola família agrícola de Cruzília, relações de gênero, organização social e produtiva. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 56., 2018, Campinas. **Anais...** Campinas: SOBER, 2018.

OUTRAS Marias. Amazonas: GT Mulheres, 2016. 1 vídeo (20 min). Publicado pelo canal Plural Filmes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3WHzQDIaY44&t=938s>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

PEREIRA, V. S. et al. **Relatório Técnico de Pesquisa de Mercado: feira com produtos orgânicos na UFLA**. Lavras, 2019. Disponível em: <<file:///C:/Users/Lucas/Downloads/relatorio%20tecnico%20pesquisa%20de%20mercado%20feira%20com%20produtos%20organicos%20na%20ufla.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SANTOS, J. E. Feiras livres: (re)apropriação do território na/da cidade, neste período técnico-científico-informacional. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 17, n.2 p. 39-56, maio/ago. 2013.

SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. **Mercado de Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 55-64, fev. 2010.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS CERRADOS, 9.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL SAVANAS TROPICAIS, 2., 2009, Planaltina. **Anais...** Planaltina: Embrapa Cerrados, 2009. p. 35-60.

SILIPRANDI, E. Desafios para a extensão rural: o social na transição agroecológica. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 38-48, jul./set. 2002.

TENÓRIO, F. G. et al. **Elaboração de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2002. 86 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação**. São Paulo: Cortez, 1985. 105 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA. Edital de chamamento público para feira de agricultura com agroecologia na UFLA. **Portal UFLA**, Lavras, 2018. Disponível em: <<http://proec.ufla.br/editais/338-edital-de-chamamento-publico-para-feira-de-agricultura-com-agroecologia-na-ufla>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. UFLA em números. **Portal UFLA**, Lavras, 2019. Disponível em: <<https://ufla.br/aceso-a-informacao/10-institucional/sobre-a-ufla/12848-ufla-em-numeros>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Pelotas: UFPEL, 2014. p. 42-61. (Texto 6).

_____. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 25-44, fev. 2015. Suplemento 1.

_____. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Ampocs, 1996. p. 1-18.

ANEXOS**ANEXO A****Questionário para levantamento inicial de mercado para Feira Agroecológica na UFLA****1. Possui vínculo com a universidade?**

- Não possui vínculo
- Estudante de graduação
- Estudante de pós-graduação
- Técnico-administrativo
- Docente
- Terceirizado/outro: _____

2. Você consome ou consumiria produtos orgânicos?

- Sim, consumo
- Não consumo, mas consumiria
- Não consumo e não consumiria

3. Qual a frequência de consumo deste tipo de alimento?

- Toda semana
- 2 vezes por mês
- 1 vez por mês
- Não consumo produtos orgânicos

4. Você teria interesse em frequentar uma feira de produtos orgânicos e agroecologia na Ufla?

- não sim Se sim,
Você teria preferencia de dia da semana?
Qual? _____
- Você teria preferencia de horário?
Qual? _____
- Você teria preferencia de local na Ufla? Qual?

5. Aproximadamente, qual seu gasto médio mensal com produtos orgânicos?

- Até R\$30,00
- De R\$31,00 a R\$60,00
- De R\$61,00 a R\$100,00
- Acima de R\$101,00
- Nenhum

6. Você estaria disposto em pagar um valor mais alto por produtos orgânicos?

- Não pagaria mais
 Sim, até 10%
 Sim, até 20%
 Sim, até 30%
 Sim, acima de 30%

7. Enumere em ordem (de 1º a 6º) as dificuldades para comprar este produto (1º- maior dificuldade, 6º-menor dificuldade).

- Preço
 Local de compra
 Qualidade
 Recebimento
 Quantidade oferta
 Variedade

8. Quais os tipos de produto orgânico que mais consome na residência (possibilidade de múltipla escolha)? (Enumere de 1º a 4º conforme maior consumo)

- Frutas Legumes Nenhum
 Verduras Grão/cereais

9. Uma feira agroecológica na UFLA te levaria a um maior consumo de orgânicos?

- Sim, já consumo e consumiria mais
 Sim, passaria a consumir
 Não

10. Quais os principais fatores que motivam a compra de produtos orgânicos?

- Saúde Sim Não
Sabor Sim Não
Consciência social e ambiental Sim Não

11. Mencione os produtos orgânicos que você mais teria interesse adquirir na feira? (exemplos de verduras, legumes, frutas etc.)

ANEXO B

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FEIRA DE AGRICULTURA COM AGROECOLOGIA NA UFLA

A Universidade Federal de Lavras, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, no uso das atribuições, torna público para conhecimento geral, que se encontra aberto o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de agricultores agroecológicos interessados em participar da Feira Agroecológica na UFLA.

1. DO OBJETIVO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente chamamento tem por objetivo o credenciamento de agricultores agroecológicos ou em transição agroecológica organizados em associações e/ou cooperativas, interessados na permissão de uso, não oneroso, de espaço nas instalações da UFLA para expor e comercializar seus produtos a preços acessíveis. Não se caracterizando como comércio lucrativo para a UFLA.

1.2 Toda a estrutura da feira, como barracas e estandes será de responsabilidade dos participantes selecionados.

1.3 É vedada, definitivamente, a comercialização de bebidas alcoólicas, artigos de tabacaria, bilhetes lotéricos, caça níqueis, jogos de azar em geral, substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica (Lei 6.368/95). Como também, a comercialização de produtos que não foram inscritos e a divisão de espaço com expositores não selecionados.

1.4 Os autorizados não poderão cobrar valores superiores àqueles que já praticam no mercado.

1.5 A UFLA disponibilizará pontos de energia elétrica.

1.6 Cada expositor terá direito a um espaço específico, e será responsável pela montagem e guarda de todos os seus objetos.

1.7 A feira acontecerá semanalmente no período da manhã, às quartas-feiras, sendo que a data de início será posteriormente agendada.

1.8 Os expositores cuidarão também da limpeza do seu local de exposição.

2. DA JUSTIFICATIVA

A proposta de realização de uma FEIRA DE AGRICULTURA COM AGROECOLOGIA NA UFLA com credenciamento de associações e cooperativas visa contribuir com atendimento dos objetivos 1o, 11o e 12o da Política Nacional de Extensão Universitária de maio de 2012:

1. Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade; 11. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais; 12. Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

[Digite aqui]

Também está alinhada com o artigo 1o do DECRETO N° - 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012 que Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica:

Art. 1o Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Ademais, pode contribuir com a promoção da alimentação adequada e saudável de acordo com a Portaria Normativa No 7, de 26 de outubro de 2016 que institui as diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos ambientes de trabalho dos órgãos e

entidades integrantes do sistema de pessoal civil da administração federal - SIPEC, a serem adotadas como referência nas ações de promoção da saúde e qualidade de vida.

3. DA ABRANGENCIA E DAS VAGAS

3.1 Poderão participar associações e cooperativas de produtores agroecológicos ou em transição agroecológica, cuja sede esteja situada no município de Lavras e região (preferencialmente até 100 km).

3.2 Serão disponibilizados 10 espaços com área estimada de até 5 x 3m no canteiro central em frente ao centro de convivência, podendo ser alterado por necessidade da UFLA.

4. CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do processo de seleção para o setor agroecologia associações e cooperativas de produtores orgânicos, agroecológicos ou em transição agroecológica de Lavras e região desde que produzam orientados pelos princípios da agroecologia por meio da comprovação desta orientação em seu estatuto.

4.1.1 Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

4.1.2 Entende-se como produção de base agroecológica aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei no 10.831, de 2003, e sua regulamentação. Nos sistemas agroecológicos não é permitido o uso dos seguintes insumos:

I - fertilizantes sintéticos de alta solubilidade; II - agrotóxicos, exceto os biológicos e os produtos fitossanitários registrados com uso aprovado para a agricultura orgânica; III - reguladores de crescimento e aditivos sintéticos na alimentação animal; e IV - organismos geneticamente modificados.

[Digite aqui]

4.1.3 Entende-se como transição agroecológica o processo gradual orientado de transformação das bases produtivas e sociais para recuperar a fertilidade e o equilíbrio ecológico do agroecossistema, em acordo com os princípios da Agroecologia, devendo priorizar o desenvolvimento de sistemas agroalimentares locais e sustentáveis, considerando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos. Pode ser dividido em três fases: a racionalização do uso de insumos, a substituição de insumos e o redesenho de agroecossistemas.

4.1.4. Não poderão ser ofertados produtos de áreas que estão em transição agroecológica que receberam em seu manejo agrotóxicos nos últimos 12 meses para culturas perenes e 6 meses para as demais.

4.2. Os participantes que expuserem produtos alimentícios processados deverão apresentar alvará sanitário ou alvará sanitário inicial emitido pela vigilância sanitária quando necessário. Os alimentos de origem animal deverão estar legalizados no SIM (Serviço de Inspeção Municipal) ou IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária)

4.3 Os participantes deverão ter disponibilidade para participar de reuniões de planejamento e organização antes do início das atividades e periódicas. 4.4 Disponibilidade dos agricultores familiares participantes da feira agroecológica em participar de capacitações relacionadas a produção agroecológica, organização social, autogestão, miniprocessamento de produtos, higienização dos produtos, etc.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. Os interessados em participar do **setor Agroecologia** deverão apresentar em envelope lacrado, cópia dos seguintes documentos:

- Ficha de inscrição, constando os produtos que serão ofertados conforme anexo II.
- Termo de compromisso, conforme anexo III.
- Declaração ou comprovante de que o agricultor participa ou deu início ao processo de certificação de produtos orgânicos.
- Cópia de Inscrição do CNPJ quando houver.
- Cópia do estatuto da organização, comprovando que ela produz orientada pelos princípios da agroecologia, conforme citado no item 4.1.

5.2 Toda documentação deverá ser entregue em envelope lacrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura até o dia 19/07/2019, de segunda à sexta-feira, no horário de 8 às 12 horas ou 14 às 18 horas.

5.3 O resultado da seleção será divulgado no site e na página da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura às 17 horas do dia 23/07/2019. A definição dos espaços para cada expositor será feita em reunião com os candidatos aprovados em data a ser agendada posteriormente.

6. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 Serão priorizadas associações/cooperativas do município de Lavras, seguidos de associações/cooperativas com sede em municípios num raio de até 100km. Em caso de empate será realizado sorteio.

[Digite aqui]

7 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os interessados deverão conhecer o edital, certificar-se de que preenchem os requisitos exigidos, e analisarem a viabilidade de participarem da feira.

7.2 A comissão organizadora poderá, durante a análise da Ficha de Inscrição e da documentação, convocar o(s) interessado(s) para dirimir quaisquer dúvidas que possam surgir.

7.3 O descumprimento de qualquer uma das obrigações assumidas neste edital, acarretará a qualquer tempo, revogação da permissão de uso.

8 DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO

8.1 A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada por interesse público, ou anulada, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

8.2 Casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

Lavras, 27 de junho de 2019

Coordenadoria de Cursos e Eventos Pró-Reitoria de Extensão e cultura

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO SETOR AGROECOLOGIA CESSÃO DE USO DE ESPAÇO NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

- LAVRAS/MG

1. NOME/RAZÃO SOCIAL: _____

2. CNPJ (se houver): _____

3. ENDEREÇO: _____

4. TELEFONE: () _____ () _____

5. E-MAIL _____

6. REPRESENTANTE (s) LEGAL (is): Nome: _____

Documento de Identificação n.o: _____

Nome: _____

Documento de Identificação n.o: _____

7. Produtos IN NATURA a serem comercializados: Obs.: Exemplos de alimentos IN NATURA: folhas, frutas, legumes (alface, tomate, couve, banana, beterraba, etc.).

8. Produtos PROCESSADOS a serem comercializados: Obs.: Exemplos de alimentos minimamente processados: couve picada, caldo de cana, mandioca ou abóbora descascada, etc.) Exemplos de alimentos processados: quitandas, doces, tempero, fubá, farinhas, açúcar, etc.

Declaro que os produtos listados acima são de áreas que não receberam em seu manejo agrotóxicos nos últimos 12 meses para culturas perenes e 6 meses para as demais. Declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, que as informações e os documentos que apresento

para inscrição são fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época. E por ser verdade, assino a presente declaração.

_____/_____/2019

ASSINATURA REPRESENTANTE LEGAL

**ANEXO III TERMO DE COMPROMISSO E
RESPONSABILIDADE**

Em razão ao chamamento público de número _____, a associação/cooperativa _____, DECLARA, para os devidos fins, que detém a estrutura necessária para atender a demanda durante o semestre de 2019/1 da UFLA, responsabilizando integralmente pela comercialização de comidas ou bebidas, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável.

Lavras - MG ___ / ___ / 2019

Assinatura do responsável pela
associação/cooperativa

ANEXO C

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FEIRA DE ARTESANATO E AGROECOLOGIA NO “II UFLA FAZ EXTENSÃO”

A Universidade Federal de Lavras, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, no uso das atribuições, torna público para conhecimento geral, que se encontra aberto o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de artesãos e agricultores agroecológicos interessados em participar do II UFLA Faz Extensão.

1. DO OBJETIVO E ESPECIFICAÇÕES

1.1 O presente chamamento tem por objetivo o credenciamento de artesãos e agricultores em transição agroecológica interessados na permissão de uso, não oneroso, de espaço nas instalações da UFLA para expor e comercializar seus produtos a preços acessíveis no II UFLA Faz Extensão. Não se caracterizando como comércio lucrativo para a UFLA.

1.2 A feira será dividida em dois setores: Artesanato e Agroecologia. Cada candidato só poderá participar de UM único setor.

1.3 Toda a estrutura da feira, como barracas e estandes será de responsabilidade dos participantes selecionados.

1.4 É vedada, definitivamente, a comercialização de bebidas alcoólicas, artigo de tabacaria, bilhetes lotéricos, caça niqueis, jogos de azar em geral, substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica (Lei 6.368/95).

Como também, a exposição de produtos que não foram inscritos, ou divisão de espaço com expositores não selecionados.

1.5 Os autorizados não poderão cobrar valores superiores àqueles que já praticam no mercado.

1.6 A UFLA disponibilizará pontos de energia elétrica.

1.7 Cada expositor terá direito a um espaço específico, e será responsável pela montagem e guarda de todos os seus objetos.

1.8 Durante o evento, a montagem dos produtos a serem expostos deverá ocorrer entre 07 e 09 horas, cabendo ao expositor desmontá-lo no horário compreendido entre 17 e 18 horas.

1.9 Os expositores deverão usar o crachá do “UFLA Faz Extensão” durante todo o evento, e devolvê-los no final da feira para a coordenação.

1.10 Os expositores cuidarão também da limpeza do seu local de exposição.

2. DA ABRANGÊNCIA E DAS VAGAS

2.1 Poderão participar artesãos, agricultores, associações, cooperativas de produtores agroecológicos ou em transição agroecológica no setor Agroecologia, cuja propriedade/residência esteja situada no município de Lavras e região.

2.2 Serão disponibilizados 20 (vinte) espaços com área estimada de até 20m² (sendo 10 para o setor de artesanato e 10 para o setor de agroecologia), a serem definidos pela equipe organizadora do evento, juntamente com a Pró-Reitoria de Infraestrutura da UFLA.

3. CRITÉRIOS PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 O critério de seleção será dividido de acordo com o setor escolhido (Artesanato ou Agroecologia)

3.2 Poderão participar do processo de seleção para o setor artesanato artesãos de Lavras e região que confeccionam bijuterias, calçados e bolsas, sabonetes, perfumes, quadros, decoração, infantil, tricô, crochê, pintura, cerâmica, cestaria, roupas e tecelagem, entre

outros). Bijuterias que não possuem nenhum cunho artístico e o elemento artesanal não serão permitidas.

Perfumes, cosméticos e sabonetes serão aceitos somente acompanhados de certificado de órgão competente da área de saúde.

3.3 Poderão participar do processo de seleção para o setor agroecologia: agricultores, organizados ou não em associações e cooperativas, agroecológicos ou em transição agroecológica de Lavras e região desde que produzam de acordo com os princípios da agroecologia.

3.4 A contrapartida para utilização do espaço será o fornecimento de gêneros alimentícios para as oficinas gratuitas do II UFLA Faz Extensão quando necessário.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1 Os interessados em participar do setor Artesanato deverão apresentar em envelope lacrado, cópia dos seguintes documentos:

- Ficha de inscrição, conforme anexo I;
- Termo de compromisso, conforme anexo II;
- Inscrição do CNPJ ou CPF;
- RG e CPF;
- Comprovante de residência
- Identificação dos produtos que serão ofertados, incluindo valor a ser cobrado (no anexo I);
- Os participantes que forem expor produtos alimentícios deverão apresentar alvará emitido pela vigilância sanitária;

4.2 Os interessados em participar do setor Agroecologia deverão apresentar em envelope lacrado, cópia dos seguintes documentos:

- Ficha de inscrição, conforme anexo III;
- Termo de compromisso, conforme anexo II;
- Inscrição do CNPJ ou Cartão de Produtor Rural ou DAP ou CPF
- Declaração de manejo agroecológico, citando as práticas adotadas (somente para os que não possuam selo orgânico) anexo III;
- Selo orgânico (se houver);
- RG e CPF;
- Comprovante de residência;
- Identificação dos produtos que serão ofertados, incluindo valor a ser cobrado (no anexo III);
- Os participantes que expuserem produtos alimentícios processados deverão apresentar alvará emitido pela vigilância sanitária.

4.3 Toda documentação deverá ser entregue em envelope lacrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura até o dia 19/11/2018, de segunda à sexta-feira, no horário de 8 às 12 horas ou 14 às 18 horas.

4.4 O sorteio do espaço será feito no dia 20/11/2018 e o resultado da seleção será divulgado no site e na página da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura às 17 horas do dia 20/11/2018.

5. DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 As propostas serão classificadas conforme o setor escolhido.

5.2 Para o setor de artesanatos serão priorizadas os candidatos do município de Lavras. Em caso de empate será realizado sorteio.

5.3 Das 10 vagas para o setor agroecologia, haverá 6 vagas preferenciais aos candidatos do município de Lavras com prioridade para os que possuam selo orgânico, seguido daqueles que se encontram em transição agroecológica. Haverá

4 vagas preferenciais para os candidatos da região de Lavras tendo prioridade os que possuam selo orgânico, seguido daqueles que se encontram em transição agroecológica. Em caso de empate será realizado sorteio.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO II UFLA FAZ EXTENSÃO

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO SETOR ARTESANATO CESSÃO DE USO DE ESPAÇO NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - LAVRAS/MG EVENTO “II UFLA FAZ

EXTENSÃO”

1. NOME/RAZÃO SOCIAL: _____

2. CNPJ: _____

3. ENDEREÇO: _____

4. TELEFONE: () _____ () _____

5. E-MAIL: _____

6. REPRESENTANTE (s) LEGAL (is):

Nome: _____

Documento de Identificação n.o: _____

Nome: _____

Documento de Identificação n.o: _____

7. NOMES DOS PRODUTOS: _____

Lavras – MG, ___ / ___ / 2018

Assinatura do responsável

ANEXO II

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE

Em razão ao CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FEIRA DE ARTESANATO E AGROECOLOGIA NO “II UFLA FAZ EXTENSÃO”, a associação/empresa/cooperativa/produtor rural _____, inscrita no CNPJ/DAP/Produtor Rural/ CPF sob o no _____ DECLARA, para os devidos fins, que detém a estrutura necessária para atender a demanda durante todo o dia da realização do evento “II UFLA FAZ EXTENSÃO”, que acontecerá no

dia 28 de Novembro de 2018, das 9:00 às 18:00, responsabilizando integralmente pela comercialização de artesanatos, comidas ou bebidas, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável.

Lavras – MG, ___ / ___ / 2018

Assinatura do responsável

ANEXO III

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO SETOR AGROECOLOGIA CESSÃO DE USO DE ESPAÇO NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - LAVRAS/MG EVENTO “II UFLA FAZ

EXTENSÃO”

1. NOME/RAZÃO SOCIAL: _____

2. CNPJ/DAP/Cartão do produtor Rural/ CPF: _____

3. ENDEREÇO: _____

4. TELEFONE: () _____ () _____

5. E-MAIL: _____

6. REPRESENTANTE (s) LEGAL (is):

Nome: _____

Documento de Identificação n.o: _____

Nome: _____

Documento de Identificação n.o: _____

7. PRODUTOS IN NATURA a serem comercializados: _____

8. PRODUTOS PROCESSADOS a serem comercializados: _____

9. Faz uso de agrotóxicos na área em que cultiva os produtos ofertados?

() Sim () Não

Caso não faça, há quanto tempo está em uso? _____

10. Número de pessoas trabalhando na propriedade: _____

Quantas são da família? _____

11. Participa de organizações sociais? () Sim () Não

De quais? (Associação, Sindicato, Cooperativa, Grupos, etc.) _____

12. Participa de alguma feira atualmente? () Sim () Não

Qual (ais)? _____

Declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, que as informações e os documentos que apresento para inscrição são fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época. E por ser verdade, assino a presente declaração.

Lavras – MG, ___ / ___ / 2018

Assinatura do responsável

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MANEJO AGROECOLÓGICO CESSÃO DE USO DE ESPAÇO NO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - LAVRAS/MG EVENTO “II UFLA FAZ EXTENSÃO”

Eu, _____, agricultor (a), portador(a) da DAP/CNPJ/Produtor rural/ CPF n.o _____, DECLARO, para fins de inscrição no Edital-Ufla de CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FEIRA DE ARTESANATO E AGROECOLOGIA NO “II UFLA FAZ EXTENSÃO”, que as áreas de produção dos produtos ofertados são manejadas sob os princípios da agroecologia, adotando as seguintes práticas (assinalar com um x as práticas que fazem parte do manejo agroecológico):

- () Diminuição do uso de agrotóxicos
- () Conservação no preparo do solo e plantio
- () Manejo de plantas espontâneas
- () Diminuição do uso de adubos químicos
- () Rotação de cultura
- () Plantio direto
- () Controle biológico
- () Adubação orgânica
- () Caldas para controle de pragas e doenças
- () Compostagem e biofertilizante
- () Diversificação de culturas
- () Integração dos componentes animal/cultivos agrícolas e florestais
- () Outras práticas realizadas no manejo agroecológico: Quais: _____

Declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, que as informações que apresento nesta declaração são fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época. E por ser verdade, assino a presente declaração.

Lavras – MG, ___ / ___ / 2018

Assinatura do responsável